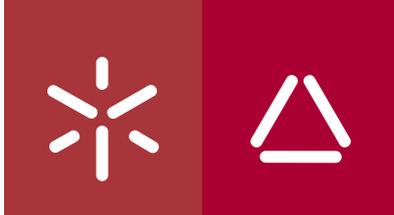


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Ana Cristina Pinto Moreira

**Usos e apropriações de jardins:**  
o caso do Jardim de São Lázaro, Porto





**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Ana Cristina Pinto Moreira

**Usos e apropriações de jardins:  
o caso do Jardim de São Lázaro, Porto**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Geografia  
Especialização em Turismo e Comunicação Territorial

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor João Carlos Vicente Sarmento**

julho de 2021

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais e ao meu irmão que sempre acreditaram em mim e pelo apoio e força que me deram durante todo este percurso. À minha restante família que, nem sempre sabendo, me deram alento para continuar. Obrigada pela persistência!

Em segundo lugar, deixar um agradecimento à minha amiga Marta Sá, companheira de caminho durante o primeiro ano na UMinho. Também quero agradecer às minhas amigas geógrafas Ângela Alves, Daniella Chicharo e Diana Lopes que, vendo-me partir para uma outra faculdade numa outra cidade, sempre me apoiaram e me deram força para continuar.

Um especial agradecimento a todos aqueles que se cruzaram no meu caminho e em particular aos docentes do Departamento de Geografia da FLUP. Foi um prazer poder ouvir-vos e absorver parte do vosso conhecimento. Não seria quem sou enquanto pessoa e Geógrafa se não fosse pelo caminho percorrido nesta faculdade que guardo com grande carinho no meu coração.

Não posso de deixar de mencionar a minha querida professora, embora que academicamente tenha sido apenas um ano, a Doutora Ana Francisca de Azevedo. Não me conhecendo de lado algum, acreditou desde o início em mim e no projeto que propunha a que construíssemos. Muito obrigada por todos os conselhos dados e pela sua dedicação!

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Sarmiento, pela sua prontidão em me aceitar enquanto sua orientanda. Sou imensamente grata pela sua paciência, e disponibilidade. A apresentação deste trabalho não seria possível sem o seu auxílio, orientação e todo o conhecimento que estava disposto a partilhar comigo. Obrigada!

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Usos e apropriações de jardins: o caso do Jardim de São Lázaro, Porto

### Resumo

As transformações na cidade do Porto associadas a fenómenos económicos contemporâneos começam a materializar-se após o 25 de abril com a reabilitação do parque habitacional e com a dinamização social e económica da zona da Ribeira-Barredo, através do arranjo e reanimação do espaço urbano e do comércio. Estas transformações foram exponenciadas, numa fase mais recente, através da chegada de cadeias internacionais de hotéis; da introdução de novas formas de comércio, nomeadamente as grandes superfícies comerciais; e da melhoria da acessibilidade aérea à cidade, com a realização de voos por companhias *low-cost*, traduzindo-se em novas formas de viver e estar na cidade do Porto.

Considerando estas características de uma cidade gradualmente vivida por mais pessoas externas à cidade, como estudantes universitários e turistas, trazemos para debate um espaço tradicional da cidade, o Jardim de São Lázaro, localizado na transição entre o centro histórico e a parte oriental da cidade, apresentando esta dissertação enquanto uma reflexão da relação entre as pessoas e o lugar, particularmente a relação pessoas-Jardim de São Lázaro. Tal resulta numa procura de compreender a utilização e apropriação do Jardim de São Lázaro, destacando as dinâmicas espaciais e sociais que aqui ocorrem. Torna-se ainda importante para o estudo deste jardim enquanto lugar, a experiência e a vivência das pessoas, nomeadamente a relação deste jardim com a vida quotidiana das pessoas.

Através da aplicação de metodologias qualitativas, especificamente visitas regulares ao Jardim de São Lázaro, nas quais estabelecemos conversas informais com pessoas que aqui se encontravam assim como observação dos ritmos e comportamento das pessoas, é-nos possível afirmar que o Jardim de São Lázaro emerge enquanto como um lugar de convívio e partilha, com a apropriação por parte de grupos de determinadas áreas do jardim. Verificamos ainda que foi criada uma rede de relações que se traduz na construção de uma pequena comunidade local, levando a um sentimento de pertença por parte daqueles que se inserem neste grupo. O Jardim de São Lázaro assume-se ainda como espaço de ligação, conferindo-lhe um grande movimento nas chamadas horas de ponta, e uma sensação de azáfama e roda vida, associado também ao movimento do trânsito no exterior. Mantém-se ainda a tradição do Jardim de São Lázaro enquanto lugar de festa, com a realização da Festa dos Lázaros, no fim de semana anterior ao Domingo de Ramos.

**Palavras-chave:** Apropriação, cidade contemporânea, Jardim de São Lázaro, ritmos, Porto.

## Uses and appropriations of gardens: the case of São Lázaro Garden, Porto

### Abstract

The transformations in the city of Porto associated with contemporary economic phenomena began to materialize after the 25th of April with the rehabilitation of the housing stock and with the social and economic dynamism of the Ribeira-Barredo area, through the arrangement and reanimation of the urban space and of commerce. These transformations were enhanced, in a more recent phase, through the arrival of international hotel chains; the introduction of new forms of commerce, namely big department stores; and the improvement of the air accessibility, with flights carried out by low-cost airlines, translating into new ways of living and being in the city of Porto.

Considering these characteristics of a city gradually lived by more people outside the city, such as university students and tourists, we bring to debate a traditional space in the city, São Lázaro Garden, located in the transition between the historic center and the eastern part of the city, presenting this dissertation as a reflection of the relationship between people and place, particularly the people-Garden of São Lázaro relationship. This results in an attempt to understand the use and appropriation of São Lázaro Garden, highlighting the spatial and social dynamics that occur here. It is also important for the study of this garden as a place, the experience and living of people, namely the relationship of this garden with people's daily lives.

Through the application of qualitative methodologies, specifically regular visits to Jardim de São Lázaro, in which we established informal conversations with people who were here as well as observation of people's rhythms and behavior, it is possible to say that the Garden of São Lázaro emerges as a place for socializing and sharing, with the appropriation by groups of certain areas of the garden. We also verified that a network of relationships was created that translates into the construction of a small local community, leading to a feeling of belonging of those who belong to this group. The São Lázaro Garden is also a connecting space, giving a big movement during the so-called peak hours, and a feeling of hustle and bustle, also associated with the movement of traffic abroad. The tradition of Jardim de São Lázaro as a place of celebration is still maintained, with the celebration of the Festa dos Lázaros, on the weekend before Palm Sunday.

**Key-words:** Appropriation, contemporary city, Porto, rhythm, São Lázaro Garden.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	III
RESUMO .....	V
ABSTRACT .....	VI
INTRODUÇÃO .....	1
<b>CAPÍTULO I. ESTADO DE ARTE.....</b>	<b>4</b>
1. Geografia Cultural contemporânea e o conceito de lugar .....	4
1.1 A emergência do conceito de lugar .....	4
1.2 O lugar enquanto espaço de ritmos, rotinas e atmosferas.....	10
2. As influências do capitalismo na construção do espaço público .....	23
<b>CAPÍTULO II. PORTO: DESENVOLVIMENTO URBANO RECENTE .....</b>	<b>33</b>
1. As transformações da segunda metade do século XX: a expansão para oeste, a decadência do centro e os planos de reabilitação urbana.....	33
2. O Porto no século XXI: o turismo, a gentrificação e o crescimento da Airbnb.....	35
2.1 A população residente e flutuante .....	36
2.2 A reabilitação do edificado e preço do solo .....	37
2.3 O turismo enquanto fenómeno económico .....	38
2.4 Gentrificação .....	40
2.5 A emergência e crescimento da Airbnb no Porto .....	42
<b>CAPÍTULO III. O JARDIM DE SÃO LÁZARO .....</b>	<b>44</b>
1. Os jardins em Portugal .....	45
2. Os jardins no Porto.....	51
3. O Campo de Arrabalde de São Lázaro.....	53

4. Dos Almadás ao final do século XIX .....	55
5. A emergência, hegemonia e decadência do Jardim de São Lázaro .....	58
5.1 A emergência do Jardim de São Lázaro .....	58
5.2 O período de hegemonia do Jardim de São Lázaro .....	58
5.3 A procura de outros espaços e a “decadência” do Jardim de São Lázaro .....	62
6. O Jardim de São Lázaro .....	64
<b>CAPÍTULO IV. USOS E APROPRIAÇÕES DO JARDIM DE SÃO LÁZARO .....</b>	<b>88</b>
1. Metodologias .....	88
2. Ritmos, rotinas e atmosferas do Jardim de São Lázaro.....	92
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>113</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. O Porto Oriental na primeira planta da cidade, extrato da Planta Redonda de George Balck, 1813.....	56
Figura 2. Planta do projeto do Jardim de São Lázaro.....	61
Figura 3. Pormenor do projeto do Jardim de São Lázaro .....	61
Figura 4. Projeto de modificação do Jardim de São Lázaro .....	63
Figura 5. Vista em 3D do Jardim de São Lázaro e sua envolvente.....	64
Figura 6. Vista para sul da Praça dos Poveiros, maio de 2021.....	66
Figura 7. Vista para nascente da Praça dos Poveiros, maio de 2021 .....	66
Figura 8. Entrada do Parque de Estacionamento Praça dos Poveiros, na Praça dos Poveiros, maio de 2021.....	66
Figura 9. Saída do Parque de Estacionamento Praça dos Poveiros, no Passeio de São Lázaro, maio de 2021.....	66
Figura 10. Largo da Ramadinha, maio de 2021 .....	67
Figura 11. Fachada dos edifícios do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro 2020 .....	68
Figura 12. Parte da fachada dos edifícios do lado norte do Jardim de São Lázaro, outubro 2020 .....	68
Figura 13. Identificação dos edifícios a norte e poente do Jardim de São Lázaro.....	68
Figura 14. Colégio de Nossa Senhora da Esperança (antigo Recolhimento das Órfãs), e Igreja da Nossa Senhora da Esperança, da Santa Casa da Misericórdia, lado sul do Jardim de São Lázaro, outubro 2020 .....	71
Figura 15. Biblioteca Municipal Pública do Porto, lado oriental do Jardim de São Lázaro, outubro 2020 .....	71
Figura 16. Gradeamento do lado norte do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	72
Figura 17. Gradeamento do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	72
Figura 18. Gradeamento do lado sul do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020.....	72
Figura 19. Gradeamento do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	72
Figura 20. Portão “Sudoeste”, outubro 2020 .....	73
Figura 21. Portão “Sudeste”, outubro 2020 .....	73
Figura 22. Portão “Noroeste”, janeiro de 2021 .....	73
Figura 23. Portão “Nordeste”, maio de 2021 .....	73
Figura 24. Vista para as obras de reparação do pavimento no Jardim de São Lázaro, julho de 2021..	75
Figura 25. Pormenor da reparação do pavimento do Jardim de São Lázaro, julho de 2021 .....	75

Figura 26. Foto de uma das camélias do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020 .....	76
Figura 27. Foto de uma das camélias do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020 .....	76
Figura 28. Magnólias do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	76
Figura 29. Magnólia do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020.....	76
Figura 30. Palmeira do Jardim de São Lázaro, abril de 2021.....	77
Figura 31. Mélias no Jardim de São Lázaro, abril de 2021 .....	77
Figura 32. Tílias do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	77
Figura 33. Cedro-do-atlas do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020.....	77
Figura 34. Lago em outubro de 2020 .....	78
Figura 35. Lago com tulipas em março de 2021 .....	78
Figura 36. Lago com amores-perfeitos em abril de 2021.....	78
Figura 37. Lago em junho de 2021.....	78
Figura 38. Coreto do Jardim de São Lázaro, abril de 2021 .....	80
Figura 39. Parte de trás do coreto do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020 .....	80
Figura 40. Desenho do estudo de um posto sanitário no Jardim de São Lázaro de Bernardino Basto Fabião (1960) .....	81
Figura 41. Detalhe do desenho do estudo do posto sanitário no Jardim de São Lázaro de Bernardino Basto Fabião (1960).....	81
Figura 42. Fonte do antigo Convento de Santo António, outubro de 2020 .....	82
Figura 43. Conjunto em bronze “Menino abraçando gazela” de Henrique Moreira no Jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	83
Figura 44. Escultura no Jardim de São Lázaro, outubro de 2020.....	83
Figura 45. Escultura “O Nadador” de Sérgio Taborda no lago do Jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	83
Figura 46. Escultura no Jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	83
Figura 47. Busto em bronze do paisagista António Carvalho da Silva Porto da autoria de Barata Feyo no Jardim de São Lázaro, abril de 2021 .....	84
Figura 48. Escultura “O Torso” de João Cutileiro no Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020.....	84
Figura 49. Busto de Marques de Oliveira da autoria de Soares dos Reis no Jardim de São Lázaro, outubro 2020.....	84
Figura 50. Bancos duplos que circundam o lago do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020 .....	85
Figura 51. Banco do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020.....	85

Figura 52. Bebedouro com regras de autoproteção do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020.....	86
Figura 53. Estrutura para “parque infantil” no Jardim de São Lázaro, abril de 2021 .....	87
Figura 54. Festa de São Lázaro em 1996: pormenor do Jardim de São Lázaro vendo-se a feira .....	93
Figura 55. Feira de São Lázaro em 1996 ou 1997: aspetos da feira de São Lázaro na Avenida de Rodrigues de Freitas entre o Jardim de São Lázaro e o Colégio de Nossa Senhora da Esperança .....	93
Figura 56. Partidas de cartas no Jardim de São Lázaro .....	94
Figura 57. Esquema com os locais frequentados por prostitutas, indicados pelos entrevistados .....	95
Figura 58. Movimento verificado durante um dos horários menos movimentados no Jardim de São Lázaro, abril de 2021 .....	98
Figura 59. Movimento verificado durante um dos horários menos movimentados no Jardim de São Lázaro, março de 2021 .....	98
Figura 60. Movimento verificado durante o horário mais movimentado do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020.....	98
Figura 61. Movimento verificado durante o horário mais movimentado do Jardim de São Lázaro, janeiro de 2021 .....	98
Figura 62. Esquema com o percurso realizado pelas pessoas que atravessam o Jardim de São Lázaro .....	98
Figura 63. Grupo de homens que costuma frequentar o Jardim de São Lázaro com regularidade, janeiro de 2021 .....	100
Figura 64. Esquema com locais mais frequentados pelos homens reformados e pelas mulheres .....	100
Figura 65. Pai a passear o seu bebé no Jardim de São Lázaro, abril de 2021.....	101
Figura 66. Pais com os seus filhos no Jardim de São Lázaro durante o fim de semana, abril de 2021 .....	101
Figura 67. Bonficleta no jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	102
Figura 68. Senhor a passear de bicicleta no Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020.....	102
Figura 69. Lixo no chão do Jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	103
Figura 70. Lixo no chão do Jardim de São Lázaro, maio de 2021 .....	103
Figura 71. Exemplo do bom tratamento do jardim segundo um dos entrevistados: a colocação de relva onde estavam as tulipas, abril de 2021.....	104
Figura 72. Exemplo do mau tratamento do jardim segundo uma das entrevistadas: uma camélia torta devido ao peso de um ramo .....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os circuitos de capital cultural da gentrificação .....	29
Tabela 2. População residente (nº) no Porto (total e por freguesias) em 1991, 2001 e 2011 e taxa de variação (%) entre 1991 e 2001 e 2001 e 2011.....	36
Tabela 3. Principais características dos edifícios a norte e poente do Jardim de São Lázaro .....	68
Tabela 4. Visitas realizadas ao Jardim de São Lázaro .....	88
Tabela 5. Perspetiva dos participantes e das suas rotinas no Jardim de São Lázaro.....	91

## Introdução

Inserido no âmbito da Geografia Cultural contemporânea, o conceito de lugar, desenvolvido inicialmente na Geografia Humanista dos anos 70 e 80 do século XX, surge hoje enquanto área de estudo emergente, diferenciando-se pela forma como procura estudar a ocupação dos espaços e os diferentes significados atribuídos pelas pessoas aos mesmos, enaltecendo um conjunto de variáveis tais como experiências, vivências e emoções. Assim, estudar um lugar vai muito para além de uma análise das suas características físicas e espaciais, e articula conceitos e ideais tais como o espaço, o tempo, a ordem social, fenómenos económicos, aspetos morais, interpretativos e emotivos. Esta análise é conjugada com aspetos do local em estudo, definidos pelas pessoas que o frequentam, como comportamentos, movimentos diários, rotinas, ritmos e atmosferas. O estudo do lugar está intimamente ligado à subjetividade e interpretação do investigador, condicionado no seu trabalho de campo pela visão dos outros sobre si, tais como o seu género, idade, etnia, altura, peso, entre outros.

Nos dias atuais, a construção das cidades decorre de fenómenos sociais, políticos, e económicos que emergiram a partir da década de 1970 tais como a inserção e domínio da sociedade capitalista em cargos de poder público, o enobrecimento da cidade, e o comércio de franchising. Através da valorização da chegada e permanência de determinados grupos socioeconómicos em detrimento de outros, da revitalização urbana dos centros históricos, do crescimento da periferia, a perceção da população sobre o espaço público alterou-se, confundindo-se frequentemente espaço privado com espaço público, como os shoppings e centros comerciais, uma vez que estes são acessíveis a grande parte da população através da determinação dos comportamentos e aparências adequados e inadequados a um espaço. Concretizou-se ainda a reformulação da imagem das cidades, esteticamente mais apelativas, atraindo novos habitantes e turistas.

Estas dinâmicas surgiram nas principais cidades portuguesas, e em particular na cidade do Porto, materializadas através da reabilitação urbana da zona Ribeira-Barreira, ainda em meados da década de 1970. A partir daí, foram-se concretizando diversas transformações no espaço urbano que se intensificaram durante o século XXI. Expondo estas novas formas de estar e viver a cidade, focamo-nos no Jardim de São Lázaro, primeiro jardim público do Porto, localizado no extremo oriental da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, na passagem do centro histórico para o lado oriental da cidade. Com trabalhos publicados na área da Arquitetura e de Belas Artes, o Jardim de São Lázaro impõe-se enquanto um espaço de atravessamento entre a Praça dos Poveiros e a Biblioteca Municipal Pública do

Porto, e um espaço com importantes funções sociais, sobretudo para aqueles que já não se encontram no ativo.

O objetivo principal do estudo aqui apresentado é procurar entender a relação pessoas-lugar, nomeadamente a relação pessoas-Jardim de São Lázaro através da identificação das dinâmicas sociais e espaciais, traduzidos em objetivos específicos – i) identificar rotinas, e ritmos das pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro, ii) conhecer a perceção das pessoas que visitam usualmente o jardim, iii) compreender o significado e importância do Jardim de São Lázaro na vida das pessoas, iv) entender as interações das pessoas com o jardim e com as outras pessoas, v) indicar as experiências das pessoas no jardim, vi) verificar as relações criadas a partir da sensação de pertença e da comunidade concebida.

Naquilo que toca às metodologias empregadas, a primeira fase da elaboração desta investigação debruçou-se na elaboração do enquadramento teórico através da consulta de literatura nacional e internacional, seja esta artigos científicos em revistas, teses, livros ou capítulos de livros. A segunda fase focou-se na caracterização do Porto enquanto cidade influenciada por fenómenos económicos recentes, à qual recorreremos essencialmente à leitura de artigos científicos. A última fase, a mais longa desta investigação, relaciona-se diretamente com o estudo do objeto de estudo, o Jardim de São Lázaro, no qual recorreremos à leitura de dissertações de mestrado e de artigos científicos para o enquadramento histórico e urbano, e para perceber a sua importância social, e urbana ao longo do tempo. As visitas regulares ao jardim foram imprescindíveis, mesmo em tempo de pandemia, e desdobraram-se em duas grandes tarefas, a observação participativa e conversas com pessoas que se encontravam no jardim, recorrendo a apontamentos num caderno de notas e ao registo fotográfico, para podermos construir uma narrativa, onde concretizamos os objetivos aos quais nos propusemos e expomos, entre outros, as rotinas, ritmos, atmosferas e comportamentos. Uma análise detalhada destes procedimentos metodológicos será apresentada no capítulo IV.

Esta dissertação de mestrado encontra-se dividida em 4 grandes capítulos. No *Capítulo 1. Estado da Arte*: desenvolvemos o conceito de lugar, inserido na Geografia Cultural contemporânea, e apresentamos as principais metodologias utilizadas no estudo do lugar. Procuramos também, neste capítulo, explorar o conceito de espaço público, dando um particular destaque à forma como a construção do espaço público é influenciado pelo capitalismo, e à ocupação realizada pelos diversos grupos sociais do espaço público e as dinâmicas consequentes.

No *Capítulo 2. Porto: desenvolvimento urbano recente* refletimos sobre a cidade do Porto enquanto cidade contemporânea modelada por fenómenos económicos e sociais, e pela introdução de novas formas de estar na cidade. Esta procura de caracterização traduz-se no debate das transformações que ocorreram segunda metade do século XX, e na elucidação do Porto no século XXI, com menção a fenómenos já mencionados.

Os capítulos 3 e 4 são dedicados, maioritariamente, ao Jardim de São Lázaro e à área que o envolve. No *Capítulo 3. O Jardim de São Lázaro*, debatemos, num primeiro momento, a evolução dos jardins em Portugal, e, num segundo momento, olhamos para a evolução dos jardins no Porto. Posteriormente, examinamos o Campo de Arrabalde de São Lázaro, o espaço que existia antes da construção do jardim; discutindo de seguida o início da expansão urbana do lado oriental da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória; e finalizamos com a evolução histórica do Jardim de São Lázaro até aos dias de hoje, com uma abordagem à área envolvente do jardim destacando os elementos urbanísticos de relevo, e a forma como esta influencia o movimento da envolvente, e a identificação dos elementos que compõem o jardim, detalhando assim o ambiente físico do mesmo. Por fim, o *Capítulo 4. Usos e apropriações do Jardim de São Lázaro*, estuda do Jardim de São Lázaro enquanto lugar, com a definição das metodologias específicas aplicadas, apresentando as principais conclusões do trabalho de campo, que envolveu observação minuciosa ao longo de diversos meses e de um conjunto de entrevistas.

## **Capítulo I. Estado de Arte**

### **1. Geografia Cultural contemporânea e o conceito de lugar**

Ao longo deste primeiro ponto pretendemos discutir o conceito de lugar que surge no âmbito da Geografia Humanista na década de 70 e 80 do século XX, e que posteriormente é desenvolvido na esfera da Geografia Cultural contemporânea. Apesar da emergência de diversas noções importantes, tanto na Geografia Humanista como na Geografia Cultural contemporânea, torna-se imperativo ao longo deste ponto, considerando os objetivos a que nos propomos, e como já referido, debater as grandes linhas de pensamento relacionadas com o conceito de lugar assim como as metodologias associadas às mesmas. Estas perspetivas são posteriormente aplicadas no estudo do Jardim de São Lázaro enquanto lugar, de modo a explicar a forma como este jardim surge na vida das pessoas, assim como é que estas o usam e se apropriam do mesmo.

#### **1.1 A emergência do conceito de lugar**

Na década de 1960, as abordagens positivistas dominantes especificamente no contexto da Geografia Comportamental descuraram os trabalhos dos investigadores envolvidos no estudo daquilo a que designaram de “micro-geografias” e processos de organização social. O acolhimento de filosofias e metodologias humanistas pelos geógrafos interferiu eminentemente nos desenvolvimentos da Geografia Cultural centralizando a atenção na experiência subjetiva do lugar e da paisagem. Por outro lado, as abordagens humanistas reivindicaram o estatuto da Geografia como Ciência Social que possibilitava o entendimento dos processos humanos psicológicos e espirituais, na qual se adotou “[...] três aspectos fundamentais da fenomenologia existencialista e da hermenêutica: a análise crítica da objectividade da ciência realista, positivista; a alternância dos métodos fenomenológicos e hermenêuticos; e uma ontologia espacial derivada do existencialismo” (Peet, 1998, p. 34 mencionado em Azevedo, 2007, p. 46). As abordagens humanistas, salientando a riqueza de locais particulares e os seus contextos cultural e histórico, escolheram um conjunto de métodos da Fenomenologia e da Hermenêutica que possibilitavam estudar produtos culturais.

Os trabalhos de geógrafos atraídos pela Fenomenologia surgiram na Universidade de Toronto, fundada por Edward Relph sendo, mais tarde, liderada por Yi-Fu Tuan. Este autor considerava que a ciência geográfica oferecia uma base hermenêutica para outras áreas de estudo. Nos projetos de Tuan à volta do conceito de “topofilia” estão envolvidos os esforços do entendimento do sentido de lugar. O sentido de lugar é, para o autor, um elemento decisivo para a interpretação da paisagem e para a

perceção da sua experiência, estando integrado sentimentos e pensamento e a submissão do carácter único e essencial de cada lugar.

Em “Space and Place”, Yi-Fu Tuan (1977) afirma, segundo Cresswell (2008), ser necessário que os geógrafos estivessem mais conscientes das formas em que habitam e experienciam o mundo em que vivem. Associado, de uma forma central para esta consciência, encontrava-se para o autor o conceito de lugar. As conceções humanísticas de lugar descrevem-no enquanto uma forma de relacionamento com o mundo. Ainda segundo o mesmo, na década de 1970 os geógrafos humanistas basearam-se noutras teorias e filosofias, sobretudo a fenomenologia e o existencialismo, na produção dos seus trabalhos. Estas teorias sustentavam que as pessoas tinham o fardo de construir os seus próprios significados no mundo através das suas próprias ações. Aliás, a produção de significado surgiu de um processo conhecido como “intencionalidade”. A intencionalidade descrevia a relação entre a consciência humana e os objetos dos quais as pessoas estavam conscientes. O trabalho de geógrafos humanistas tais como Tuan não passava pela repetição das ideias que os inspiravam, isto é, não passava pela explicação destas teorias, mas aplicar estas ideias na produção de novo conhecimento. Assim, noções como experiência e emoções estavam amplamente presentes no vocabulário dos geógrafos humanistas no início da década de 1970. Contrariando os trabalhos realizados pelos geógrafos espaciais<sup>1</sup>, o estudo de Tuan no já mencionado “Space and Place” focou-se na relação entre as pessoas e o mundo através da esfera da experiência, como é que nós, humanos, somos no mundo, como nós nos relacionamos com o nosso meio ambiente e o tornámos um lugar. O grande argumento do livro é a diferenciação entre espaço e lugar. O que a experiência faz é transformar uma noção relativamente abstrata de espaço numa noção de lugar relativamente vivido e significativo. Tuan (1977) acrescentou ainda que a experiência é um termo abrangente para os vários modos através da qual uma pessoa conhece e constrói uma realidade. Esses modos variam, dos sentidos mais diretos e passivos como o olfato, o paladar e o tato, à perceção visual ativa e o modo indireto de simbolização. Ainda segundo o mesmo, a emoção tingem toda a experiência humana, incluindo os “voos altos do pensamento” (Tuan, 1977, p. 8) assim como as sensações básicas de calor e frio, prazer e dor. A experiência é direcionada para o mundo externo, ver e sentir para além de si mesmo. Sentir é mais ambíguo. Por outro lado, a experiência é composta por sentimentos e pensamentos. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações discretas. Contrariamente, a memória e a antecipação são capazes de ter impactos sensoriais num fluxo variável de experiências.

---

<sup>1</sup> Os estudos espaciais assim como a revolução quantitativa e o positivismo lógico procuraram, segundo Cresswell (2008), na década de 1960 tratar o mundo e as pessoas que nele habitavam mais como objetos do que sujeitos. A ideia que dominava era a de que pessoas racionais faziam escolhas racionais num mundo racional.

Para Tuan (1977) questionar as experiências também é questionar o significado de espaço, isto é, o que é um lugar e o que dá identidade e aura a um lugar? Estudos etológicos demonstram, segundo o mesmo, que atribuímos valores e significados ao lugar. A organização do lugar é largamente explicada pela cultura. A cultura é desenvolvida, exclusivamente, pelos seres humanos, influenciando amplamente o comportamento e valores humanos. Apesar das diferenças entre os vários povos, existem traços comuns que transcendem as particularidades culturais e, assim, refletem a condição humana. A cultura, na sua diversidade infinita, acentua ou distorce as aptidões, capacidades e necessidades. Desta forma, dois temas destacam-se para este estudo:

1 – As relações de espaço e lugar. Na experiência, frequentemente o significado de espaço funde-se com o significado de lugar. Segundo Tuan (1977), “espaço” é muito mais abstrato do que “lugar”. O que surge enquanto espaço indiferenciado torna-se num lugar à medida que é conhecido e lhe é atribuído valor. Apoiado na segurança e estabilidade do lugar uma pessoa está ciente da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço. Adicionalmente, se uma pessoa pensar no espaço enquanto algo que permite movimento, então o lugar é pausa e cada pausa no movimento torna possível que uma localização se converta num lugar. Sarmiento (2004), mencionando Tuan (1996), acrescenta que existe uma divisão entre o significado atribuído aos lugares através da identificação de elementos visuais, e o reconhecimento de um lugar através de uma experiência prolongada, associando a esta distinção “símbolos públicos” e “campos de afeto” respetivamente. Se, por um lado, os símbolos públicos “apelam à vista e são percebidos como distintos e memoráveis através das suas características físicas únicas ou imagem, ou através da sua associação com acontecimentos significativos” (Sarmiento, 2004, p. 14), por outro lado, os campos de afeto não são constituídos por sinais que demonstrem a sua natureza e apenas de dentro se pode conhecer a sua essência, através da conceção de relações entre indivíduos e comunidades e do estabelecimento de fortes ligações a localizações físicas, realizadas através de experiências, memórias e intenções.

2 – A amplitude da experiência ou conhecimento. A experiência pode ser direta e íntima ou indireta e conceitual, mediada por símbolos. Apesar de as pessoas conseguirem articular as ideias, estas têm dificuldade em expressar o que conhecem através do sentido do tato, do paladar, do olfato, da audição, e mesmo da visão.

Para além do mais, o estudo do papel cultural, produzido pelo ambiente físico e dos significados que difunde, assim como o a tentativa em compreender o modo como dados ambientes factuais, tornam-se ambientes imaginários e produtos mentais. Tal possibilitou um amplo conjunto de mapas psicológicos

e de mundos privados que são difundidos para a esfera pública através de distintos produtos culturais. O lugar, que funciona como paradigma cultural, tornou-se objeto de análise fenomenológica à luz dessas assunções contendo conceitos cruciais de “tempo e espaço, a terra e os mapas, formas de escrever, o sagrado e o profano, jardins e edifícios, ordem e desordem social, estatuto político, região e nação” (Azevedo, 2007, p. 49).

As abordagens humanistas consolidaram a estrutura de investigação sobretudo através de duas fontes: no campo das Humanidades e no campo das Ciências Sociais. Estas abordagens tentaram recuperar a acumulação de significados e ações embutidos nos lugares e paisagens, tendo-se integrando na Geografia Cultural o estudo da interpretação e significado através de uma profunda leitura de textos de forma a explorar o significado e a intencionalidade humana. Ainda foi introduzida a interpretação hermenêutica e a sensibilidade reflexiva e crítica associada a este tipo de interpretação. Nestas abordagens estava implícito a preocupação da identificação dos aspetos morais, estéticos e experienciais do lugar, procurando entender como cada lugar reproduz e delinea variados produtos culturais bem como cada lugar é modelado por distintos produtos culturais. A segunda fonte, com uma forte influência para as abordagens humanistas, surge das Ciências Sociais. Daqui foi recolhido um conjunto de métodos interpretativos e o aparelho concetual. Estas abordagens, com recurso a uma variedade de métodos, “produziram um ambiente de trabalho que pretendia a exploração de geografias que se separassem das experiências do quotidiano e da interação do indivíduo com o seu ambiente físico e assim permitir o aprofundamento da natureza existencial e experienciada das relações que sustentam os diversos espaços” (Azevedo, 2007, p. 51). Atendendo a estas abordagens, o lugar passou a ser visto com um espaço produzido e construído socialmente, destacando-se a função do imaginário na produção e construção do lugar. A produção e construção do lugar nas variadas escalas tornou-se um ponto central de análise e, numa reconceptualização, o lugar é tido como um produto do conflito e de coesão social.

A construção de relações da Geografia com outras Ciências Sociais originou diversos cruzamentos destas duas grandes linhas de orientação que funcionaram dentro da Geografia Cultural durante a década de 1980. O realce do lugar como categoria analítica essencial, nomeadamente o destaque dado à particularidade do lugar como “posto” de experiências singulares vividas por indivíduos e grupos em dado ambiente, fez com que os geógrafos investigassem os níveis de intersubjetividade que contribuem para construção de cada lugar, no esforço de registar a qualidade holística da experiência de lugar pelos olhos daqueles que nele estão situados. Na perspetiva humanista, segundo Daniels (1985) mencionado em Azevedo (2007), o conceito de lugar é indissociável da compreensão interna dos que o

residem e de onde reflete o conhecimento íntimo, apesar de que a forma como se chegou a esse conhecimento é discutível. O destaque das experiências de lugar e dos significados que vinculamos a essas mesmas experiências gera, através dessas abordagens, destaque na intencionalidade que associa o observador e o observado, tal como afirma Entrikin (1997) mencionado em Azevedo (2007).

O valor do conceito de lugar resultou da forma como o conceito eram compreendidos, como se tratasse de uma área de contacto entre a realidade material e o significado simbólico. As perguntas de significado e valor, posicionadas no centro das preocupações humanistas, foram analisadas tendo em conta a vida simbólica dos vários mundos sociais. Neste contexto, estudaram-se elementos tais como a construção e a manutenção da autoimagem possuída pelos indivíduos na sua relação com a parte simbólica que a sustém. Assim, as relações entre o sujeito, o significado simbólico e as realidades do quotidiano foram analisadas com a finalidade de compreender as dimensões complexas do lugar como sentido de familiaridade contra o sentido de estranheza. A investigação relativamente à imagem e aos discursos sobre os lugares e dos mais variados modelos de representações de paisagens possibilitou assim um melhor entendimento do lugar como construção social.

Entrikin (1997), mencionado em Azevedo (2007), afirma que as diversas abordagens que usavam a teoria social para o estudo do lugar tinham como fragilidade a tentativa de compreender o papel do contexto simbólico da ação humana e da perspetivação efetiva do seu “agente ativo”, entendido pelos humanistas como intérprete do contexto da ação. Neste contexto, o destaque às relações concretas entre a cultural e o material tem implícito a sensibilidade particular para a complexidade das experiências de lugar dos diversos grupos culturais sendo que o apego afetivo ao lugar deve ser considerado como uma componente do contexto motivacional da ação humana.

A reconceptualização do conceito de lugar, em meados da década de 1980, envolveu desta vez a incorporação de noções como “topofobia” que competia diretamente com a noção de topofilia. O carinho ou ligação a um lugar, visto como um recipiente de forte intenso investimento emocional dado o poder da topofilia, transforma-se num afeto a uma estética particular prezada coletivamente e reconhecida predominantemente como sentido e valor essenciais. O destaque na ““existência humana” via-se suplantada pela tentativa de compreensão dos modos como cada lugar se inscreve na identidade dos indivíduos e dos grupos” (Azevedo, 2007, p. 58).

A eclosão do pós-estruturalismo, com o destaque de que o sujeito do humanismo é uma ficção construída através de um conjunto de convicções que exclui as diversas formas em que o indivíduo é construído, ofereceu, de acordo com Gregory (2000) mencionado em Azevedo (2007), um dos corpos

mais sintetizados de crítica humanista. A reconceptualização do lugar, enquanto área limitada para um conjunto de redes de relações sociais abertas e porosas, reforçou a ideia de que as identidades de lugar são diversas sendo que a imagem predominante de qualquer lugar é alterável através do tempo e é geralmente alvo de objeção. Segundo Doreen Massey (1997), mencionada em Azevedo (2007), a investigação do lugar encontrava-se para além das habituais polarizações conceptuais a quem era votado tal como a objetividade/subjetividade ou ação/estrutura sendo que não existem características fixas de lugar ou fronteiras espaciais fixas e os lugares eram definidos tanto pelo interior como pelo exterior.

O lugar, resultado social e dos variados imaginários geográficos, foi frequentemente criado e recriado produzindo forças de inclusão e de exclusão que participaram na configuração de habitar cada mundo de experiência. Assim, o lugar constituía reiteradamente uma fonte de paradoxo, ambiguidade e contradição. Efetivamente, se nas sociedades convencionais a noção de lugar funcionava como um suporte de identidades, numa altura marcada a diversos níveis pela compressão espaço-temporal, o lugar é submetido às técnicas homogeneizadoras da produção de massas e da mercantilização num período em que as tradições fundacionais são tratadas como escolhas e opções.

Tendo em conta a sensibilidade contemporânea das orientações críticas humanistas, a investigação da noção de lugar passou a ter implícito a preocupação do entendimento de várias problemáticas tais como a memória individual ou coletiva de lugar, a conexão entre imagens ou o sentido idealizado de lugar e o fabrico de comunidades específicas. Porém, este estudo passou também a ter implícito a procura do sentido de “estar em casa”, num período em que o lugar surge como “terreno” para a seleção ética e moral, havendo ainda uma procura das complexas relações entre o corpo e as relações sociais de poder, lugar e autoridade.

A inevitável “natureza humanizada dos lugares” publicada por Yi-Fu Tuan era então amplamente analisada através da exploração de intermináveis bancos de memórias dispostos em cada arquivo cultural de forma a dar significado ao presente. Estudando os variados produtos culturais, os geógrafos tentaram entender como os lugares desempenham diversas realidades e distintos tipos de projetos e a sua evocação pelo cinema, pela fotografia, pela dança ou pela música mostrou regularmente a tirania oculta por trás de um “cenário neutro”. O sentido de lugar, criado muitas vezes baseado no exaltamento coletivo de “paisagens de domínio e de afeição”, afirmou-se como campo de ação moral sustentado pelas diversas forças ideológicas.

Analisando uma quantidade significativa de contaminações figurativas, o sentido de lugar surge de uma profunda rede de relações que é definida entre o espaço-tempo das diversas práticas quotidianas

e o espaço-tempo da narrativa artística moderna modelada pelos media. Daqui, reconfigura-se a experiência da realidade material imediata e do ambiente “natural” onde os indivíduos se deslocam e onde agem as suas subjetividades residuais. Neste cenário de um espaço repleto de fluxos, um espaço formado por uma grande quantidade de lugares, reais e virtuais, sobrepostos, já não estamos diante da ideia de que o indivíduo unificado possui a competência para usar a generalidade dos médiuns que se encontravam à sua disposição e em torno dos quais se organiza a sua experiência.

As novas expressões que assumiu o *cultural turn* em Geografia fez com que se pudesse reconhecer um movimento de alteração onde está subjacente as suas variadas manifestações contemporâneas. O reconhecimento de várias formas de pensar espacialmente sobre a cultura na Geografia Cultural contemporânea, foi sintetizada por alguns autores em várias agrupações, das quais destacamos as abordagens preocupadas com a reflexão espaços de identidade espontânea e complexa e as abordagens com tendência “experimental”, na qual a dimensão espacial da cultura foi analisada com o auxílio da articulação de atores através de metodologias performativas e como modo de conseguir novas visões de lugar/espaço-tempo.

## **1.2 O lugar enquanto espaço de ritmos, rotinas e atmosferas**

Desde a década de 1970 e 1980, com a necessidade da exploração do lugar na sua dimensão cotidiana, presente no trabalho dos geógrafos fenomenologistas, e a decorrente proliferação do estudo do lugar até à variedade conceptual das perspetivas e exemplos do mundo real levam a que Patterson e Williams (2005) concluam que não existe uma teoria sistemática do lugar. Por outro lado, David Seamon (2012), importante autor no estudo do lugar, afirma que as investigações sobre o lugar envolvem múltiplas abordagens, incorporando suposições epistemológicas e ontológicas que entram em conflito. Em alternativa, é necessária uma abertura académica para construções de lugar e experiência de lugar alternativas que possam fornecer uma pesquisa de lugar com uma coerência abrangente, incluindo uma compreensão mais profunda de apego ao lugar e de identidade do lugar. À medida que as investigações se encaminham nesta direção, concretizam-se alguns objetivos, nomeadamente a facilitação de um entendimento de que o lugar não é nem objetivista como a interpretação do lugar enquanto um ambiente objetivo fora do experimentador nem subjetivista como a interpretação do lugar enquanto uma representação subjetiva, seja cognitiva ou afetiva, dentro do experimentador. Desta forma, os investigadores interpretam o lugar enquanto um incorporador de um compromisso vivido e um processo

pelo qual os seres humanos se permitem e são proporcionados pelo mundo de lugares em que encontram em si mesmos.

O conceito de *place ballet*<sup>2</sup> introduzido por Seamon nas décadas de 70 e 80, assenta nos movimentos diários e no corpo-sujeito. Este conceito é baseado nas filosofias de Heidegger (1927) e Merleau-Ponty (1945). Por um lado, Heidegger vê o mundo como uma parte essencial da realidade do ser humano, sendo que o nosso ser só pode ser verdadeiramente entendido dentro do contexto deste mundo. Este autor vê a “prontidão” enquanto a relação natural entre humanos e objetos que constituem o nosso mundo, denotando as práticas inconscientes e impercetíveis através das quais o objeto desaparece de nossa visão no seu uso diário. Por outro lado, Merleau-Ponty acrescenta que tornar o nosso mundo pronto a usar (“ready-to-hand”) é um processo corpóreo, argumentando que um corpo se apresenta enquanto um “corpo-sujeito”. O corpo-sujeito implica que senciência<sup>3</sup> e sensibilidade sejam dois lados do mesmo moeda. Estes atributos corporais possibilitam uma experiência e envolvimento ativo com o mundo ao utilizar habilidades e comportamentos, e que o corpo-sujeito adquire, ao longo do tempo, incluindo orientação espacial. O conceito de corpo-sujeito possibilita que o inconsciente geográfico, através de movimentos contínuos e executados numa determinada ordem, esteja presente desde o ponto de partida até ao destino pretendido. Desta forma, tornar o nosso mundo “ready-to-hand” através do corpo-sujeito está ligado fundamentalmente à experiência. Por outro lado, também é possível realizar a transferência de um estado de prontidão para um estado consciente do Ser, sendo este processo é denominado de “colapso”. A notável maioria destas ocorrências decorre quando um elemento local inerente é desfigurado ou está ausente.

Seamon (1979), mencionado em Eck e Pijpers (2017), sintetizou estas teorias em três conceitos. Primeiramente, este autor descreve o corpo-sujeito como capaz de completar inúmeros atos e gestos que, embora aparentemente triviais, acumulam-se em atividades de composição, sustentando um determinado propósito ou intenção, os chamados ballet corporais. Em segundo lugar, múltiplos ballets corporais amadurecem geralmente em sequência de sucessivos comportamentos rotulados como “rotinas de espaço-tempo”. Tal é comparável com os caminhos de espaço-tempo desenvolvidos no trabalho de Hägerstrand (1970) e perfis prática-tempo cunhados por Shove (2009) para conceituar convenções incorporadas de duração, sequência e tempo associadas ao desempenho competente de uma prática. Uma vez estabelecidas nas programações diárias, as rotinas de espaço-tempo eliminam o

---

<sup>2</sup> Porque a tradução do termo para português não reflete o sentido pretendido, optamos por utilizar o termo original inglês *place ballet*. De referir que apenas encontramos uma tradução para português do Brasil, como “danças-do-lugar” (Seamon, 2013).

<sup>3</sup> Capacidade de ter sensações e emoções de uma forma consciente, isto é, a capacidade de ter percepções conscientes do que lhe acontece e do que o rodeia.

planeamento e a tomada de decisões dos fluxos diários das pessoas. O desvio torna-se então incrivelmente difícil, causando stress e possivelmente um esgotamento nervoso. E, por último, ballets corporais e rotinas espaço-temporais podem, em ambientes físicos de apoio, unir-se. Com a previsibilidade de um relógio, as pessoas, absorvidas nas suas rotinas privadas, reúnem-se periodicamente no mesmo local e ao mesmo tempo. Este termo, *place ballet*, de Seamon é um fenómeno que promove uma forte e profunda sensação de lugar e uma aura íntima de convivência na qual os seus protagonistas se apegam. O *place ballet* é uma atividade cotidiana de criação de lugares praticada recursivamente através do qual os espaços urbanos são “domesticados”, em que está presente a sensação de que as pessoas se começam a sentir em casa nos espaços públicos que parecem estar cheios de estranhos.

Baseado na exploração realizada pela fenomenologia das práticas das pessoas tomadas como certas e, de outra forma, não questionadas, Eck e Pijpers (2017) afirmam que a tomada de decisões comuns pode ser entendida como incorporada e transcendente em lugares ou momentos específicos no tempo. A decisão de fazer algo no dia-a-dia é executado enquanto um hábito ou rotina que contém aspetos situacionais, mas baseia-se sobretudo em experiências anteriores e, assim, é difícil de interferir. Ainda segundo Eck e Pijpers (2017), a noção de *place ballet* ressoou de uma forma especial nos estudos da década de 2010, mas foi relativamente subutilizada na pesquisa de sensação de afeto e pertença ao lugar. Tal aplica-se especialmente nas ideias de Seamon sobre os encontros cotidianos que, de uma forma diferente, têm sido empregados nos estudos dos media, adjacente à Geografia Humana.

Importante também referir que proliferou, já na primeira década do século XXI, entre os cientistas sociais, o uso do termo *assemblages* enquanto parte do *relational turn* mais amplo nas ciências sociais. *Assemblage* é um conceito que tem origem no trabalho dos filósofos franceses contemporâneos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Predefinido na obra de ambos de 1972, *Anti-Oedipus*, através do foco no desejo de máquinas, foi completado em publicações posteriores, especificamente num dos mais conhecidos trabalhos destes autores, de 1980, *Mille Plateaux*. Deleuze e Parnet (1987) definem *assemblage* enquanto uma multiplicidade que se compõe por diversos termos heterogéneos e que estabelece ligações, relações entre esses termos através de idades, géneros e reinados – diferentes naturezas. Assim, a única unidade do conjunto é a do co-funcionamento: é uma simbiose, uma “simpatia”. De uma forma simplificada, *assemblage* é uma forma de ordenar entidades heterogéneas para que funcionem juntas por um determinado tempo.

Segundo Müller (2015), uma *assemblage* consiste em várias partes heterogêneas ligadas entre si para formar um todo, uma *assemblage* relacional. Para Deleuze e Guattari (1987), não há hierarquias pré-determinadas, e não há um único princípio organizador por trás das *assemblages*, seja capital ou poder militar. Todas as entidades – humanos, animais, coisas e matérias – têm o mesmo *status* ontológico para começar. No entanto, como Elizabeth Grosz (1994) destaca, o mundo não é um mundo sem camadas, totalmente achatado. Contrariamente, as hierarquias não são o resultado de substâncias e da sua natureza e valor, mas sim de modos de organização de substâncias díspares.

Embora tenha havido algumas tentativas de construir uma teoria de *assemblage*, Deleuze e Guattari têm, segundo Müller (2015), uma agenda muito menos grandiosa. Para estes, o conceito de *assemblage* é uma ferramenta analítica provisória, em vez de um sistema de ideias voltado para uma explicação, o que faria disso uma teoria. As *assemblages* são constituídas por, pelo menos, cinco características:

- 1 – As *assemblages* são relacionais. Estas são combinações de diferentes entidades ligadas entre si para formar um novo todo. O crucial a notar aqui é que, para Deleuze, as *assemblages* consistem em relações de exterioridade. Isto significa duas coisas. Em primeiro lugar, implica uma certa autonomia dos termos (pessoas, objetos, entre outros) e das relações entre eles. Em segundo lugar, as propriedades das partes componentes nunca podem explicar as relações que constituem um todo.
- 2 – As *assemblages* são produtivas. Estas produzem novas organizações territoriais, novos comportamentos, novas expressões, novos atores e novas realidades. Tal também significa que elas não são primariamente miméticas<sup>4</sup> e que não são uma representação do mundo.
- 3 – As *assemblages* são heterogêneas. Não há suposições sobre o que pode estar relacionado – humanos, animal, coisas e ideias – nem qual é a entidade dominante numa *assemblage*. Como tal, pode-se também afirmar que são sócio-materiais, evitando a divisão natureza-cultura.
- 4 – As *assemblages* são “apanhadas” em dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização. A desterritorialização/reterritorialização é um eixo central de uma *assemblage*, onde os lados reterritorializados estabilizam-nos, e as arestas de desterritorialização retiram-nos. As

---

<sup>4</sup> Mimético – relativo a mimese (imitação) ou a mimetismo (processo de imitação).

*assemblages* estabelecem territórios à medida que surgem e se mantêm unidas, mas também sofrem constantemente mutações, transformando-se e separando-se.

5 – As *assemblages* são desejadas. O desejo une constantemente fluxos contínuos e objetos parciais que são por natureza fragmentários e fragmentados. Assim, as *assemblages* têm um componente corpóreo.

Dentro da Geografia Humana, este termo foi utilizado de diversas formas, como amplo *descriptor* da união de diferentes relações históricas, como *ethos* orientado para a instabilidade de interações e do potencial concomitante de novidade e de diferença espaço-temporal, e como conceito por pensar as relações entre estabilidade e transformação na produção do social. Dada a popularização do termo *assemblages* em relação a uma ampla gama de tópicos substantivos, questões e preocupações Anderson, Kearnes, McFarlane e Swanton (2012) consideram que a frase *assemblage geographies* denomina as variadas energias que se juntaram nestes e noutros usos. Para além desta expansão, surgem novas formas de políticas do espaço, incluindo a abertura para o potencial político de se tornar nas *emancipatory assemblages*, experimentar as novas relações com a vida e inquirir as associações específicas através das quais as formas de poder resistem.

A estas investigações também se associam o estudo das pessoas, isto é, estudar os “seres humanos fenomenologicamente é estudar experiências, comportamentos, situações e significados, à medida que estes surgem no mundo da vida diária” (Seamon, 2014a, p. 213). Um dos objetivos da investigação fenomenológica é revelar e descrever as várias estruturas vividas e dinâmicas do mundo da vida como, por exemplo, a mais despercebida, mas crucial, importância dos lugares na vida diária das pessoas. Na maioria das vezes, na vida cotidiana, o mundo da vida é transparente na medida em que a vida cotidiana simplesmente acontece, baseando-se em padrões espaço-temporais que são, mais ou menos, regulares. Uma dimensão integral do mundo da vida é o lugar, que pode ser definido como qualquer *locus* ambiental que reúne significados, intenções e ações espaciais individuais ou de grupo.

Tendo em conta este objetivo, a perspetiva fenomenológica é valiosa devido a “uma das suas principais preocupações ser a identificação das estruturas fundamentais através das quais a vida recebe coerência e continuidade” (Seamon, 2012, p. 3). A partir do método de compreensão do filósofo britânico Jonathan Bennett, Seamon (2012) desenvolve uma fenomenologia de lugar. Esta apropriação leva a que o autor sugira que a relação pessoas-lugar pode ser clarificada nos termos da triplicidade, ou seja, numa relação triádica de três dimensões que o próprio rotula de (1) conjunto geográfico, (2) pessoas-no-lugar e (3) espírito do lugar. A relação pessoas-lugar pode ser considerada uma tríade pela identificação dos

três termos que fazem sentido enquanto impulsos, ou seja, elementos específicos que são relativamente independentes, mas que têm um papel central nos significados, ações e eventos do lugar. A literatura existente sobre a identidade e apego ao lugar leva a que Seamon (2012) reconheça que as pessoas e as características do ambiente físico assim como a importância do ambiente e do carácter do lugar contribuem para o lugar. Na relação pessoas-lugar, o lugar refere-se a “qualquer ambiente locus que reúne significados, significados individuais ou de grupo e ações espaciais” (Seamon, 2012, p. 10), sendo que o lugar abrange uma escala que vai desde uma sala até a um edifício, bairro, cidade, paisagem ou região.

Seamon explica ainda que o conjunto geográfico remete para as qualidades materiais e ambientais do lugar incluindo a topografia, a geologia, o tempo, a flora, a fauna e a paisagem natural assim como qualquer elemento feito pelas pessoas incluindo construções e as suas configurações espaciais, como por exemplo edifícios, mobiliário urbano, *layout* do caminho e o uso da terra. Já as pessoas-no-lugar relaciona-se com os mundos humanos que se desdobram no conjunto geográfico e, assim, Seamon refere-se aos mundos da vida e atitudes naturais do lugar, incluindo ações, rotinas, eventos e compreensões, sejam conscientes ou inconscientes, nos quais os indivíduos ou grupos se envolvem em relação ao seu lugar. Por sua vez, o espírito do lugar remete para o ambiente, atmosfera e carácter únicos do lugar.

O ambiente vivido pelas pessoas, segundo Seamon (2013), contém magia, mistério e simbioses. Nesta lógica, as pessoas podem-se conectar com os “seus lugares, alicerçados por fortes elos de pertencimento” (Seamon, 2013, p. 4). Assim, os trajetos e os movimentos delineados revelam faces e nuances deste pertencimento, numa coreografia que, por vezes, não é percebida por quem a realiza e que podem produzir fortes características de um determinado ambiente, designando as danças-do-lugar. Estas são uma sinergia ambiental na qual as pessoas e as partes materiais promovem, de uma forma involuntária, um todo maior, com um ritmo e carácter próprios, revelando as dinâmicas dos mundos vividos, por um lado, e regenerando e protegendo lugares, por outro lado.

Seamon (2014b) define ainda o afeto do lugar enquanto as ligações emocionais entre as pessoas e um lugar ou ambiente em particular. Uma das principais questões fenomenológicas que deve ser colocada é se o afeto do lugar é um fenómeno para si mesmo, ou se é uma única dimensão de uma estrutura mais abrangente identificada como lugar e a experiência de lugar. Seamon (2014b) considera, neste caso, o lugar numa perspectiva holística, a experiência do lugar numa perspectiva dialética, e o afeto do lugar numa perspectiva genérica. Estas perspectivas levam a um espectro de experiências, situações,

ações e significados complementares que se mantêm fiéis à abrangência vivida do lugar e às experiências do lugar.

Através da definição de lugar, Seamon (2014b) afirma que as pessoas e os seus mundos estão completamente interligados, sendo este o pressuposto ontológico central na fenomenologia. Enquanto conceito fenomenológico, o lugar é poderoso tanto na parte teórica como na parte prática, uma vez que oferece uma forma em particular de articular mais precisa da integridade experienciada de pessoas no mundo. Como um fenómeno integrante da vida humana, o lugar “mantém os mundos de vida juntos espacialmente e ambientalmente, marcando centros de significado humano, intenção e comportamento que, por sua vez, ajudam a fazer o lugar (Seamon, 2014b, p. 11). Na investigação de afeto do lugar, o facto vivido envolve sempre necessariamente o ser humano no lugar, sugerindo que qualquer ligação entre pessoas e ambiente requer uma linguagem descritiva que surja e retrate com precisão esta posição vivida, ou de deslocamento nos casos de situações negativas de lugar como violência doméstica ou bairros de dissolução social. Para interpretar a ligação ao lugar na subjetividade dos termos das representações afetiva e cognitiva ou nos termos objetivistas de fatores externos sociais, culturais, políticos ou ambientais é necessário, numa perspetiva fenomenológica, uma versão reductiva da totalidade do relacionamento.

Desta forma, para estudar a ligação ao lugar é fundamental identificar e medir, de uma forma integradora, o grau de ligação do lugar e procurar correlações com fatores tais como idade, estatuto social, características físicas e tempo gasto no lugar, assim como identificar a interdependência do lugar com outros aspetos do mesmo tais como qualidades geográficas e culturais do lugar, enraizamento relativo no lugar, grau de investimento pessoal e social, qualidade de vida, estética ambiental, identidade individual e de grupo com o lugar, entre outros.

Por outro lado, Seamon (2014a) explica como é que as qualidades do ambiente físico e o lugar são importantes aspetos da vida humana e da experiência, descrevendo como a abordagem fenomenológica pode ser usada no estudo da experiência humana e como esta pode ser usada para examinar a experiência humana dos ambientes e lugares, e como se pode usar os conceitos de interioridade (*insideness*) e exterioridade (*outsideness*) na definição de lugar nos termos da experiência humana. Através do estudo “Place and Placelessness” do já mencionado geógrafo Edward Relph, Seamon (2014a) afirma que o ponto crucial do lugar da experiência do lugar é o interior, isto é, quanto mais profundo a pessoa ou o grupo se sentir dentro de um ambiente, mais esse ambiente se torna,

existencialmente, um lugar. Contrariamente, a exterioridade define-se pela situação em que a pessoa ou grupo se sente separado ou alienado, de alguma forma, do lugar.

É possível ainda identificar duas interpretações do lugar, denominadas por Seamon (2015) de relacionalidade analítica e de relacionalidade sinérgica. Na relacionalidade analítica o lugar é entendido como uma coleção de partes que são arbitrariamente identificados por uma série de ligações, posteriormente medidas e correlacionadas para demonstrar conexões e relacionamentos entre os mais fortes e os mais fracos. Ontologicamente, a relação entre as partes não é um todo até si, mas apenas um todo, uma vez que é uma coleção de partes interligadas e suas interconexões e dinâmicas processuais. Nesta perspectiva, não é providenciada nenhuma forma conceitual ou prática para compreender e descrever o todo como um todo. Embora a teoria dos sistemas reconheça que a interação das partes não é estática e constante, mas inconstante e dinâmica, esta abordagem à totalidade permanece fragmentada, uma vez que o todo é retratado enquanto uma organização externa materialmente definível de partes e conexões relacionáveis.

Em contraste, a relacionalidade sinérgica trabalha para interpretar o lugar enquanto um território integrado e gerador que molda e é formado por partes integralmente interconectadas num todo vivido e ambiental. As partes são apenas partes, porque sustentam e são sustentadas pela constituição particular, dinamismo e tecido do todo. As relações são a fundação ontológica da identidade e existência. Em relação aos estudos urbanos e de design urbano, Seamon (2015) defende que a perspectiva sinérgica pode contribuir de uma forma mais exata e compreensiva, entendendo a cidade e a construção urbana de lugar.

Como afirma Pallasmaa (2014), o caráter do espaço e lugar não é meramente uma qualidade visual, como é habitualmente assumido. O caráter ambiental é uma complexa fusão de inúmeros fatores que são imediata e sinteticamente apreendidos enquanto uma atmosfera geral, sentimento ou ambiente. A experiência é multissensorial na sua essência, envolvendo além dos cinco sentidos, os sentidos de orientação, gravidade, balanço, estabilidade, movimento, duração, continuidade, escala e iluminação. A complexa tarefa de julgamento de um espaço projeta um processo temporal, uma vez que une percepção, memória e imaginação. Cada “espaço e lugar é um convite para e uma sugestão de atos e atividades distintas” (Pallasmaa, 2014, p. 19).

A partir dos esforços de Seamon na descrição de uma forma genérica do lugar, Stephen Wood (2016) identifica o balanço de seis processos do lugar, sendo eles a interação, a identificação, a realização, criação, libertação e intensificação. Estes processos interagem entre si, de uma forma positiva

ou negativa, reforçando-se mutuamente, por um lado, e entrando em conflito, por outro lado. Segundo Wood (2016), a interação é definida pelas dinâmicas vividas diariamente do lugar incluindo todas as ações, eventos e situações que envolvem contacto entre pessoas ou entre pessoas e aspetos materiais do lugar. O desdobramento da cadeia de interações contribui para o crescimento do afeto ao lugar, chamado de identificação. Através deste processo são forjadas ligações afetivas entre as pessoas e o lugar. Por sua vez, a realização é o processo no qual o ambiente físico ganha uma qualidade vivida de ambiente e carácter e a libertação do lugar relaciona-se com a serendipidade ambiental que um lugar robusto pode evocar. Já a criação do lugar envolve os esforços nos quais as pessoas intencionalmente intervêm de alguma forma para melhorar o lugar. Por fim, a intensificação do lugar refere-se à forma ativa em que os aspetos físicos do lugar, de uma determinada forma e não de outra, podem tornar esse lugar melhor ou pior. Wood (2016) afirma que a “intensificação do lugar é o teste de criação do lugar” (Wood, 2016, p. 15).

O surgimento dos estudos etnográficos trouxe consigo o interesse pelas metodologias de origem pós-estruturalista que foram recuperadas e repensadas. Os métodos etnográficos articulam-se com a necessidade de estudar as questões performativas da vida urbana, dando um particular destaque ao afeto, ao movimento, à temporalidade, às práticas, aos hábitos, às sensações, e aos processos não-representacionais. Desta forma, são realizadas diferentes experimentações metodológicas com o objetivo de aproximar o geógrafo da experiência sensível dos fenómenos que estuda, como o uso de diários ou o recurso a novas tecnologias. Tenciona-se que o investigador “mergulhe no terreno, participe na ação social, e esteja sujeito às afetações e sensações do dia a dia urbano, de modo a permitir que o conhecimento geográfico possa usufruir da subjetividade empírica, criando relatos do terreno que aprofundem questões à escala local ou individual, explicando dinâmicas espaciais e sociais de um modo participado” (Paiva, Cachinho, Barata-Salgueiro e Amílcar, 2017, p. 2).

O conceito de *place ballet*, mencionado anteriormente, tem ressoado na literatura das últimas duas décadas nomeadamente no estudo do ritmo dos lugares, porém ainda é relativamente subutilizado na pesquisa do sentimento de apego e pertença ao lugar. Tal relaciona-se com a ideia sobre os encontros cotidianos que têm sido utilizados nos estudos dos media e que são adjacentes à Geografia Humana. Seamon, de acordo com Eck e Pijpers (2017), faz uma distinção entre “contacto básico”, a perceção pré-consciente dos arredores ajudando o corpo-sujeito a sincronizar as suas ações e mais formas atentas de encontro, “perceber” e “contacto intensificado”, concretizando-se na pessoa sentir-se uma só com o ambiente, acontecendo de uma forma claramente emocional – tal ocorre durante o contacto

intensificado. Como Eck e Pijpers (2017) demonstram, o ritmo e as rotinas estão intimamente relacionadas. As várias abordagens ao ritmo e rotinas das pessoas num determinado espaço refletem o encontro de pessoas e, consoante a área de estudo, demonstram camadas da sociedade. Importa realçar as diferenças entre a perspetiva fenomenológica e a perspetiva sociológica relativamente ao potencial dos encontros em reduzir preconceitos. Do ponto de vista sociológico, os diversos momentos cotidianos de contacto entre diferentes indivíduos ou grupos na cidade não contam como encontros, uma vez que refletem meramente as condições de coexistência em vez de uma socialização genuína. A perspetiva fenomenológica, por outro lado, parte do pressuposto de que o encontro em si tem significado para as pessoas que se encontram, independentemente de o encontro ser superficial ou intenso, sendo que as pessoas reconhecem o efeito desses encontros nas suas vidas.

Para Seamon (1980) a Geografia Fenomenológica em particular tem uma grande importância na exploração do fenómeno dos movimentos diários no espaço, pelo que se deve entender como movimentos diários como qualquer movimento espacial do corpo ou parte do corpo iniciado pela própria pessoa, como por exemplo os movimentos casa-trabalho ou ir à caixa de correio. Ainda segundo o mesmo, a Geografia Fenomenológica reexamina as porções geográficas do mundo da vida como, por exemplo, que significados experienciais têm os lugares nas pessoas? De que formas as pessoas notam ou falham em notar o seu mundo geográfico? Para podermos responder a estas perguntas necessitamos de conhecer as teorias convencionais de movimento e examinar os movimentos diários que ocorrem no seu próprio estilo no mundo da vida.

Nas convencionais Ciências Sociais e Psicologia Ambiental, o movimento diário tem sido geralmente discutido em termos de comportamento espacial – movimento das pessoas numa grande escala de espaço geográfico, e é considerado em duas principais formas. A abordagem de comportamento, associada às tradicionais filosofias do empirismo, vê os movimentos do cotidiano nos termos de um modelo de estímulo-reação, como por exemplo um estímulo particular num ambiente externo causa um movimento de reação na pessoa. Na tentativa de imitar os métodos das Ciências Naturais, os comportamentalistas restringiram, de uma forma genérica, as suas pesquisas a comportamentos visíveis que podiam ser verificados através de alguma forma de medição empírica. Desta forma, os comportamentalistas estudavam geralmente o que um animal ou pessoa faz, em vez do que o animal ou a pessoa experiencia. Em contraste, as teorias da cognição espacial estão associadas com as tradições filosofias do racionalismo e tiveram um grande impacto na Geografia Comportamental. Nas suas várias formas, estas teorias afirmam que o comportamento espacial depende de processos

cognitivos como pensar e decidir. Na prática, a maioria destas pesquisas estudou uma representação cognitiva de espaço de um particular indivíduo ou grupo, sendo que o resultado é extraído de dispositivos como o desenho de mapas ou questionários. Porém, uma das maiores fraquezas destas abordagens, fenomenologicamente, é a sua insistência na explicação do comportamento espacial através de uma teoria imposta à *priori*. Se, por um lado, os defensores da teoria cognitiva assumem que o mapa cognitivo é a chave para compreender o comportamento espacial, por outro lado, os comportamentalistas olham em direção à sequência de estímulos-reação.

Assim, a fenomenologia deve olhar para os movimentos diários enquanto uma experiência, que acontece num estilo próprio, e se caracteriza por ter a sua própria estrutura e dinâmicas. Para se chegar a este resultado, pode-se optar por diversas abordagens, tais como a reflexão do movimento como o investigador o experiencia na própria vida, e a criação de um conjunto de movimentos descritos por outros – através de entrevistas, conversas abertas ou relatos da literatura imaginativa. Um estudo realizado por Seamon (1980), neste movimento de fenomenologia e que reuniu um conjunto de experiências de movimentos diários levou a que autor a concluísse que as principais características dos movimentos diários se resumem a (1) a habitual natureza do movimento diário, (2) a importância do corpo, (3) coreografias do corpo e do espaço (Seamon, 1980).

Incontornáveis na Geografia Cultural contemporânea surgem as teorias não-representacionais, caracterizadas pela perspectiva teórica que enfatiza as particularidades processuais e dinâmicas do quotidiano, nomeadamente as práticas, as experiências e as performances tentando transcender as leituras segmentadas da realidade e da experiência humana, criando uma “geografia do que acontece”. Estas teorias surgem na Geografia Humana durante as décadas de 1980 e 1990 no seguimento da influência do construtivismo social que, segundo Anderson e Harrison (2010), era o fundamento teórico principal do que ficou conhecido enquanto a Nova Geografia Cultural. Aqui o interesse central de investigação era a questão de representação, especificamente as estruturas de significado simbólico de uma sociedade ou cultura. Porém, ainda segundo Anderson e Harrison (2010), as teorias não-representacionais afastam-se do “construtivismo social ao criticar a separação que este faz entre o mundo e os significados que lhe são atribuídos” (Paiva, 2017, p. 161), defendendo que o conhecimento não é divisível da realidade no qual emerge. Assim, o conhecimento produzido interessa-se pelas representações mentais da realidade como significados, sentimentos, discursos e estruturas, mas também com o modo como essas representações são concebidas e executadas corporeamente no decurso das ações e interações de que o mundo é composto abrangendo práticas, hábitos e afetos.

Seguindo o interesse da Geografia relativamente às estruturas socio-espaciais, à identidade pessoal em relação ao lugar e ao papel dos símbolos e dos discursos, as teorias não-representacionais têm um interesse em entender os processos da vida quotidiana e elucidar como os espaços, estruturas, práticas, identidades e relações sociais elaboram experiências e afetações no dia a dia que agilizam ou são concebidos pelos acontecimentos mundanos. Para Paiva (2017), os seus princípios elementares das teorias não-representacionais podem ser divididos em três grandes grupos: (1) subjetividade, afetos e sensações; (2) materialismo relacional, e (3) movimento, tempo e eventos.

Apesar das teorias não-representacionais focarem-se na experiência e na prática da vida quotidiana, estas querem explorar mais do aquilo que é conscientemente percebido pelos indivíduos. Para tal, as teorias não-representacionais trabalham com uma perceção alargada do indivíduo e da sua capacidade de ação, considerando-os enquanto relacionais, sendo a sua ação potenciada ou constrangida pelas materialidades com que se relaciona. Desta forma, os fluxos afetivos entre corpos e materialidades “combinam aspetos de significação representacional e aspetos performativos não-representacionais que são principalmente focados” (Paiva, 2017, p. 160). No centro destas teorias está ainda a necessidade de entender os aspetos processuais dos fenómenos, de descrever e explicar o que acontece, sendo importante entender como é que as relações se desenvolvem na prática, os fluxos e movimentos das coisas e os seus resultados. A intenção decorre da ideia de que a própria vida é constituída por movimento, estabelecendo-se por via da *affective turn* que apresenta os fluxos afetivos enquanto movimentos espaço-tempo que transformam repetidamente o estado dos corpos envolvidos, e por via da ecologia política, apresentando a vida social e política como *assemblages* vibrantes constituídas por movimentos que modificam o estado de coisas reiteradamente.

Por outro lado, as teorias não-representacionais representam uma transição na Geografia com a introdução da variável “tempo” em diversas noções essenciais neste campo. A partir do fim do século XX, o conceito de espaço alterou-se constantemente para uma noção de espaço-tempo, o lugar passou a ser observado enquanto um evento ao invés de uma entidade estável, e o conceito de territorialização tem desequilibrado o conceito de território como entidade permanente.

Segundo Paiva (2017), a metodologia utilizada nas teorias não-representacionais, isto é, a sequenciação do trabalho académico fundamentada na divisão cartesiana entre representação e realidade tem sido criticada uma vez que existe uma separação sequencial entre (1) espaços-tempo de exploração teórica, no qual o investigador lê trabalhos de colegas e consulta-os, normalmente na universidade; (2) espaços-tempo de recolha de dados em que o investigador se desloca a onde ele

considera ser o seu campo de análise; e (3) espaços-tempo de análise de dados, usualmente na universidade de novo, onde o investigador examina, cogita e redige sobre os dados que recolheu no campo.

Seamon (2019) aborda a atmosfera do lugar numa perspetiva fenomenológica. Para este autor, para descrever e entender atmosferas, a fenomenologia é uma das mais concetuais e metodológicas abordagens. Em relação ao lugar, a atmosfera refere-se à personagem invisível que faz um ambiente singular e confere àquele ambiente uma presença e ambiência específicas. As atmosferas são nebulosas, elusivas, mutáveis e, portanto, nunca totalmente compreensíveis ou descritíveis. Estas não podem ser identificadas apenas pela visão, incorporando assim um amplo conjunto de qualidades vividas que incluem som, cheiro, tato, vibrações emocionais e uma imanência ativa e indeterminada de coisas, espaços e qualidades ambientais (Seamon, 2019). Por sua vez, as atmosferas locais estão, de diversas formas, relacionadas à “sensação de lugar”, “espírito do lugar” ou *genius loci*, o ambiente único e caráter de um lugar. Tal como acontece com as discussões de atmosfera, as explicações de *genius loci* focam regularmente numa presença ambiental inefável impossível de localizar ou descrever precisamente ou completamente.

Na aceitação plena de todos aspetos da experiência humana, incluindo o menos pronto e tangivelmente presente, a fenomenologia fornece um meio prático e fundamentado para identificar e explicar ambientes. No estudo da fenomenologia da atmosfera relacionada com o lugar, Seamon (2019) define atmosfera como uma inefabilidade difusa que regularmente se liga a coisas, situações, espaços e ambientes particulares, que o filósofo Gernot Böhme (2014) descreve enquanto um tipo de “sentimento espacialmente estendido”, e o filósofo Tonino Griffero (2014) caracteriza enquanto a qualidade emocional de um dado “espaço vivido”. Relativamente a lugar neste caso em particular, Seamon (2019) refere-se a qualquer locus ambiental que reúne espacial e temporalmente experiências, ações, eventos e significados. Através desta definição, os lugares variam de uma sala de estar ou divisão favorita a um prédio, bairro, vila, cidade ou região. Este autor assume ainda que o lugar e a experiência de lugar são uma parte integral da vida humana.

É da discussão do lugar enquanto um território que se caracteriza pela presença de pessoas e suas ações que, juntamente com as suas características físicas, conferem ao lugar uma identidade própria e que permite distinguir de outros espaços que criamos um local para abordar o espaço público e a forma como o capitalismo e a sociedade capitalista influenciam a criação do mesmo.

## 2. As influências do capitalismo na construção do espaço público

Neste segundo ponto pretendemos abordar o espaço público, através da apresentação da abordagem ao espaço público que surge na década de 1970 na reconsideração do pensamento convencional de refletir o espaço, e do debate da influência que a sociedade capitalista tem na criação e transformação do espaço público. Esta abordagem permite-nos sustentar, posteriormente, uma introdução à cidade do Porto, uma cidade que tem assistido a fenómenos sociais e económicos, associados a cidades contemporâneas, tais como o envelhecimento da população, o esvaziamento populacional do centro, o crescimento e consolidação de múltiplas formas de alojamento local suportadas por plataformas e empresas globais como a AirBnB, o avanço do comércio de franchising, a revitalização urbana do centro histórico através, por exemplo, da restauração dos edifícios históricos, aumento do valor do solo, novas formas de estar e viver a cidade, com introdução de conceitos como o brunch, e a abertura de lojas de luxo.

No início da década de 1970 surge uma nova corrente dentro da Geografia, a Geografia marxista inserida na Geografia Radical que emerge por oposição à Nova Geografia. Esta nova área de estudos relaciona-se com a investigação de autores como David Harvey que defendiam uma teoria geográfica revolucionária. Numa das suas obras mais influentes, David Harvey (1973), mencionado em Azevedo (2007), destaca a pertinência dos conceitos de espaço e lugar para a constituição da vida social.

Criando uma leitura estruturalista de lugar, este autor sugere a reconsideração das formas convencionais de refletir o espaço, considerando a ideia de espaço absoluto por acreditar que através desta o espaço é transformando numa “coisa em si mesma”, com uma existência autónoma da substância. Tendo em conta as variações na elaboração de espaço e da noção de justiça espacial como consistentes com a modificação nas aproximações à teoria, David Harvey estuda o urbanismo e as transformações sociais e espaciais que compõem a sua evolução como pilar para exploração de uma teoria sociogeográfica. Mais tarde, em 1989, David Harvey apresenta uma reflexão crítica à volta das transformações relacionadas com o surgimento das formas culturais pós-modernas e das situações mais flexíveis de acumulação de capital assim como de um novo impulso na compressão espaço-temporal na organização do capitalismo. Como Mitchell (1995, 2016) demonstra, a sociedade capitalista influencia, de uma forma direta e clara, a conceção do espaço público, na medida em que determina os comportamentos e aparências adequados e inadequados a um espaço público. Através da apresentação de casos como o do People's Park, propriedade da Universidade de Berkeley, e da Praça Frank Ogawa em Oakland, o autor identifica como a cidade contemporânea se debate sobre o espaço público, opondo

ideologias e formas de estar. Uma primeira visão promove uma visão de espaço marcada pela interação livre e a ausência da coerção por parte das poderosas instituições. Para os defensores desta ideologia, o espaço público é um espaço sem constrangimentos, irrestritos dentro do qual movimentos políticos se podem organizar e expandir para arenas mais amplas. Uma segunda abordagem, defendida pelo poder económico, apresenta o espaço público enquanto local para recreação e entretenimento, sujeito ao uso por um público inapropriado que é aceite no espaço. O espaço público assim constituiu, para Mitchell (1995, 2016), uma retirada controlada e ordenada onde um comportamento público apropriado poderá experienciar o espetáculo da cidade. Nesta visão, espaço público é planeado, ordenado e seguro. A oposição destas visões reflete numa cidade caracterizada por ser o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória.

Essa influência da sociedade capitalista pressupõe, segundo Harvey (2012), a capacidade de a classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado, e em particular o controlo das instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais, assim como sobre populações inteiras, nomeadamente nos seus estilos de vida, nas suas capacidades de trabalho, nos seus valores culturais e políticos e nas suas visões de mundo. A cidade e o processo urbano que a concebe são, desta forma, esferas importantes de luta política, social e de classe.

Por outro lado, nas últimas décadas temos assistido, segundo Mitchell (1995, 2016), ao fim do espaço público. Primeiramente, para autores tais como Garreau (1991) e Glazer (1992), os espaços públicos são um artefacto do passado, um passado com diferentes sensibilidades e ideias sobre a ordem e segurança pública, quando os espaços públicos eram estáveis, bem definidos, e acessíveis a todos. Porém, estas imagens dos antigos espaços públicos e das antigas esferas são altamente idealizadas. As definições de espaço público e “público” não são universais e duradouras; mas sim produzidas. Posteriormente, surge um argumento mais forte, o argumento de que o fim do espaço público decorre do crescimento de espaços abertos. Segundo Mitchell (1995), diversos analistas sugerem que a própria natureza do espaço tem sido transformada pelos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicação. Estes afirmam que o espaço eletrónico dos *media* e dos computadores abriu, na década de 1990, uma nova fronteira para espaços públicos, no qual os espaços públicos materiais nas cidades são substituídos pelos programas televisivos e de rádio. Para muitos investigadores e empreendedores, as tecnologias de comunicação providenciaram o local principal para a atividade pública discursiva em geral e políticas em

particular. Com estas tecnologias, a cidadania já não requiere a dicotomia das geografias públicas e privadas; uma vez que a utilização de um telemóvel ou computador que, conjugado com acesso à internet, se torna suficiente. Porém, um espaço público totalmente eletrónico torna os grupos marginalizados, tais como as pessoas sem abrigo, ainda mais invisíveis aos olhos dos decisores políticos, uma vez que não existe, literalmente, espaço no espaço público da internet para as pessoas sem abrigo viverem nem para as suas necessidades, desejos, e representações políticas.

Observa-se ainda, em detrimento do fim do espaço público, o surgimento do chamado espaço abstrato (Mitchell, 2016). A tendência do fim do espaço público no capitalismo está intimamente relacionada com a necessidade do capitalismo em produzir espaço abstrato. Tanto esta tendência como necessidade são combatidas e contraditórias, sendo a partir dessas lutas e contradições que o espaço público realmente existente é produzido. Em função desta tendência, surgem duas reivindicações:

1 – A questão do "fim do espaço público", originalmente levantada com força na literatura urbana no início da década de 1990, não desapareceu. Embora os críticos tenham argumentado corretamente que a ideologia do espaço público é problemática porque pode ser tão facilmente incorporado por aqueles que procuram excluir pessoas "indesejáveis" do espaço público, tais argumentos não têm em consideração os espaços reais – a luta sobre a estruturação, controlo e uso de espaços urbanos realmente existentes. Os espaços públicos urbanos permanecem locais de luta social significativa, bem como locais sobre os quais há luta.

2 – Focar no espaço público enquanto um local contestado indica a necessidade de uma avaliação cuidadosa dos fins do espaço público: como os espaços públicos são implantados socialmente, estrategicamente, ideologicamente, assim como a forma como são usados por uma miríade de públicos – os fins para os quais são colocados.

Estas duas reivindicações iniciais produzem um terceiro argumento. Se quisermos entender a dialética entre o fim que está a ocorrer do espaço público e uma infinidade de fins do espaço público, então precisamos de entender a tendência e necessidade inserida no capitalismo para a produção de espaço abstrato, as forças ou realmente, o trabalho que visa tornar essa tendência uma realidade, e as forças que lutam contra a tendência e, portanto, a possibilidade de interromper a sua produção necessária. Desta forma, podemos começar a compreender melhor a dinâmica de estruturação do espaço acessível ao público na cidade.

Há cerca de 30 anos a importância do espaço público para a economia política urbana, a vida na cidade, e a estrutura das cidades capitalistas em geral estava apenas a começar a ser reconhecida. Antes do final da década de 1980, o espaço público era amplamente entendido como uma questão de design ou talvez uma questão de policiamento. No entanto, foram publicados dois livros no início da década de 1990 que catalisaram uma pesquisa nova, crítica e eventualmente ampla sobre o papel do espaço público em tornar as cidades mais ou menos justas. Estes livros parecem destacar algo crucial que está a acontecer nas cidades americanas, e por extensão, noutras cidades do mundo desenvolvido, no final da década de 1980. Juntamente com os argumentos seminais de David Harvey (1987, 1989), mencionado em Mitchell (2016), sobre a ascensão da cidade do empreendedorismo e dos argumentos de Ed Soja (1989), mencionado também em Mitchell (2016), sobre a cidade pós-moderna que, de muitas maneiras, ocorreram de forma paralela e que forneceram inspiração aos argumentos de Mike Davis (1990), estes livros ajudaram a definir de um período de intensa reterorização da cidade, do qual a teorização e análise histórico-crítica do espaço público foi uma parte central (Mitchell, 2016).

Surgiu, ainda durante a década de 1970, um conceito importante que interferiu e continua a influenciar a estrutura das cidades, com impactos sociais e económicos. Referimo-nos à gentrificação. Segundo Zukin (1998), a gentrificação surge enquanto apoio à preservação de edifícios antigos ou “marcos”, um movimento de artistas e profissionais em direção às áreas antigas da cidade. Este movimento foi acompanhado por investimento de capital em novos centros comerciais, festividades e parques temáticos, na revalorização de antigos mercados e novos restaurantes, pela introdução de arte pública na cidade, pela construção de museus de arte, e por uma revalorização das identidades urbanas históricas. Para Zukin (1990), a gentrificação refere-se, por definição, à deslocação de residentes com baixos rendimentos, frequentemente minorias étnicas e raciais, que residem em localizações recentemente desejáveis no centro da cidade, e em antigas afabilidades urbanas do Mundo Disney, que são maioritariamente apreciadas por pessoas de classe média alta. Este grupo social altamente educado, com recursos relativamente modestos e muitas vezes comprometido com trabalho criativo ou intelectual, promovem, segundo Zukin (2016), a primeira onda de gentrificação. A sua decisão de residir numa área desfavorecida, onde não partilham uma condição social ou origem étnica com os residentes existentes, reflete a prioridade que estas populações colocam nos preços de habitação relativamente baixos e a sua desvalorização de amenidades como mercados de alimentos frescos e alto desempenho de escolas públicas.

Para Zukin (1990), verificaram-se, durante a segunda metade da década de 1980, padrões de consumo em espaços específicos que diziam respeito à gentrificação dos centros das antigas cidades industriais e comerciais, e aos antigos complexos urbanos que se desenvolveram em consequência de novas tendências culturais. Consequentemente, estas motivações chamaram à atenção para um aparente eclipse das funções de produção pelo consumidor de bens e serviços. Mesmo hipoteticamente, obviamente, esta afirmação está limitada às economias industriais avançadas que estão preocupadas com as finanças, os investimentos no estrangeiro, e a exportação de serviços de negócios. Estas transformações enquadram-se nas mudanças destacadas por Sassen (2014), ocorridas na década de 1980, período vital de mudança nas economias capitalistas, numa parte do globo descrita, ainda pela mesma autora, como uma das extremidades, isto é, a criação mundial ativa de cidades globais enquanto espaços estratégicos para funções económicas avançadas. Tal inclui cidades construídas do zero e a renovação brutal frequentemente de cidades antigas. A rede de cidades globais funciona como uma nova geografia de centralidade que corta as antigas divisões Norte-Sul e Este-Oeste, criando assim a rede de locais de terceirização.

Apesar da replicação cultural, a ramificação e os franchises do sistema de distribuição em massa, os investidores procuram projetos de desenvolvimento que apresentem uma grande fiabilidade em termos de sucesso. A gentrificação atinge a sua maior expressão num pequeno número de cidades que atraem grande parte do investimento, especialmente de origem internacional, direcionados tanto para propriedades como para serviços financeiros. De forma semelhante, o Mundo Disney é brilhantemente embutido em alguns polos regionais de investimentos nacionais e internacionais, interferindo consequentemente no desenvolvimento turístico e residencial desse polo.

Estes complexos espaciais do consumo são, no entanto, bastante influentes na modelação tanto do investimento como do consumo que, claramente, representam mais de que uma mera transformação da habitação e do estilo de vida. Protótipos de novas organizações de consumo, gentrificação e o Mundo Disney são copiados por todo o mundo, mostrando como o capital cultural agora circula nas estruturas socio-espaciais. Os contrastes e oportunidades espaciais definem as novas práticas de consumo, facilmente praticadas em qualquer parte do mundo, estabelecendo padrões de autenticidade e propriedade contextual e que requerem, por exemplo, que o design de um franchise de *fast food* se encaixe num modo de arquitetura predominante, ou que um menu de um restaurante chinês seja facilmente entendido num espaço público que não seja familiar com a tradicional cozinha chinesa.

Estando estas normas espaciais incorporadas na experiência do consumo, são legitimados outros tipos de apropriação pelos grupos de consumo.

Desta forma, a gentrificação é caracterizada por um tipo e uso específicos de espaço. Geograficamente central; prédios baixos, mas densamente construídos; o stock habitacional que atrai potenciais gentrifiers, refletindo uma era anterior de desenvolvimento comercial e industrial da baixa. No contexto urbano que Sassen analisa, a maioria da arquitetura do século XVIII e XIX que os gentrifiers procuram deve-se principalmente à preservação histórica, verificando-se uma variação mínima daquilo que é o exterior do edifício. Os gentrifiers têm sido exaustivamente descritos em termos das suas preferências em relação a fragmentos do passado. A sua vontade em procurar estes detalhes em concreto e de tomar as ações necessárias para restaurar, recriar, ou reproduzi-los nas suas casas liga-os a um *habitus*, isto é, associa-os a um modo de estar, resultado das aprendizagens sociais, e que condicionam, de um certo modo, atitudes, comportamentos, escolhas, e gostos. Expressa ainda um esforço para um poder monumental, elitista, e essencialmente cultural que alguns espaços urbanos centrais sempre conservaram.

O comércio associado à gentrificação, ao contrário do comércio de luxo caracterizado pelo conhecimento dos funcionários das rotinas dos consumidores e pelas relações pessoais construídas entre os funcionários e os clientes, é acessível a maiores grupos de consumidores, e que se podem encontrar com relativa facilidade. Estas características apelam também aos consumidores que “procuram um desinibido e relativamente animador tempo” (Zukin, 1990, p. 41).

O estabelecimento de zonas históricas legalmente protegidas confirma as construções seletivas de narrativas espaciais. Enquanto a definição legal de distinção depende dos valores arquitetónicos e históricos, não existem padrões universais para tal, e a decisão de seleção e eleição é frequentemente influenciada pelos mesmos grupos sociais que irão consumir esta zona numa área específica de referência. A “verdade” da narrativa espacial parece presa pelas construções materiais. A narrativa é socialmente construída por uma busca simbólica por autenticidade, validação, e monumentalidade, assim como enquanto mito de um enclave historicamente preservado que representa a verdadeira e histórica cidade.

A gentrificação destaca a importância da imersão espacial na especificação de novas formas de consumo. Empiricamente, a gentrificação representa uma colocação espacial limitada de investimento monetário que enfatiza a articulação de novas práticas de consumo com um serviço económico em

crescimento. Analiticamente, porém, a gentrificação sugere uma estrutura socio-espacial que é organizada à volta de consumo visual e de produtos de indústrias de cultura.

Por outro lado, a gentrificação pode ser considerada esquematicamente enquanto um largo circuito de capital cultural que é, por sua vez, tornado um pequeno circuito, isto é, circuitos especializados, cada um dos quais está unido por trabalho, finanças, e investimento de capital numa infraestrutura física, numa estrutura socio-espacial. O circuito enquanto um todo que se reproduz a ele mesmo, ilustra algumas das dinâmicas que estão por detrás da localização de serviços económicos e do seu controlo dos serviços de negócios (tabela 1).

Tabela 1. Os circuitos de capital cultural da gentrificação

Traduzido de Zukin (1990)

<b>Trabalho/Produtos</b>	<b>Infraestrutura física</b>	<b>Finanças</b>
Restaurações arquitetónicas	Velhas moradias e lotes	Investimento em arte e restaurantes de vanguarda
Produção de réplicas	Conjunto de facilidades no cenário da baixa	Imobiliária local
Publicação de revistas	Quarteirões de referência	Viajar – crédito – Venda (retail sales)
Circulação de ideias, pessoas	Expansão de CBD (Central Business District)	Investimento na construção de novos escritórios
	Centro da cidade “revitalizada”, dominado pelos quarteirões das finanças	

Começando com a construção do *stock* de velhas moradias e lotes, por exemplo, a gentrificação fixou primariamente capital, sendo que o complexo socio-espacial familiar se desenvolve com o trabalho investido na restauração arquitetónica e investimento financeiro numa atuação de vanguarda e arte visual e amenidades locais tais como novos restaurantes “internacionais”. Estes fatores são culturalmente sintetizados num cenário da baixa. Subjetivamente, o cenário tem as suas próprias atrações. Objetivamente, porém, introduz um circuito com um uso mais intensivo de capital, alimentando-se de

valores de propriedade mais altos e alimentando a produção quase em massa de acessíveis reproduções de antiguidades que são consistentes com as práticas de consumo dos *gentrifiers*.

Apesar de ser uma ação sobretudo individual, a grande acumulação de capital é acompanhada por um aumento de poder social e de influência política dos *gentrifiers*. O resultado mais óbvio da construção da sua zona de consumo é o estabelecimento do que é legalmente designado por áreas de referência. Mas esta designação inicia um outro circuito de capital cultural, marcado por uma corporação de larga escala de indústria de serviços que circula o capital cultural de gentrificação para um público mais amplo.

Tanto pelo seu uso como pelo seu valor, a área gentrificada é incorporada numa estrutura socio-espacial maior. Sendo, no passado, um enclave da classe média alta de consumo doméstico, a área gentrificada fica ligada às novas concentrações de serviços criativos como publicidade, arquitetura, e publicação, que procuram, por um lado, habitantes locais com rendas relativamente baratas, e, por outro lado, pequenos teatros, e outras diversões, e se a construção e os preços da terra permitirem, sedes de grandes instituições financeiras. Neste ponto, a área gentrificada torna-se um acessório residencial e comercial de um maior condutor de investimento capital como, por exemplo, a área financeira. A gentrificação é reproduzida onde for possível, de forma a promover esta dinâmica: não porque é boa, mas porque resulta para aumentar o valor do investimento de capital.

Segundo Amin (2008), os urbanistas tiveram durante um período a ideia de que os locais públicos têm um papel central na formação de públicos e cultura pública. As ruas da cidade, parques, quarteirões e outros espaços partilhados têm sido vistos enquanto símbolos de bem-estar coletivo e possibilidades, expressões de conquistas e aspirações de líderes urbanos e visionários, sítios de encontro público e formação de cultura cívica e lugares significativos de deliberação política e luta agnóstica. Porém, comentadores e praticantes urbanos variam as suas visões no detalhe preciso das conquistas coletivas ao longo do tempo e espaço, não colocando geralmente a hipótese de uma forte relação entre espaço público urbano, cultura cívica e formação política.

Questionando esta visão, Amin (2008) afirma que parece estranho esperar que os espaços públicos respondam ao seu papel tradicional enquanto espaço cívico e participação política numa altura de expansão urbana, de múltiplos usos do espaço público e de proliferação de locais de expressão. Os locais de formação política e cívica são plurais e distribuídos. As práticas cívicas e a cultura pública em geral são moldadas por circuitos de fluxos e associação que não são redutíveis ao urbano, como jornais, livros, televisão e música. De uma forma similar, locais de formação política proliferaram, incluindo a

micropolítica do trabalho, escola, comunidade e vizinhança e o funcionamento dos estados, constituições, assembleias, partidos políticos e movimentos sociais. Desta forma, as “dinâmicas de reunir e passar através de ruas, praças, parques, bibliotecas, centros culturais e de lazer, são mais vezes interpretadas em termos do seu impacto sobre culturas de consumo, práticas de negociação do meio urbano e social resposta a outros anónimos, do que em termos da sua centralidade na formação cívica e cultura política” (Amin, 2008, p. 6). Se adequadamente organizado, o espaço público oferece o potencial para a comunhão social por nos permitir levantar o olhar do cotidiano e, como resultado, aumentar a nossa disposição para o outro.

Para Harvey (2012), o ressurgimento da ênfase na suposta perda da comunalidade urbana reflete os impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, cercamentos, controlos espaciais, policiamento e vigilância na qualidade da vida urbana em geral e, em particular, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais – novos bens comuns, num processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas. Ainda segundo este autor a comunalidade urbana tem sido, ao longo do tempo, objeto de análises de urbanistas de todas as áreas, além de ser tema frequente de um vasto conjunto de textos e representações como filmes, quadros e vídeos que tentam reter o carácter dessa vida, ou o carácter particular da vida numa cidade específica num lugar e tempo determinados, e o seu significado mais profundo.

Por outro lado, o estudo da gentrificação tem recebido uma ampla atenção, tanto nacional como internacional (Barbosa e Lopes, 2020), mas esta geralmente não é antecipada (Zukin, 2016). Apesar da sua proeminência e efeitos materiais visíveis, esta não é a tendência urbana mais importante. E, embora os residentes e lojas locais desapareçam quando os preços da habitação sobem e um bairro é “gentrificado”, este não é um processo estreito de gentrificação, mas um poderoso nexos de ambições e investimentos que é responsável pelo seu deslocamento. Segundo Barbosa & Lopes (2020), os estudos sobre a gentrificação, procuram compreender os impactos da mesma na transformação das cidades e da vida dos seus habitantes, analisando em especial as desigualdades sociais, culturais e urbanas. Já para Alves (2017), a principal preocupação da academia é aclarar as causas dos processos de ocupação de áreas tradicionalmente operárias por uma população de classe média-alta.

Para Mitchell (2016), existem muitas razões para este interesse sustentado pelo espaço público. A agenda que Mike Davis, Michael Sorkin e outros investigadores definiram, que refletia a transformação bastante nítida e observável da cidade que marcou o fim do keynesianismo, foi e continua a ser importante. De que formas é que eles estavam a perguntar se a cidade estava a ser refeita para refletir

interesses particulares de uma classe, e o que isso significa, em termos de viver e usar a cidade, para todos os outros? O que isso significa economicamente, socialmente e politicamente? Quem beneficiou do aparente fim do espaço público – um espaço representativo e conducente ao “público” que foi criado na era keynesiana - conforme a cidade foi sendo recuperada pelo redensolvimento, gentrificação, mudança técnica, transformações no policiamento e na lei, e a reafirmação da primazia de propriedade privada? Uma questão concomitante de apenas quem constituía “o público” também parecia estar a ganhar relevância conforme uma nova ordem neoliberal estava a ser construída nas cidades. No terreno, um ressurgimento da agitação urbana, exemplificado pelo motim no People’s Park em 1991, e de algum tipo de conflito racial deixou claro que o espaço público deve ser entendido como um espaço de conflito e um espaço essencial para a criação e resolução de conflitos. Outro exemplo surge da privatização da gestão do Bryant Park, Nova Iorque que se caracteriza pela imagem de espaço sinistro impulsionada, por um lado, pelo desenho do parque, paredes altas de pedra e o isolamento da visão de transeuntes com árvores e, por outro lado, pela dificuldade de controlar o público durante o século XX, segundo Zukin (1998), pela grande dificuldade em controlar o público. Esta dificuldade aumenta durante a Grande Depressão, quando pessoas desempregadas tentavam dormir no parque; durante a Segunda Guerra Mundial, com a presença soldados e visitantes da cidade que usavam o parque para reuniões e encontros ilícitos; e durante década de 1970, com a presença de traficantes de drogas que usavam o parque mesmo durante o dia, levando a que outras pessoas, principalmente mulheres, tivessem medo de entrar.

Este debate à volta do espaço público, isto é, das várias valências do espaço enquanto espaço material, e das transformações que o espaço público sofre e confere que pretendemos iniciar o próximo ponto, dedicado ao território portuense.

## Capítulo II. Porto: desenvolvimento urbano recente

O concelho e cidade do Porto localiza-se no noroeste de Portugal. Expandindo-se a partir da margem direita do Rio Douro, na conhecida zona ribeirinha, o município portuense caracteriza-se por ser um território pequeno, com uma área de pouco mais de 41km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de metade da superfície do município de Lisboa. Enquanto território com uma longa história, várias são as disciplinas que têm interesse em estudar os fenómenos aqui ocorridos, desde os primeiros vestígios do castro proto-histórico, que deu origem à cidade do Porto, surgidos no morro da Sé ou da Penaventosa, às influências romanas na expansão da malha urbana, e às transformações económicas e sociais da cidade mercantil, marcada pelo negócio do vinho do Porto a partir do século XVIII e que divide o território em lado dos “ingleses” e lado dos “brasileiros” de retorno, até à atualidade, isto é, da cidade marcada por uma grande importância do turismo, e das instituições e equipamentos de ensino, saúde e cultura.

Ao longo deste capítulo, procuramos apresentar as transformações urbanas no Porto ocorridas entre a segunda metade do século XX e a atualidade. Concretizamos este objetivo em dois pontos, abordando, num primeiro momento, as transformações da segunda metade do século XX, período no qual se verificam os primeiros sinais da introdução de novas formas de consumo, na alteração das acessibilidades, e da recuperação de algumas áreas da cidade. Num segundo momento, refletimos sobre o século XXI, com a intensificação dos processos de gentrificação com, por exemplo o aumento da população flutuante e diminuição da população residente, a chegada de companhias aéreas low-cost., a emergência e crescimento de plataformas de reservas online como a Airbnb, e a reabilitação continuada no tempo e espaço de edificado.

### **1. As transformações da segunda metade do século XX: a expansão para oeste, a decadência do centro e os planos de reabilitação urbana**

Ao longo dos últimos anos do século XX e dos primeiros anos deste século, a abertura de dezenas de estabelecimentos com mais de 1 000m<sup>2</sup> de superfície, sejam estes de dominante alimentar ou especializados, e a construção de grandes empreendimentos de tipo *shopping* modifica drasticamente a prática de “fazer compras”. Uma das componentes desta revolução traduz-se, no Porto, numa alteração significativa da geografia do comércio. Esta tem alguns precursores, tal como a primeira galeria comercial do país, na dita “urbanização Graham” ou do “Foco”, junto à Avenida da Boavista, em 1973, e o Shopping Brasília, aberto aos domingos desde 1976. O reforço da acessibilidade, com a Ponte da Arrábida (1963) e a abertura da Via Norte (1959), assim como a expansão de serviços na área da

Boavista-Campo Alegre ajuda a entender esta expansão da Baixa para ocidente, e, por outro lado, a criação de “centros periféricos”, fora do município do Porto, propulsionou uma nova fase na vida da cidade.

Ainda no final da década de 1970 surge a preocupação de reabilitar o Centro Histórico do Porto, materializando-se após o 25 de abril com a criação do CRUARB, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo. Esta entidade, segundo Azevedo (2010), tinha como objetivo “combater o processo de degradação física do Centro Histórico, reabilitando e recuperando-o, com o intuito de preservar os valores históricos, arquitectónicos e estéticos, assim como o ambiente social e cultural” (Azevedo, 2010, p. 18). O seu papel passaria pela produção de habitação social para a população local, recuperando o parque edificado, na medida em que substitui os proprietários no papel de reabilitação das suas habitações, e, simultaneamente, procuraria dinamizar económica e socialmente através do arranjo e reanimação do espaço urbano e do comércio. Após em 1975 se ter declarado a primeira zona degradada – a área Ribeira-Barredo na freguesia de São Nicolau, afirmando-se que existia uma urgência nas expropriações para execução do programa, e em 1982 dava-se por concluído a renovação das habitações, incluindo os quarteirões mais degradados desta área.

No concelho central de uma metrópole alargada, que engloba Matosinhos, Gaia, Maia, Gondomar e Valongo, a Boavista assume-se enquanto o espaço moderno dos anos de 1980, da banca e dos serviços de apoio a empresas, assim como da hotelaria e da restauração, isto porque, o aeroporto do Porto, nesta década, ganha uma significativa importância – ainda muito antes da explosão turística, este é o lugar de entrada mais fácil. Também nesta década, destaca-se o eixo Gaia Shopping-Boavista-Norte Shopping na estruturação metropolitana, que fazia da Boavista mais próxima do ocidente elitizado, e o lugar de eleição para o comércio mais sofisticado e para os hotéis das grandes cadeias internacionais, como o primeiro hotel da cadeia Sheraton, inaugurado em 1982, e o hotel da cadeia Le Meridien, inaugurado em 1984, ambos na Avenida da Boavista.

Já na década de 1990 é criada a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) que, juntamente com o CRUARB, concretiza no Centro Histórico um projeto de desenvolvimento local e de combate à pobreza e à exclusão social, fomentando a recuperação urbanística e a reinserção social. Esta é uma instituição de privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem como objetivo de garantir o desenvolvimento de uma ação-modelo nas freguesias da Sé e de São Nicolau. Após a conclusão desta ação-modelo, a Fundação implementou no Centro Histórico do Porto – freguesias da Sé, São Nicolau, Miragaia e Vitória, um plano de reabilitação urbana de “modo a contribuir para as

condições de vida da população, para uma valorização socio-urbanística, e para o desenvolvimento local” (Azevedo, 2010, p. 19). O investimento realizado orientou-se sobretudo para a reabilitação do parque habitacional e para a valorização do capital humano, estimulando os recursos locais.

A par destas transformações, o tecido antigo consolidado, junto ao Douro e de ambos os lados da Avenida dos Aliados, estava a dar sinais de crise, verificando-se um decréscimo constante da população, permanecendo os mais pobres e mais idosos, com menor capacidade de mobilidade física e económica; uma estagnação do comércio, demonstrando a concorrência acrescida de novos formatos e lugares de comércio; e uma diminuição da acessibilidade, com a diminuição do uso dos transportes públicos e a dificuldade de aceder e estacionar por aqueles que cada vez mais usam o automóvel nas deslocações diárias (Fernandes, Carvalho, Chamusca e Mendes, 2018).

O Centro Histórico do Porto foi classificado em 1996 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Património Mundial pelo seu valor estético e pela sua articulação das ruas com o espaço envolvente, particularmente com o Rio Douro e Vila Nova de Gaia, apresentando uma unidade visual que lhe confere uma das suas principais características, o cariz panorâmico<sup>5</sup>. Pela sua classificação, o Centro Histórico do Porto é constantemente monitorizado para fiscalizar e combater eventuais irregularidades. Estas ações permitem promover e certificar a autenticidade histórica e arquitetónica dos edifícios, e o fomento da qualidade funcional e estética da área classificada.

## **2. O Porto no século XXI: o turismo, a gentrificação e o crescimento da Airbnb**

O processo de transformações que modificou o território portuense, sobretudo nas últimas duas décadas, deveu-se sobretudo a três grandes motivos, a macrotendências, a razões endógenas, e a razões tecnológicas. Num primeiro momento, verificou-se um aumento da procura turística global, e uma atratividade do investimento imobiliário em período de baixas taxas de juro. Segundamente, ocorreu uma melhoria da acessibilidade internacional da cidade, verificando-se o aumento da atratividade para a instalação de companhias de voos *low cost*, e, por outro lado, constatou-se uma valorização patrimonial, um incremento da sensação de segurança, e assistiu-se a um descongelamento dos contratos de arrendamento. Por último, estabeleceu-se uma crescente facilidade de intermediação entre proprietário

---

<sup>5</sup> <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>, consultado a 27 de julho de 2021

e visitantes através de plataformas digitais como a Airbnb (Fernandes, Carvalho, Chamusca e Mendes, 2018).

## 2.1 A população residente e flutuante

O final do século XX e o início do século XXI, no município do Porto, é marcado pelo decréscimo da população residente, verificando-se uma perda de 14,95% entre 1991 e 2001, e de 10,75% entre 2001 e 2011 (tabela 2). Em duas décadas, em termos absolutos, o município perdeu quase 65 000 residentes (tabela 2). Esta perda de população residente foi, segundo Alves (2017), um processo social e espacialmente diferenciado. Ainda para a mesma autora o processo de suburbanização, naquilo que tocou ao aumento de população na aglomeração urbana, porém de diminuição nas áreas centrais, foi o “resultado de uma fase de crescimento económico e de aumento do poder de compra (e de endividamento) das famílias” (Alves, 2017, p. 7). No período da crise e austeridade (2011-2014), segundo Barbosa e Lopes (2020), o Porto lutava com o decréscimo da população no centro histórico, com um elevado número de edifícios devolutos e níveis de pobreza e exclusão social ampliados com a crise.

Tabela 2. População residente (nº) no Porto (total e por freguesias) em 1991, 2001 e 2011 e taxa de variação (%) entre 1991 e 2001 e 2001 e 2011

Fonte: Recenseamentos da População e Habitação de 1991, 2001 e 2011, INE

	População residente (nº) no Porto (por freguesias e total) em 1991, 2001 e 2011			Taxa de variação (%) de população entre 1991 e 2011 no Porto (por freguesias e total)	
	1991	2001	2011	1991 – 2001	2001 – 2011
<b>Aldoar</b>	15 079	13 957	12 843	-8,04	-8,67
<b>Bonfim</b>	34 497	28 578	24 265	-20,71	-17,77
<b>Cedofeita</b>	49 107	38 757	32 659	-26,70	-18,67
<b>Campanhã</b>	32 066	24 784	22 077	-29,38	-12,26
<b>Foz do Douro</b>	12 231	12 235	10 997	0,03	-11,26
<b>Lordelo do Ouro</b>	22 421	22 212	22 270	-0,94	0,26
<b>Massarelos</b>	9 336	7 756	6 789	-20,37	-14,24
<b>Miragaia</b>	4 771	2 810	2 067	-69,79	-35,95
<b>Nevogilde</b>	5 756	5 257	5 018	-9,49	-4,76

<b>Paranhos</b>	50 906	48 686	44 298	-4,56	-9,91
<b>Ramalde</b>	36 300	37 647	38 012	3,58	0,96
<b>Santo Ildefonso</b>	14 431	10 044	9 029	-43,68	-11,24
<b>São Nicolau</b>	3 957	2 937	1 906	-34,73	-54,09
<b>Sé</b>	7 343	4 751	3 460	-54,56	-37,31
<b>Vitória</b>	4 271	2 720	1 901	-57,02	-43,08
<b>Porto (município)</b>	302 472	263 131	237 591	-14,95	-10,75

Para Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes (2019), a nova vida do Porto não é só justificada pelo turismo e pelo crescimento da população flutuante, uma vez que outros utilizadores da cidade, que “vivem” a cidade em variadas horas do dia, épocas do ano, e a fazer coisas diferentes coisas, como visitantes variados e estudantes em particular. Destes, deve-se destacar, segundo os autores, o forte crescimento da capacidade de atração de estudantes estrangeiros pela Universidade do Porto, tendo o número triplicado em apenas em doze anos – no ano letivo 2003/2004 o número total de estudantes internacionais (estudantes internacionais matriculados e estudantes ERASMUS) rondava os 1 000, e, no ano letivo 2015/2016 o número total de estudantes ultrapassava os 1 500 alunos. Simultaneamente, o aumento da população flutuante, a qualificação urbanística da cidade e o reforço da mobilidade promovem uma diversificação da atividade económica, especialmente verificada no centro da cidade, o crescimento da oferta de alojamento (148,10%), dos cafés e restaurantes (39,90%), e dos estabelecimentos que combinam vários tipos de atividade, muitas vezes orientadas para turistas (125%), entre 2012 e 2018 (Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes, 2019).

## **2.2 A reabilitação do edificado e preço do solo**

A reabilitação, seja urbana ou do edificado, continuou a ser uma das grandes apostas do século XXI, e que desencadeou efeitos diversos a nível económico, social e urbano nas áreas que sofreram renovações. Segundo Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes (2019) existiu um contexto atrativo para o investimento privado, o que levou a que o “mercado” aposte na melhoria dos prédios, providenciando a sua conservação, mesmo com soluções muito diversificadas e discutíveis, que variam entre o restauro, o fachadismo e a renovação.

Ao nível do investimento público, atualmente existe a Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana, uma sociedade anónima de capitais unicamente públicos, da qual 60% é detida pelo Instituto

da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e 40% é pertencente à Câmara Municipal do Porto. Esta distribuição é justificada pela dimensão e complexidade do problema existente no Centro Histórico e na Baixa do Porto. A missão desta entidade é a condução do processo de Reabilitação e Reversão do património degradado da Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística (ACRRU), encaminhando o “processo, elaborando a estratégia de intervenção e actuando como mediador entre proprietários e investidores, e entre proprietários e arrendatários, podendo em caso de necessidade tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais que lhe foram conferidos” (Azevedo, 2010, p. 21). A ACRRU estende-se por cerca de 1 000 hectares, aproximadamente um quarto do concelho do Porto, correspondendo a oito freguesias, e envolve cerca de 18 000 edifícios, 30% destes são anteriores a 1945, e 47 000 alojamentos, dos quais 10 000 já se encontram devolutos. Esta área ainda é caracterizada por apresentar uma elevada complexidade e diversidade dos problemas, levando a delimitar uma área menor, designada de Zona de Intervenção Prioritária (Z.I.P.), e onde foi concentrado o esforço da Porto Vivo SRU. A Z.I.P. é constituída por 500 hectares, distribuídos pelo Centro Histórico do Porto, a Baixa e as áreas envolventes das freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita.

Acompanhando as reabilitações, e de acordo com o “Confidencial Imobiliário”, os preços no Centro Histórico do Porto valorizaram, em média, 14,6%/ano desde 2009. Tal sucede-se após a procura de alguns residentes no Porto e na envolvimento do “espaço na moda”, contribuindo para o aumento dos consumidores de restaurantes e lojas, que ocorre simultaneamente com o aumento de alojamentos. Este incremento da procura leva a um aumento dos preços dos edifícios, cada vez mais atrativos para empresários que pretendem investir em negócios direcionados para turistas e/ou para a classe média-alta, persuadindo os proprietários com simpáticas quantias (Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes, 2019).

### **2.3 O turismo enquanto fenómeno económico**

O aumento de visitas turísticas, nacionais e internacionais, no Porto, deve-se sobretudo ao património cultural e histórico, à gastronomia, ao comércio, à restauração, e à mobilidade mais rápida e barata (Matos, 2017). Porém, o aumento do número de visitantes, sejam estes turistas tradicionais, excursionistas nacionais e galegos, ou estudantes universitários, fomenta uma pressão acentuada sobre o território, nomeadamente o espaço central da cidade do Porto. O fenómeno de turistificação decorre da relevância dada aos visitantes, e, assim, a transformação do centro realiza-se de modo a responder

sobretudo às necessidades destes, resultando numa multiplicação de casas de cores garridas, nas intervenções de fachada, na multiplicação de esplanadas e no reforço de transportes especiais, como os autocarros hop on hop off, tuk tuk, entre outros (Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes, 2019).

O número de passageiros no Aeroporto Francisco Sá Carneiro entre 2009 e 2019 sofreu um aumento de 65,6%, que corresponde, em termos absolutos, a um crescimento de quase 10 milhões de passageiros. O maior crescimento registado ocorreu entre 2009 e 2011, e entre 2015 e 2018, com uma taxa de variação superior a 10% (PORDATA, 2021). De lembrar que o Aeroporto Francisco Sá Carneiro foi alvo de obras de ampliação entre novembro de 2000 e março de 2009, com um custo de 406,9 milhões de euros<sup>6</sup>. O número de dormidas acompanhou, de uma forma semelhante, a evolução do número de passageiros, verificando-se entre 2009 e 2019 um crescimento de quase 3 milhões de dormidas, uma variação de 68,2% (INE, 2021).

O Porto enquanto destino turístico popular é também comprovado pelos diversos prémios atribuídos ao longo dos últimos anos à cidade, tal como Melhor Destino Europeu entregue em 2012, 2014 e 2017 e Melhor Destino *City Break* da Europa em 2017, 2018, 2019 e 2020, ambos concedidos pelo *World Travel Awards*. Para Matos (2017), a “febre do turismo” proporcionou a emergência de um novo tipo de investimento no imobiliário, através do qual proprietários e investidores, muitos deles estrangeiros, investiram em novas unidades hoteleiras – hostels e alojamentos locais, levando a uma pressão que recai no mercado imobiliário, nos inquilinos e nos pequenos comerciantes.

O turismo no Porto enquanto fenómeno massificador, hegemónico e dominante é, ainda segundo Matos (2017), um fenómeno recente. A massificada procura da cidade portuense enquanto destino turístico acelerou, para além de outras transformações sociais e económicos no tecido urbano, a gentrificação. Se, por um lado, a gentrificação surgiu associada ao setor residencial, por outro lado, nos últimos anos tem estado relacionada com outros setores, particularmente com o comércio e turismo. O turismo, segundo Oliveira (2018), o crescimento do mercado imobiliário na cidade do Porto e a afetação de uma significativa parte do seu edificado à economia do turismo têm originado importantes processos de gentrificação. O mesmo autor afirma ainda que o turismo trouxe benefícios à cidade do Porto, porém, as novas dinâmicas comprometem o direito a habitar a cidade e impõem diversas e irreversíveis alterações tipológicas e construtivas.

---

<sup>6</sup> <https://www.dn.pt/portugal/norte/porto-obras-de-ampliacao-do-aeroporto-derraparam-mais-988-milhoes-de-euros-do-que-o-previsto-1161849.html>, consultado a 27 de julho de 2021

## 2.4 Gentrificação

Para compreendermos o processo de gentrificação no Porto necessitamos de mencionar primeiro os fenómenos económicos que o antecederam, surgidos a partir da década de 70 da década do século XX, como a especialização do comércio. Enquanto produto do encontro da divisão técnico-económica do espaço com a sua divisão social, e da tendência de aglomeração de unidades comerciais do mesmo ramo numa determinada área, a concentração de comércio em Portugal, segundo Salgueiro (1999), expressa-se através de três tipos: centros hierarquizados que nos aglomerados maiores podem aparecer três níveis coroados pelo CBD, as faixas comerciais exemplificadas muitas vezes nos casos portugueses através das ruas Direitas, e as novas formas comerciais, como os supermercados, os hipermercados, e os centros comerciais, que surgem na década de 1970. A distinção das várias formas de especialização é realizada através, por exemplo, da disposição das atividades económicas, o alcance de agrupamento, e os aspetos morfológicos da aglomeração das atividades. Numa análise à cartografia do número de unidades funcionais por quarteirão pode-se identificar, segundo ainda a mesma autora, a existência de 3 áreas centrais, ou CBD (Central Business District). A maior área estabelece-se em torno das ruas de Santa Catarina e Sá da Bandeira, uma segunda que engloba a Rua dos Clérigos e parte da Rua das Flores, alongando-se pela Rua de Cedofeita, com uma concentração de prontos-a-vestir, sapatarias, e lojas de artigos para o lar e de decoração ; e uma terceira, o centro financeiro e de negócios, que inclui a Avenida dos Aliados e o tramo sul da Sá da Bandeira (Praça de D. João I), caracterizando por uma presença significativa de bancos, companhias de seguros, e serviços prestados às empresas. Existem ainda zonas especializadas, como a concentração de cafés e restauração de apoio aos escritórios a sudoeste da Praça de D. João I, cafés e salas de jogos destinados à diversão noturna na Baixa, e lugares de convívio nas áreas históricas da Ribeira e da Foz.

O crescimento exponencial do setor terciário no Porto dá-se desde os anos 60 do século passado, determinando o aumento do espaço ocupado pelas atividades centrais que raramente ficaram confinadas à área do antigo centro. O encerramento de empresas com pouco lucro, e a transferência das unidades fornecedoras de bens de utilização corrente para outras zonas, libertaram espaço no centro para outros usos. De um modo semelhante, as habitações dão lugar a escritórios e consultórios. Contudo, esta substituição de uma função por outra não é, no geral, suficiente para responder à crescente procura de um setor em expansão. É através da renovação, ou seja, da substituição de edifícios por outros mais altos, com uma arquitetura diferente e adaptada às necessidades dos novos ocupantes, que se aumentou o espaço disponível nas áreas centrais.

Alguns autores associam o fenómeno da gentrificação em Portugal ao período da crise e austeridade (2011-2014), período que se verificou alterações legislativas no campo da educação e da saúde, impostas pelo Memorando da Troika, e a criação de mecanismos no setor da habitação baseados num modelo não intervencionista e neoliberal, nomeadamente a Autorização de Residência para Atividade de Investimento vulgarmente conhecidos como Vistos Gold, o Regime Legal do Arrendamento Local, Regime Excepcional de Reabilitação Urbana, e o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana. Verificou-se, no Porto, uma alteração do perfil social e económico do residente, com um crescimento dos despejos e uma saída da classe mais baixa para habitações na periferia (Chamusca, Mendes, Carvalho e Fernandes, 2019); uma ampliação das desigualdades sociais e económicas e do grande nível de edifícios devolutos, um grande reconhecimento turístico internacional através da atribuição de prémios e louvores, assim como se atingiram níveis record de turistas, fenómeno que não tinha dado sinais de abrandamento até ao início da pandemia (Barbosa e Lopes, 2020).

Estudos das últimas duas décadas estabelecem a ligação entre a gentrificação e o turismo, demonstrando a lógica de apropriação espacial por atividades relacionadas com o turismo, impulsionando a gentrificação no centro histórico do Porto. Para Matos (2017), destacando trabalhos de Fernandes (2011, 2013), o turismo confere um novo valor económico às partes antigas da cidade, sendo este novo valor económico justificação para o regresso do investimento ao centro, na requalificação de edifícios que visa sobretudo a promoção de atividades comerciais relacionadas com o turismo tais como lojas de artesanato, hotéis, hostels, restaurantes e cafés. Por outro lado, a autora destaca a posição de Queirós (2007, 2013, 2016), que critica a posição pró-gentrificação dos representantes políticos, que se esforçam em modificar a imagem da cidade num lugar atrativo para visitantes e famílias com maiores rendimentos, com a instigação da reabilitação e a revitalização do centro histórico e do comércio. Este ainda argumenta que as estratégias de requalificação e de *marketing* territorial direcionadas ao centro têm tido, ao longo das últimas décadas, um papel importante nos despejos em massa, isto é, na expulsão de antigos residentes, nomeadamente a população com baixo poder aquisitivo e na atração de atividades que estimulam a especulação imobiliária. Queirós (2017), mencionado em Barbosa e Lopes (2020), o boom turístico conduz ainda a outros fenómenos tais como a sobrevalorização da baixa, a política de fachadismo, e a aposta nas “indústrias criativas” indicam para uma mercantilização progressiva da cidade.

Alves (2017) aponta que as transformações ocorridas no centro histórico do Porto demonstram que o abandono e a gentrificação podem ser duas faces de uma mesma moeda, isto é, a desvalorização

e a valorização do edificado, sendo que as duas podem ser fortemente influenciadas pelas políticas públicas. Neste contexto, deve-se ter em mente práticas tais como o congelamento das rendas que desincentivou o investimento dos proprietários na manutenção dos seus edifícios, e como as estratégias de apoio à construção e compra de nova habitação, que vigorou entre meados dos anos 80 e o colapso da bolha imobiliária e financeira de 2008, beneficiaram os processos de suburbanização e de *urban sprawl*. O momento de liberalização das rendas, que foi favorável à ameaça do despejo de antigos inquilinos e de atividades económicas pouco lucrativas, propiciou uma requalificação orientada para a abertura de atividades económicas relacionadas com o turismo, como hotéis, restaurantes e bares.

A imagem do Porto ainda se encontra ligada às ilhas, que viram a sua visibilidade renovada. Estas são “conjuntos de habitação operária, densos, localizados no interior dos quarteirões compostos por habitações de muito reduzida dimensão que, na sua maioria, se encontram numa situação de grande debilidade construtiva e infra-estrutural” (Oliveira, 2018, p. 36). Um ambiente de conflito, de medo e de uma certa repulsa aliado às questões de salubridade impulsionaram a intensão de erradicar as ilhas ao longo do século XX, especialmente após o alerta gerado pela peste bubónica, em agosto de 1899. Contudo, elas continuam a existir, estando aqui alojados um número significativo de moradores – mais de 10 000 habitantes, num total de 957 ilhas, localizadas sobretudo em Campanhã (243), Bonfim (126), Paranhos (155), e Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória (176). Verifica-se ainda que alguns proprietários de casas em ilhas e outros investidores apostaram no alojamento turístico local, por considerarem este um investimento mais rentável e seguro, derivado da instabilidade geral do regime de arrendamento habitacional de longo prazo. Porém, segundo Matos (2017), os inquilinos vêm negativamente a aposta dos proprietários no alojamento local, uma vez que debilita a oferta de casas para arrendar e aumenta o preço das rendas.

## 2.5 A emergência e crescimento da Airbnb no Porto

No Porto, as antigas redes de apoio, proporcionalizadas pelas relações de vizinhança, e que eram bem visíveis nas ilhas e noutros bairros do centro histórico, dão lugar a novas formas de relação. Da mesma forma, o arrendamento dá lugar ao “Airbnb”<sup>7</sup>, substituindo arrendatários por turistas, e moradores e proprietários por prestadores de serviços (Matos, 2017). Estes novos habitantes da cidade

---

<sup>7</sup> Segundo Carvalho, Chamusca, Mendes & Fernandes (2019), a Airbnb é uma plataforma digital cujo principal objetivo é ligar viajantes a proprietários interessados em disponibilizar as suas casas para alojamento temporário. A plataforma não detém nem vende bens físicos ou serviços, sendo que o seu modelo de negócios assenta na gestão tecnológica da intermediação *online* entre os proprietários dos bens e outros que estejam interessados em utilizar esse espaço. Assim, a Airbnb assenta num carácter de partilha, de facilitação do micro empreendedorismo por via da tecnologia, e do encontro cultural que proporciona entre visitantes e comunidades locais.

têm a capacidade de pagar rendas mais elevadas, levando à expulsão do mercado de arrendamento os antigos arrendatários com um baixo poder de compra. Com a nova legislação turística que liberalizou os mercados de alojamento hoteleiro, começou a ser exequível o arrendamento de habitações por poucos dias, transformando-as em hostels e alojamento local, e, deste modo, foi possível aumentar a renda anual.

Têm sido publicados diversos estudos sobre a emergência e crescimento da plataforma Airbnb na cidade do Porto e na Área Metropolitana do Porto (AMP). Em consequência do seu crescimento, surgem algumas considerações sobre os impactos económicos e sociais. Segundo Carvalho, Chamusca, Mendes & Fernandes (2019), o número de propriedades Airbnb no Porto aumentou a um ritmo exponencial ao longo da última década. Como apontado ainda pelos mesmos autores, no ano de 2018 encontravam-se registadas no concelho do Porto 11 583 propriedades, que corresponderiam a 74% das propriedades registadas na Área Metropolitana do Porto. Entre maio de 2017 e maio de 2018 a Airbnb gerou um rendimento direto superior a 67,5 milhões de euros no concelho do Porto, sendo que a propriedade que gerou mais rendimento no concelho do Porto no mesmo período situava-se na freguesia de Cedofeita – mais de 138 milhões de euros (Carvalho, Chamusca, Mendes & Fernandes, 2019). Os lucros gerados diretamente significam, segundo Chamusca, Fernandes, Carvalho e Mendes (2019), uma nova economia, relacionada com um rendimento médio-alto e uma alta concentração de propriedades – 200% das propriedades, 1,2% do total de propriedades registadas, geraram 10% do lucro da Airbnb da área metropolitana, sendo que 171 dessas propriedades se localizavam no município do Porto.

Segundo Chamusca, Fernandes, Carvalho e Mendes (2019), plataformas globalizadas como a Airbnb no Porto podem deter um papel preponderante na transformação da rotina urbana e diária. A combinação contemporânea de turistas tradicionais, excursionistas e estudantes universitários tem promovido uma “nova vida” do antigo centro da cidade. O facto é que existem mais pessoas, mais atividades económicas e mais turismo, e que pode ser visto enquanto algo positivo ou negativo, dependendo de como se vê o futuro da área urbana e a forma como a mudança afeta diferentes grupos sociais. Estes autores acrescentam ainda aos efeitos e tensões anteriormente mencionados, compressão espacial e aceleração temporal. A renovação orientada pelo Airbnb é caracterizada pelo aumento da mobilidade e da habilidade dos visitantes de apropriar diversos espaços de um modo diferente no mesmo dia; diversificação e penetrações de marcas mundiais assim como a banalização e massificação de produtos “típicos” e ambientes de casa; e a criação de espaços temáticos, frequentemente associados a revitalização ou uma certa recriação da tradição.

Os efeitos positivos da rápida difusão da Airbnb no Porto passam pela inegável alavancagem na requalificação de muito edificado, antes em decadência; geração de receita e conjunto de novas atividades económicas associadas à proliferação do modelo de alojamento local. Por outro lado, os efeitos negativos, potencialmente menos salientes no imediato, passam por uma transformação da identidade e do perfil cultural dos lugares induzidos desde o exterior, verificando-se a criação de “distritos-hotel” e a expulsão – direta, indireta, e induzida, da função residencial em certas áreas da cidade (Carvalho, Chamusca, Mendes & Fernandes, 2019).

A caracterização do Porto, enquanto cidade iminentemente transformada pela introdução de novas formas de estar e viver, concretizadas através do enobrecimento das áreas históricas da cidade, leva-nos ao Jardim de São Lázaro, a nossa área de estudo, localizado na União de Freguesias do Centro Histórico.

### **Capítulo III. O Jardim de São Lázaro**

A abordagem ao surgimento e evolução dos jardins em Portugal tem como intuito a apresentação de um enquadramento da realidade portuguesa neste tema. Pretendemos assim contextualizar o surgimento dos jardins em Portugal, destacando os principais motivos para a sua construção, as tendências na organização espacial, e os modelos implementados e os elementos comuns nos jardins. Propomo-nos ainda abordar a utilização dos espaços, naquilo que toca à forma como estes espaços eram utilizados pela população. Este debate permite-nos abrir espaço para a uma análise particular à emergência e evolução dos jardins na cidade do Porto, aproximando-nos cada vez mais da realidade do objeto de estudo. Essencial ainda para este trabalho é o debate do surgimento e evolução dos jardins do Porto, de forma a posteriormente enquadrar o Jardim de São Lázaro no contexto dos jardins e parques urbanos do Porto, mas também possibilitar o entendimento da importância do Jardim de São Lázaro aquando da sua construção e da emergência de outros jardins.

O Jardim de São Lázaro, outrora Campo de Arrabalde de São Lázaro, localiza-se na antiga freguesia de Santo Ildefonso, atual União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, a União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau, e Vitória, freguesia criada com a reforma administrativa de 2013. O principal objetivo deste capítulo é a apresentação uma evolução urbana e histórica da área onde o Jardim de São Lázaro se insere, assim como do espaço no qual este foi mandado construir.

Desta forma, procura-se compreender as características do espaço e da sua envolvente, considerando as políticas urbanas adotadas inseridas no contexto económico, político e social. Dividido

em 4 pontos, iniciamos o capítulo com o debate da evolução do Campo de Arrabalde de São Lázaro desde o século XIV até ao início do século XIX, com a decisão de construção do Jardim de São Lázaro. Expomos, de seguida, as transformações da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, nomeadamente no lado oriental da mesma desde a influência de João e Francisco de Almada no urbanismo do Porto, no final do século XVIII, até ao final do século XIX; a emergência, hegemonia e decadência do Jardim de São Lázaro. Concluímos o capítulo com o Jardim de São Lázaro, procurando, por um lado, identificar as principais características da área envolvente do jardim e de que modo esta se alterou com os processos decorrentes da gentrificação, e, por outro lado, apresentar os elementos do jardim para uma caracterização do ambiente físico do mesmo.

## 1. Os jardins em Portugal

À semelhança de outras áreas da arte, o desenho de jardins em Portugal foi seguindo os paradigmas conceptuais, as tendências artísticas de cada tempo e a estética preferencial em debate, limitados, contudo a condicionantes naturais tais como o relevo ou topografia, o tipo de solos e o clima. Assumem ainda um papel determinante nas variações do desenho as inovações técnicas, o desenvolvimento hortícola, e a sofisticação dos materiais construtivos. Estes fatores contribuíram ainda para a produção dos pormenores da composição e ornamentação dos jardins.

A primeira grande menção a construção de jardins em Portugal que encontramos foram os projetos para Coimbra em 1772, enquadrados pelas reformas na educação impostas pelo Marquês de Pombal. Estes são mencionados nos novos Estatutos da Universidade de Coimbra, e indicam a necessidade de criação de um Jardim Botânico (Reis e Trincão, 2014). Após a aquisição do terreno, perto da Universidade junto aos Arcos do Aqueduto, foi apresentado o projeto desenhado por pelos naturalistas italianos Domenico Vandelli e Dalla-Bella e pelo jardineiro Júlio Mattiuzzi. Porém, o Marquês de Pombal manifestou indignação em relação a esta proposta, levando a uma reformulação do projeto para moldes mais modestos, iniciando-se no terraplano central que estava pronto a receber as primeiras plantas em 1774. Estas plantas terão chegado do Real Jardim Botânico da Ajuda por via marítima.

O *boom* de construção de jardins em Portugal deu-se, segundo Marques e Portela (2013), entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocorrendo maioritariamente devido ao crescimento urbano, necessidades de embelezamento e criação de condições de salubridade assim como pela

conceção de espaços de recreio ao ar livre para a crescente população citadina. Os jardins públicos<sup>3</sup>, de acordo com Madureira e Pimenta (2012), assumiram-se enquanto componente de forma urbana apto em apaziguar os problemas ambientais e sociais que rompiam nas cidades, sendo perspetivado segundo um instrumento de reforma social. A difusão do jardim público reflete também a ascendência da burguesia provida de poder financeiro e político, com uma enorme influência nas transformações urbanas e que procurava recriar hábitos de lazer até outrora confinados à aristocracia. Os jardins privados, e em particular aqueles que estavam associados às habitações burguesas e nobres, assistiram igualmente a um aumento significativo de construção.

Determinante na introdução desses modelos de organização geral do espaço, na inserção de artefactos importantes para a funcionalidade do jardim, e na execução de tipologias de jardins de acordo com os modelos estéticos que estavam na moda, alicerçados na reprodução da Natureza, foi a presença de estrangeiros, nomeadamente de origem francesa, belga e alemã, destacando-se figuras no Porto e em Lisboa tais como Jean-Baptiste Bonnard, Jacob Weiss, Ernest Pissard, Émile David ou Florent Claes. Porém, no último quartel do século XIX, o projeto de jardins era liderado por jardineiros-paisagistas portugueses, tais como Jeronymo Monteiro da Costa e Jacintho de Mattos. As suas aprendizagens operaram-se no meio de grandes estabelecimentos hortícolas, sediados na cidade do Porto. No início foi empregue o modelo as obras realizadas pelos estrangeiros já mencionados, os ensinamentos das publicações hortícolas europeias e as viagens que realizaram pela Europa. O número de horticultores do Porto em finais do século XIX foi bastante significativo, atendendo à difusão do gosto pelos jardins e pelas plantas.

A implementação deste modelo passou pela aplicação de traçados biomórficos; a plantação de vegetação, principalmente exótica, em crescimento livre; a construção de lagos de formas naturalizadas; e a conceção de objetos decorativos e funcionais que imitavam elementos naturais. Desta forma, era comum encontrarem-se elementos decorativos em betão armado, desde grutas e rochedos a bancos, pontes, mesas, entre outros, que pela sua “forte plasticidade, recriavam elementos da natureza reforçando o carácter natural e aparentemente ‘espontâneo’ dos jardins” (Marques e Portela, 2013, p. 3).

---

<sup>3</sup> O jardim público tem como objetivo ser um espaço de estar e de viver, destinado às populações de proximidade e que funciona como um espaço de reunião, no qual o papel social se sobrepõe ao papel ambiental. Este é um espaço de dimensão pequena, geralmente inferior a 10 hectares, com uma estrutura rígida que limita os usos, uma vez que estão condicionados aos caminhos formais e às áreas de permanência pavimentadas (Serrão, 2015).

A cidade do Porto foi profundamente influenciada pelo gosto inglês, devido às suas negociações, levando à presença, segundo Machado (2013), de um gosto romântico, e pitoresco, que representava o progresso da indústria e que, simultaneamente, invocava tempos passados. No Porto surgiu, numa primeira fase, o Jardim de São Lázaro, construído a mando do rei D. Pedro IV e inaugurado em 1834, aquando do aniversário de D. Maria II. Este é um jardim de traçado regular, geométrico e simétrico. Contudo o grande desenvolvimento no Porto na arte dos jardins, segundo Marques e Portela (2013), deu-se na segunda metade do século XIX, a que não foi absorto o facto de se realizar a primeira Grande Exposição Internacional do Porto em 1865 no Palácio de Cristal, feito deliberadamente para receber esta exposição. O responsável pelo desenho dos jardins do Palácio de Cristal foi Émile David, que se destacou, ainda segundo Marques e Portela (2013), pela sua modernidade, sobretudo pela introdução, na entrada do jardim em frente do edifício, de um “jardim florista de manifesta formalidade com fontes decorativas em ferro, com a chancela da fundição de Val d’Osne e canteiros relvados com açafates de flores” (Marques e Portela, 2013, p. 5). Émile David permanece na cidade e foi convidado para a projeção do novo jardim a construir na Cordoaria, tendo aplicado elementos característicos dos jardins de base paisagista. Terminado em 1866 contrastava pela sua modernidade com o único jardim público que existia então, o Jardim de São Lázaro.

Por outro lado, surge Lisboa romântica, que promoveu as artes, muito apoiadas por D. Fernando, o rei artista, e uma grande diversidade de artistas portugueses. Ainda a recuperar do terramoto de 1755, Lisboa foi-se libertando do neoclássico e inseriu o ecletismo e os estilos revivalistas. O Neomanuelino e o neogótico têm grande importância na história da capital, sendo que os “Jerónimos e Luís de Camões são os grandes inspiradores das artes românticas Lisboaeta” (Machado, 2013, p. 36). Com a construção de novas ruas, praças e jardins, a cidade foi aumentada para a zona da Estrela, Rato, São Sebastião da Pedreira e Arroios. Este período caracteriza-se, segundo Machado (2013), pelas diversas construções, sendo que o passeio público, atual Avenida da Liberdade, foi o grande impulsionador do crescimento da cidade. Este jardim foi mandado construir por Marquês de Pombal, nas antigas hortas do palácio do Marquês de Castelo Melhor. Com projeto de Reinaldo Manuel, as obras iniciaram-se em 1764, contudo ficaram estagnadas com as invasões francesas e a guerra civil. As obras foram retomadas em 1835.

Ainda que se tenha registado uma grande evolução em Lisboa e no Porto, a maior herança da época do romantismo encontra-se em Sintra, local de eleição dos estrangeiros. Foi aqui que construíram as suas quintas de veraneio, num clima apto ao desenvolvimento de espécies exóticas. Estas quintas caracterizam-se pela ornamentação neomedieval dos palácios e pelos jardins românticos, destacando-se

a Quinta Monserrate, de William Beckford, aristocrata inglês e, posteriormente, de Francis Cook, comerciante inglês. Simultaneamente, iniciaram-se construções por toda a área de Sintra, tendo um lugar de relevo as obras nas ruínas do convento de Nossa Senhora da Pena, comprado por “D. Fernando de Coburgo, para ser adaptado ao seu palácio de verão” (Machado, 2013, p. 41).

Para além das figuras já mencionadas, destacaram-se ainda os jardineiros-paisagistas e horticultores sediados no Porto, precursores dos projetistas formados a partir da década de 40 do século XX no curso de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia. Estes lideraram o projeto de jardins no país, e, com a adesão às correntes estéticas de promoção do jardim de base paisagista e pitoresco, estes jardineiros-paisagistas apresentaram um sólido conhecimento na aplicação desses mesmos princípios, no manuseamento da vegetação exótica, nomeadamente tropical, e na criação de artefactos decorativos e funcionais em betão armado, como a gruta do parque do Bom Jesus do Monte “construída por José Martins Branco em 1902 junto à igreja e sobre um pequeno lago, revestida exteriormente por plantas e encimada por belvedere ao qual se acede por um caminho algo declivoso, protegido por guardas que imitam troncos de sobreiros” (Marques e Portela, 2013, p. 9).

Segundo Silva e Carvalho (2013), os jardins históricos em Portugal nunca se constituíram uma preocupação e não foram objeto de uma atenção especial por parte das entidades competentes. Derivado deste desinteresse, os jardins históricos foram-se sumindo para prover as novas necessidades urbanas ou perderam as características únicas e históricas em função das alterações e remodelações que foram alvo, apesar da existência de mecanismos institucionais de proteção e salvaguarda ao nível da legislação, inventariação e classificação, bem como instituições de cariz mais privado que trabalham nesse sentido tal como a Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos<sup>9</sup> (APJSH). Ainda segundo os mesmos, as primeiras preocupações com os jardins históricos em contexto nacional português surgem no meio académico e apenas na década de 90 do século XX é que emergem alguns sinais de mudança.

No início da década de 90 do século XX, inserido no Inventário do Património Arquitetónico<sup>10</sup> (IPA), foi construída uma base de dados informatizada dos Jardins e Sítios Históricos de Portugal, pela extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com a participação de arquitetos paisagistas docentes na Universidade de Évora. Neste inventário foram “registados, descritos e enquadrados historicamente e em termos de classificação legal cerca de 300 Jardins e Cercas, Tapadas

---

<sup>9</sup> Criada em 2003, esta é uma associação cultural de direito privado sem fins lucrativos que procura contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com especial interesse pelos jardins históricos.

<sup>10</sup> Esta base começou a ser elaborada no início dos anos 90 do século XX pela extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo passado a ser desenvolvida, a partir de 2007, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, I. P.). Assume-se enquanto uma base de dados técnico-científica que documenta o património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de raiz portuguesa.

e Parques” (Silva e Carvalho, 2013, p. 612). Posteriormente, no final da mesma década, realizou-se um novo levantamento dos jardins históricos, focado no potencial turístico dos mesmos em Portugal Continental, criando-se uma base constituída por cerca de 120 jardins. Este projeto foi proposto pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, na altura Fundo de Turismo, tendo sido realizado por uma equipa de arquitetos paisagistas.

Contrastando com estes espaços, os espaços verdes urbanos (EVU) assumem atualmente, segundo Letra, Madureira e Teixeira (2017), um papel fundamental no incremento da qualidade de vida e na salvaguarda dos ecossistemas urbanos. O gradual reconhecimento das suas funções ambientais, recreativas e sociais, tanto para a cidade como para a sua população, leva a que sejam progressivamente vistos enquanto elementos centrais das políticas urbanas contemporâneas. Para se poder usufruir de todo o potencial social, paisagístico, ecológico e económico, é necessário conhecer a sua distribuição espacial, e verificar se estão acessíveis e disponíveis à população. Ainda segundo estes autores, O indicador mais utilizado para quantificar os espaços verdes urbanos é a área de EV por habitante, medindo a área total em relação à população total (m<sup>2</sup>/hab.). Porém, este indicador não caracteriza a distribuição de espaços verdes dentro das cidades ou a acessibilidade a esses espaços para os diferentes grupos populacionais. Desta forma, a acessibilidade surge enquanto um indicador de importância extrema para analisar a distribuição dos espaços verdes nas cidades.

A questão da acessibilidade a espaços verdes transformou-se num dos assuntos mais debatidos em contextos tais como o planeamento sustentável, a justiça ambiental ou a saúde pública. Ainda de acordo com Letra, Madureira e Teixeira (2017), a acessibilidade surge enquanto uma noção flexível e capaz de ser determinado conforme com a área de interesse. Segundo El-Geneidy e Levinson (2006), mencionado em Letra, Madureira e Teixeira (2017), a acessibilidade é definida através da capacidade de chegar a algo.

A literatura existente demonstra que os jardins têm tido um papel fundamental nas cidades contemporâneas. Para Silva e Carvalho (2013), os jardins são espaços multidimensionais e multifuncionais, que recebem cada vez mais visitas e diversas atividades. Os seus elementos oferecem, para além dos parques infantis e percursos pedonais, atividades de educação ambiental para escolas e o hortas pedagógicas e Centros de Educação Ambiental (Matos, 2010). Segundo Monteiro e Madureira (2000), os jardins e parques urbanos têm assumido um papel de amenizador ambiental, ao mesmo tempo que são um suporte de lazer e recreio. Com um papel fundamental na morfologia urbana, assumir

a diversidade dos espaços verdes urbanos traduz-se numa intervenção que se baseia nas questões estéticas, sociais e naturais.

Para além do mais, as visitas aos jardins são atualmente um fenómeno de turismo cultural e de recreação da sociedade pós-moderna. Os jardins históricos, por exemplo, assumem-se enquanto um recurso turístico e lúdico nas atividades turísticas, mas também nos territórios onde se inserem. Devido às suas características únicas de alguns destes jardins de tradição e cultura portuguesa, muitos operadores turísticos “vendem” o produto turismo de jardins (Silva e Carvalho, 2013).

De acordo com Serrão (2015), os jardins públicos assumem-se atualmente enquanto espaços de estar e viver, destinados às populações de proximidade e que funcionam enquanto espaços de reunião, no qual o papel social se sobrepõe ao papel ambiental. Adicionalmente, Cardoso (2019) afirma que estão associados diversos benefícios aos jardins, divididos em quatro categorias, os benefícios ambientais, os benefícios económicos, os benefícios sociais, e os benefícios da saúde. No campo ambiental, os jardins funcionam enquanto reguladores microclimáticos, sobretudo em alturas de extremos climáticos; e enquanto barreiras para o vento, produzindo uma influência direta na humidade relativa do ar. Estes assumem função de filtro para com os agentes poluentes e têm uma influência na diminuição dos impactos no ciclo da água, erosão e degradação de aquíferos. Serrão (2015) acrescenta ainda que os jardins promovem o aumento da biodiversidade. Naquilo que toca aos benefícios económicos, Cardoso (2019) menciona que as áreas com jardins promovem a fixação de moradores, valorizando o mercado imobiliário. Funcionam ainda como pontos de atração turística, e contribuem, genericamente, para a dinamização direta na economia dos locais nos quais se inserem

Socialmente, os jardins assumem uma função de pontos de construção de relacionamentos interpessoais, de fortalecimento de relações existentes, e polos de coesão social, fortalecendo, segundo Cardoso (2019), o conceito de vizinhança perdido, ainda de acordo com o mesmo, com o processo de urbanização; aumento da qualidade de vida e bem-estar. Os jardins são espaços de usufruto público, um dos principais elementos de satisfação nas áreas residenciais, e, para Serrão (2015), o jardim público assume-se atualmente enquanto um espaço de estar e viver, destinado às populações de proximidade e que funciona enquanto um espaço de reunião, no qual o papel social se sobrepõe ao papel ambiental. Os jardins e parques verdes urbanos contribuem ainda, segundo Madureira (2012), para uma cidade mais atrativa. Por fim, os benefícios de saúde dos jardins passam, de acordo com Cardoso (2019), pelo papel determinante na melhoria das condições de saúde física e psicológica, promovida pelo contato direto com a natureza; influência positiva nos índices de felicidade das pessoas e das sociedades.

## 2. Os jardins no Porto

Desde muito cedo que no Porto foi cultivada a arte do ordenamento dos jardins, acreditando-se na existência de alguns hortos ordenados e tratados apesar de, segundo Araújo (1979), não se conhecer documentos que atestem a presença destes com particular mérito no burgo medieval e na sua periferia. Para Serrão (2015), os primeiros jardins que surgiram no Porto localizavam-se nos claustros, terreiros e cercas dos edifícios religiosos, que se encontram próximos das portas do burgo e ao longo das principais saídas da cidade.

Durante os séculos XVIII, XIX e XX, observou-se uma preferência pelos canteiros ladeados por banquetas de buxos anão, plantados com arbustos e plantas herbáceas de floração mais ou menos vistosa como buxos, teixos e camélias e modeladas em formas geométrica, contrastando com a cor e textura dos muros e grades e com as esculturas, pirâmides, taças e urnas decorativas (Araújo, 1979). Já as composições paisagísticas de traço naturalista, de origem francesa e britânica, surgiram no Porto pelas mãos de João Allen, em 1839, com o início obras de bonificação da quinta de Arcaria em Campanhã, onde construiu uma mansão, imitando o solar dos familiares no Reino Unido e rodeou-a de quintais e jardins. Uma vez que as quintas com bosques eram o local predileto das pessoas mais afortunadas que procuravam refúgios de lazer nos locais mais ou menos atraentes, tendo preferência pelos bosques evocativos ou sugestivos da época e que remetessem para cenas românticas, António Ferreira, rico comerciante, aproveitou a Quinta da Macieirinha para a instalação de uma pequena vila urbana, da qual tirou proveito de um bosque de velhos carvalhos que existia e transformou os socialcos em jardins e terreiros (Araújo, 1979).

Inicia-se no século XIX a integração da criação de parques e jardins públicos, como solução de questões básicas relacionadas com o controlo sanitário e social do crescimento urbano nos programas urbanísticos (Soares, 2006). Os primeiros passeios públicos surgiram, no Porto, sobretudo através Émile David, arquiteto paisagista, responsável pela imagem de um número significativo de jardins, tanto jardins públicos como a Cordoaria, o Palácio de Cristal e o Passeio Alegre como de alguns parques e jardins privados para vilas urbanas tendo aplicado o modelo europeu de ordenamento e arranjo dos espaços.

O gosto pelo jardim público no Porto começou por ser uma moda que mais acentuadamente marcou a sociedade portuense a partir da década de 30, com a abertura ao público do Jardim de São Lázaro. Tentando acompanhar outras cidades europeias, o Porto deixa-se mergulhar nesse gosto e moda pelo passeio, pela exibição pública, pela mundaneidade, valores que foram importados da cultura

francesa e britânica. As medidas relacionadas com a criação e proteção de espaços verdes e arvoredo começam a ser frequentes a partir de final da década de 30, com o surgimento do cargo de jardineiro municipal ocupado então por João José Gomes e, a partir da década de 50, é criada uma repartição camarária dirigida a este setor.

A partir da década de 1880 assistiu-se a uma consolidação do percurso iniciado nas décadas anteriores, a uma renovação dos espaços públicos, como já tinha acontecido no Jardim de São Lázaro e no Jardim da Cordoaria, e à criação de praças ajardinadas à moda dos *squares* parisienses. Tratou-se de um processo de embelezamento e higienização da velha cidade que se assumiu liberal e progressista e que se expandiu para além das muralhas medievais. As realizações oitocentistas iniciaram um processo que se prolongou até à década de 1910. A década de 1880 é ainda marcada pela abertura de vários jardins públicos um pouco por toda a cidade.

No final do século XIX, verificou-se uma multiplicação acentuada de jardins privados, com a “materialização dos ideais liberais e românticos que caracterizaram esta época” (Serrão, 2015, p. 24). Os jardins públicos também sofreram um grande impulso devido especialmente a jardineiros portugueses como João José Gomes e estrangeiros como Émile David. Juntamente com o Jardim de São Lázaro, a população portuense passou a ter acesso aos Jardins do Palácio de Cristal e ao Jardim da Cordoaria. Entre o século XIX e o primeiro quartel do século XX, verificou-se a criação de grandes manchas de arvoredo no Porto que contribuíram para uma elevada qualidade do ambiente, questões sanitárias e questões estéticas. Contudo a distribuição espacial nunca foi tida em conta para uma silhueta e perspetiva do Porto. No início do século XX, a construção de jardins públicos na cidade tem novos princípios de estética e funcionalidade, tendo como referência os conceitos dos Jardins do Palácio de Cristal e do Jardim da Cordoaria, buscando enfatizar um ambiente romântico (Serrão, 2015). Já no segundo quartel do século XX, as casas hortícolas entram em decadência e têm desaparecido degradando-se ainda a qualidade das suas realizações (Araújo, 1979).

Durante as décadas de 1930 e 1940 os jardins públicos adquirem uma nova funcionalidade com a criação de espaços de biblioteca e parques infantis no Jardim da Cordoaria e nos Jardins do Palácio de Cristal. Porém, nestes anos, é sentida a falta de espaços verdes amplos para a cidade. Ezequiel de Campos destaca a necessidade de se planearem jardins e parques em toda a periferia da cidade, assim como a imprescindibilidade de se aproveitar as margens do rio Douro que são pouco frequentadas pelos portuenses. Relativamente aos jardins existentes, afirma que estes são uma amostra de jardins. Este facto pode ser justificado com o facto de as cidades portuguesas estarem ainda muito próximas do

campo e as populações manterem o contacto com as zonas rurais, justificando o desprendimento e o pouco empenho das populações na criação de grandes parques (Soares, 2006).

O século XX é caracterizado pela redução de estrutura verde devido ao um crescimento urbano exacerbado, sendo que os vários planos de ordenamento não evitaram a acentuada fragmentação e descontinuidade. Se, por um lado, no final do século XIX, a cidade portuense estava associada a um forte desejo de desenvolvimento urbano, fruto da industrialização, esta era um território “profundamente verde, quer pela enorme cintura rural que ladeava ainda a sua pequena estrutura urbana, verde nos interiores do quarteirão das novas expansões e verde do não negligenciável número de jardins públicos disponíveis” (Serrão, 2015, p. 25), por outro lado, com a implantação da república no início do século XX, as áreas de lazer passaram, de uma forma progressiva, para a periferia como consequência da restrição da iniciativa privada livre, opondo-se uma intervenção pública mais marcada. Nesta deslocação, os jardins e parques compõem um momento revolucionário na criação de hábitos de descanso e de exercício. Desta forma, o século XX é caracterizado pelas poucas realizações, pelos numerosos planos de ordenamento e pela passagem de alguns espaços para a propriedade pública.

### **3. O Campo de Arrabalde de São Lázaro**

O Campo de São Lázaro desenvolveu-se, segundo Pinto (2009), de uma forma orgânica pelo menos durante o século XVI, no exterior da muralha gótica do século XIV, junto a uma estrada de saída da cidade para o Oriente. O Campo do Arrabalde de São Lázaro, cuja toponímia remete para a sua posição periférica, foi uma Gafaria ou Hospital dos Lázaros, da Santa Casa da Misericórdia, durante o primeiro quartel do século XVI, após a sua transferência da Igreja de São Nicolau na Praça do Infante para este local, isto é, “ter-se-á devido ao ar mais puro que aí se fazia sentir e à localização fora do centro da cidade” (Oliveira, 2015, p. 21). Esta prática era algo comum nas cidades europeias durante o período tardo-medieval. O hospital localizava-se na portada sul e possuía no centro uma capela com calçada e teto de madeira, característica de algumas igrejas rurais (Pinto, 2007). Este tinha como objetivo recolher as pessoas que sofressem do “terrível mal de S. Lázaro” (Couto, 2018), a lepra. As pessoas infetadas com esta doença eram isoladas neste tipo de hospital, conhecidos como Hospital dos Lázaros, para evitar a contaminação e propagação da doença à restante população. O hospital aqui instalado foi importante para a estruturação da zona envolvente. Mais tarde, durante o século XVII, o edifício que acolhia este hospital foi transformado num recolhimento. O edifício e o aqueduto subterrâneo que atravessava o arrabalde contribuíram para o desenvolvimento da área (Oliveira, 2015).

Durante o século XVII, o arrabalde já era designado por Campo de São Lázaro, derivado da capela que aí existia e que funcionava nas imediações da leprosaria cujo padroeiro era São Lázaro. Posteriormente, a Santa Casa da Misericórdia tomou a decisão de transferir o hospital para um outro edifício, transformando-se o edifício agora desocupado num recolhimento de órfãs (Oliveira, 2015), o barroco Real Recolhimento das Meninas Órfãs de Nossa Senhora da Esperança (Pinto, 2009). Nesta altura, uma vez que a capela se encontrava em mau estado, esta foi intervencionada até 1763, sob o comando do engenheiro Manuel Álvares no interior, e do artista Nicolau Nasoni na fachada.

Com o surgimento de vários edifícios religiosos durante o século XVII, dentro e fora da muralha fernandina, é criado o Convento de Santo António da Cidade (Oliveira, 2015) ou Convento de Santo António dos Capuchos (Pinto, 2009), a nordeste da muralha e a alta altitude, nos antigos terrenos de António José Mendes Guimarães, onde se encontravam alguns edifícios em ruínas e a capela de São Dionísio. Neste espaço estava planeado a construção do Hospital de Santo António após o alvará de 25 de agosto de 1778, assinado por D. Maria II, que estipula que os Religiosos Menores Reformados da Província da Imaculada Conceição tenham uma capela pública. Contudo, após o falecimento de João de Almada e Melo, o período 1763-1786 caracterizou-se por não se concretizar a maioria das obras no eixo Campanhã Batalha/Campanhã, por este ser um local porque o hierarquizado num plano inferior, e longe da urbanidade. O Convento caracteriza-se, tanto na fachada da igreja como no remate das duas portadas, pela manifestação clara do rococó.

Nesta altura, São Lázaro caracterizava-se por ser um polo de instituições de carácter religioso-assistencial e artesanal, estando a sul do campo o Recolhimento das Órfãs, a norte pequenas oficinas de oleiros que se dedicavam ao fabrico de louça de barro preto usado sobretudo pelos mais pobres, e a oriente uma pequena capela privada dedicada a São Dionísio. Esta capela, apelidada de Capela de Todos-os-Santos porque continha mais de oitenta santos, é ordenada construir por Dionísio Verney, homem de negócios francês, cujo intuito era o estabelecimento de um convento feminino da Ordem Santíssima Trindade em São Lázaro. Apesar de se desconhecer a data de início das obras, sabe-se que construção da capela terminou em 1749. Uma vez que o Recolhimento das Órfãs tinha sido inaugurado em 1731, é provável que estas duas instituições tivessem sido pensadas numa lógica de funcionamento em conjunto. A partir de 1776 a Capela de Todos-os-Santos funcionou enquanto igreja do novo Convento de Santo António da Cidade sendo que a concentração destes equipamentos religiosos de prestígio levou a que a Praça de São Lázaro ganhe importância e que evolua (Oliveira, 2015).

O Campo do Arrabalde de São Lázaro caracterizava-se ainda pelas feiras importantes tais como a Feira Anual de São Lázaro desde 1720 e a Feira de Porcos, feira semanal, a partir de 1820. A Feira Anual de São Lázaro ocorria entre o Domingo de Lázaro e o Domingo de Ramos contendo um cariz essencialmente agrícola e estabeleceu-se enquanto uma “celebração de origem religiosa, mas com profundo cariz comercial e lúdico e com um conjunto muito rico de práticas e usos tradicionais” (Pinto, 2009, p. 148). Por outro lado, a passagem da feira dos porcos para a Praça da Alegria, local de difícil acesso devido à inexistência do troço Noroeste de São Vitor, agilizou a distância social entre esta a Praça da Alegria e São Lázaro, espaços geograficamente próximos (Pinto, 2007). A transferência da Feira dos Porcos, segundo Oliveira (2015), deveu-se ao desagrado dos religiosos com a constante obstrução de taboas e da proximidade com muitos oleiros. Uma vez que estes tinham influência sobre a nobreza do Porto, é provável que os próprios frades movessem a Feira dos Porcos para a Praça da Alegria.

Até 1830, o Campo do Arrabalde de São Lázaro detinha o aspeto de um largo de feira, simples e provinciana, com um cruzeiro, o Senhor da Consolação, com pouca arborização (Couto 2018), constituída por castanheiros e carvalhos, uma pequena capela a São Dionísio e uma fábrica de cerâmicas (Pinto, 2009). No início do século XIX concebeu-se a urbanização do espaço rural que circundava o Campo de São Lázaro, explorando-se o potencial do aqueduto subterrâneo do “Mijavelhas”, vindo do “Campo de Mijavelhas”<sup>11</sup> que penetrava esta área. Este aqueduto beneficiou a conceção de um jardim público na Praça de São Lázaro “transformando-a num pólo de convívio social em ligação directa com os edifícios aí existentes” (Oliveira, 2015, p. 27). É provável que a existência deste aqueduto tenha motivado a escolha do lugar onde se ergueu o Hospital do Lázaro e o Convento, dado que este intercetava os dois edifícios.

#### **4. Dos Almadas ao final do século XIX**

Durante a segunda metade do século XVIII, o Porto foi alvo de uma série de intervenções urbanísticas e arquitetónicas, resultado da liderança da Junta de Obras Públicas de João de Almada e Melo (1703-1786) e do seu filho, Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804). Esta época corresponde a profundas transformações no tecido urbano, com implicações diretas na forma de estar e viver a cidade, tais como a construção de fontes e mercados; abertura, reparação e pavimentação de ruas, e conceção de grandes edifícios públicos. João e Francisco de Almada são, por diversas vezes,

---

<sup>11</sup> Intitulado de Campo das Mijavelhas na Idade Média, e posteriormente de Poço das Patas devido às características do terreno. Foi ainda designado de “Campo Grande” e “Campo da Feira do Gado” devido à realização de uma grande feira de gado bovino. Atualmente é designado por Campo 24 de Agosto, nome atribuído por edital camarário em agosto de 1860.

designados de Almadãs, e o seu trabalho denominado de intervenção Almadina, expressão que adotamos neste trabalho.

Apesar da grande divulgação da expansão sustentada Almadina pelos eixos radiais de expansão da cidade, a área oriental da cidade pouco foi beneficiada, especialmente quando se compara com outras “áreas excêntricas” da cidade. De facto, neste período o eixo Batalha/Campanhã teve uma especial relevância. Esta dualidade de leitura dos territórios analisada pelos reformadores da cidade do século XVIII pode ser entendida, segundo Pinto (2005), através da contextualização da atuação Almadina e compreendendo o desenvolvimento cronológico das intervenções sendo necessário destacar que uma parte substancial da área não sequer era englobada no território da cidade, que finalizava a oriente no Campo de São Lázaro.

O ritmo de construção e crescimento do final do século XVIII marcou, definitivamente, a configuração do espaço urbano do Porto, transformando uma cidade presa, confusa e anárquica numa cidade com uma estrutura moderna com elementos relevantes do maior vanguardismo para a sua época. O impacto territorial a oriente (figura 1), a complexificação dos nós viários e a expansão radio-concêntrica, por Santo Ildefonso e pela Rua do Sol, de João de Almada, fez-se sentir sobretudo na assunção da sua marginalidade, recebendo o Matadouro e a Casa da Pólvora, para além de outros projetos concretizados numa fase posterior, definidos neste período.

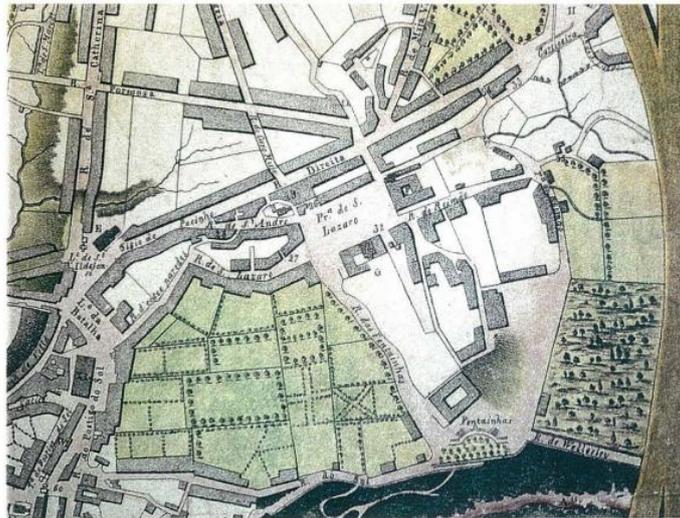


Figura 1. O Porto Oriental na primeira planta da cidade, extrato da Planta Redonda de George Balck, 1813

Fonte: Pinto, 2005

Depois de construções arquitetonicamente distintas, as freguesias de Santo Ildefonso e Bonfim viveu um período que se caracterizou pelas bastantes escassas transformações urbanas, especialmente devido às crises políticas e económicas, evidenciando-se unicamente a abertura de parte da Rua de São Victor e, posteriormente, da Rua da Cerca e da Rua de Bom Retiro, para além de alguns alinhamentos e retificações que se aferiram na Praça da Batalha e na Rua de Entreparedes. Ao mesmo tempo é assumido um cariz industrial, o Porto modifica a sua faceta comercial com a abolição, sem sucesso, das pequenas feiras que se faziam por toda a cidade, na sequência do embelezamento e ordenamento dos largos e praças públicas de que o Jardim de São Lázaro tinha sido exemplo.

Lentamente, o Porto foi recuperando o crescimento demográfico que havia perdido, em consequência do Cerco e das epidemias, devido não só ao crescimento natural e ao saldo migratório que se fixou nos 46% entre 1838 e 1864, conduzindo à criação da freguesia do Bonfim em dezembro de 1841. A densificação populacional verificada também no Centro Histórico do Porto em conjunto com as alterações urbanas e económicas resultantes da construção ambiciosa da Nova Alfândega em Miragaia conduziu a um conjunto de reformas no tecido mais antigo da cidade. Grande parte das ações de renovação foram de alinhamento, retificação e alargamento de velhos traçados existentes.

As ideologias de transformação do espaço urbano também tomaram lugar na freguesia de Bonfim. É de destacar a demolição dos diversos cruzeiros que ornamentavam o espaço público assim como o derrube da Capela de Santo António dos Capuchos, anexa ao antigo Convento, que já estava a funcionar enquanto Biblioteca Pública. A demolição da Capela de Santo André ficou definida em 1858 para facilitar o escoamento de pessoas e mercadorias chegadas do recém-aberto troço sul da Rua da Alegria, negligenciando a preocupação com o embelezamento e com o recurso ao elemento focal/patrimonial de fundo de rua.

Na esquina nordeste do Passeio de São Lázaro, a prolongação da futura Rua D. João IV foi sendo adiada ao longo de cerca de 30 anos, estando por concluir à entrada da década de 1870, uma vez que, depois de uma sucessão de projetos, surge um novo projeto que mostrava a continuação dos problemas, dado que a rua não estava aberta. O Porto Oriental desfrutou ainda da infraestrutura dos “americanos” em maio de 1875 com a abertura ao público a ligação por americano à Estação de Campanhã. Esta nova linha aproveita algumas das principais vias de escoamento viário que desvaneciam no território oriental. A implementação deste modelo de transporte implicou algumas modificações urbanísticas na parte oriental da cidade, em consequência da necessidade de espaço para a estrutura de suporte, com o alargamento da Rua da Cancela Velha, da Rua Entreparedes e da Rua São Lázaro.

## **5. A emergência, hegemonia e decadência do Jardim de São Lázaro**

### **5.1 A emergência do Jardim de São Lázaro**

O surgimento do Jardim de São Lázaro ocorre, segundo Madureira e Pimenta (2012), devido ao desejo de embelezar o Campo de Arrabalde de São Lázaro, uma vez que D. Pedro IV queria converter o Convento de Santo António numa biblioteca. Por outro lado, também é indicado que a construção deste jardim foi uma forma de agradecer às “mulheres portuenses [do reino] pelos sacrifícios passados no decurso da guerra que cercou a cidade” (Couto, 2018, p. 37). Adicionalmente, a construção do Jardim de São Lázaro teve como objetivo servir de jardim botânico para ensinar estudantes, tendo como exemplo o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (Oliveira, 2015).

O Jardim de São Lázaro foi inaugurado a 4 de abril de 1834, aniversário de D. Maria II, tendo sido concluído em 1841, estabeleceu-se como o primeiro jardim público do Porto, e marca o início da narrativa dos jardins no Porto (Couto, 2018). O Jardim de São Lázaro foi desenhado por João Baptista Ribeiro e plantado por João José Rodrigues contendo um traçado geométrico (figura 2 e canteiros de formato regular distribuídos em torno de um componente esférico central formado por uma taça de água. Numa microescala, destacam-se alguns traços dos jardins dos finais do barroco, o jardim rococó, combinando os desenhos das praças londrinas com uma fonte de mármore colorida, pertencente à sacristia da Igreja de São Domingos (Pinto, 2005). Adicionalmente, o jardim era constituído por portões e gradeamento em ferro em “pilares de pedra encimados por pirâmides ou outros motivos decorativos” (Araújo, 1979, p. 383) (figura 3) sendo a utilização deste espaço estava sujeito a um horário predefinido. Este jardim era, segundo Carlos Passos (1835), um espaço limitado e de pouca extensão não pelo local onde foi concebido, mas devido aos seus elementos como a delimitação com estruturas de ferro. Apesar de tudo, e segundo o mesmo, o Jardim de São Lázaro constituía-se enquanto um bom lugar para um passeio de inverno.

### **5.2 O período de hegemonia do Jardim de São Lázaro**

O Jardim de São Lázaro não foi um sucesso de imediato tendo a sociedade portuense levado o seu tempo a desenvolver o gosto pelo jardim, local onde foi criado um ambiente familiar. O Jardim de São Lázaro acabou por adquirir grande notoriedade com o concerto semanal, com a novidade da iluminação a gás e a instalação da Real Biblioteca Pública do Porto em 1842. Porém é relatado em “A Rosa” que a população mostrava um desinteresse pelo espaço criado (Martins, 1995). Apesar da adesão

ter sido demorada, o Jardim de São Lázaro tornou-se um local paradigmático para o Porto, local favorito para o passeio público, associado a uma cultura burguesa emergente que exigia novos estilos de vida (Madureira, 2002).

Uma das distrações frequentes, especialmente com o progresso da iluminação noturna, eram os passeios públicos, isto é, as alamedas, parques e jardins. Estes eram locais de apresentação pública da burguesia e suportes da “cultura de aparência” e de acesso reservado (Lopes, 1999). A abertura do Jardim de São Lázaro impôs o gosto pelo jardim público na sociedade portuense. Na tentativa de acompanhar outras metrópoles europeias, o Porto deixou-se levar na moda do passeio e da exibição pública assim como importou valores da cultura francesa e britânica (Teixeira, 2019).

Ao mesmo tempo que foi assumido o cariz industrial, o Porto modificou a sua faceta comercial com a abolição, sem sucesso, de pequenas feiras que aconteciam por toda a cidade, no seguimento do embelezamento e ordenamento dos largos e praças públicas de que o Jardim de São Lázaro tinha sido exemplo e cujas obras decorreram até 1841. Em consequência, a população fez do Jardim de São Lázaro o centro das atenções durante cerca de trinta anos, assumindo a função de sociabilidade (Basto, 2010).

No Jardim de São Lázaro a “*passerelle* romântica” difundia a exibição de signos da “cultura de aparência”. A explosão dos sinais ostentatórios podiam explicar-se pela necessidade de distinção que fosse capaz de afirmar a “nova aristocracia”, ainda insegura na função de superior importância que era a imposição de modas, e o desejo tão próprio do romantismo, de afirmação individual evidente nas *nuances* interpretativas dos padrões estéticos dominantes, assim como numa redescoberta do corpo, dos cuidados pessoais e de higiene, como por exemplo a difusão dos produtos de *toilette*, do banho e das roupas interiores (Lopes, 1999).

O Jardim de São Lázaro era caracterizado por ser, em dia de música, um lugar de reunião elegante, enchendo-se de quem ia passear com “ar endomingado e solene” (Basto, 2010), mas também de outras expressões da época do Romantismo como a musicalidade assim como era local de reuniões políticas, paradas e casamentos. Alberto Pimentel, ao descrever esta época, afirmou que os burgueses estimavam as mulheres legítimas, “ornamentando-as” com caras peças de sedas e veludos quando as acompanhavam à missa, ao Jardim de São Lázaro, à Foz e a algumas peças de teatro que não ofendessem a moral e premiassem a virtude<sup>12</sup>. Também era costume aos domingos, após a habitual ida à missa na parte da manhã, os pais com raparigas para casar levarem-nas, durante a tarde, ao concerto

---

<sup>12</sup> Forma de controlo das mulheres pertencentes à burguesia

que acontecia no Jardim de São Lázaro (Basto, 2010). De facto, este era um local de encontros, ao qual as meninas matrimoniais esperavam ansiosamente para regressar, pedindo ao céu para que o tempo não se transformasse “para não se estragarem os vestidinhos de seda e os janotas por não quererem que as casacas azuis, que parecem de lacaios, percam o lustre e os botões amarelos ganhem verdete” (Basto, 2010, p. 145).

Relata-se que enquanto a banda tocava a sua música, através da contemplação do jato de água do lago, eram trocados olhares intensos que se misturavam com suspiros de euforia. Estas trocas e admirações chegavam mesmo ao Recolhimento das Órfãs, junto ao Jardim de São Lázaro. A Santa Casa da Misericórdia, em 1849, enquanto administradora deste antigo estabelecimento “viu-se obrigada a tomar uma medida «forte e terminante» para evitar tais desastres” (Basto, 2010, p. 150), mandando colocar nas janelas persianas fixas na meia vidraça inferior de forma que, do lado do Jardim, não se pudesse enxergar quem estava do lado de dentro. A verdade é que o Recolhimento das Órfãs funcionou, nesta altura, enquanto Casa da Correção para as raparigas que ousassem a mostrar inclinações amorosas que não fossem de encontro ao gosto dos pais (Basto, 2010). O Jardim de São Lázaro foi testemunha dessas inclinações e de diversas lágrimas, provocadas pela ferocidade do olhar dos pais contrariando alguns dos interesses amorosos. Por fim, quando a música terminava e a hora de partir chegava, as raparigas partiam num profundo desgosto, e o seu “bem-amado” apoderava-se do seu pensamento no regresso a casa. Durante a semana, os “Brasileiros”, ricos comerciantes com negócios no Brasil, passavam as suas tardes no jardim, durante as quais faziam contas aos ganhos, “negociatas e politiquices, e, aproveitando para catrapiscar as jovens do Recolhimento das Órfãs (hoje Colégio de N. S<sup>a</sup> da Esperança)”<sup>13</sup>, tendo nascido daqui vários casamentos.

---

<sup>13</sup> <https://aviagemdosargonautas.net/2013/10/31/uma-carta-do-porto-por-jose-magalhaes-9/>, consultado a 21 de junho de 2021.

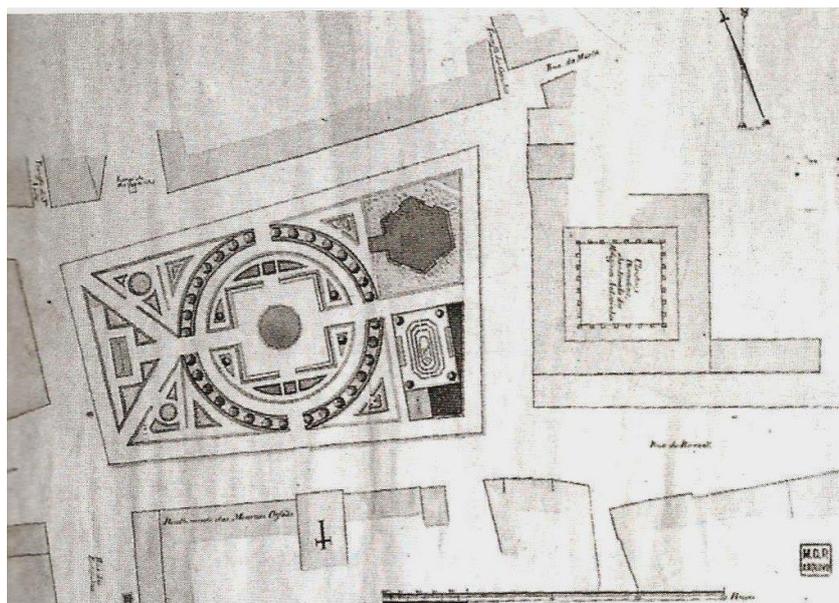


Figura 2. Planta do projeto do Jardim de São Lázaro

Fonte: Facebook – Porto Desaparecido

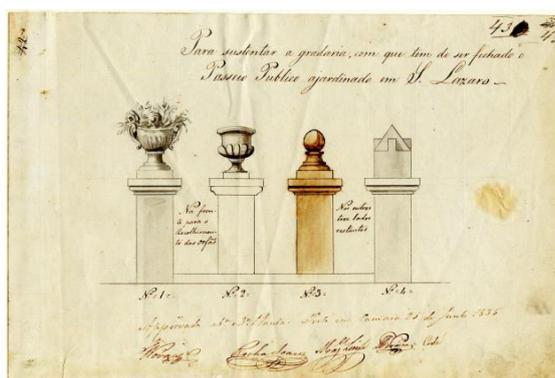


Figura 3. Pormenor do projeto do Jardim de São Lázaro

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

João José Gomes assina, a 18 de setembro de 1837, o Termo enquanto jardineiro do Jardim de São Lázaro, recebendo uma quantia anual de trezentos mil réis. Teria, entre outras responsabilidades, a plantação de flores da época, a reposição das flores roubadas ou secas, a vigia do jardim durante o dia e a noite, a limpeza e a rega do jardim. O não cumprimento das obrigações estabelecidas resultaria na perda imediata do ordenado (Soares, 2006).

Cerca de um ano depois, em dezembro de 1838, é publicado, pela Câmara Municipal do Porto, o regulamento do funcionamento do jardim que tinha como objetivos a conservação e manutenção do

Jardim de São Lázaro, sendo necessário a observação da Polícia Municipal dentro do jardim, conforme exigia a comodidade pública. Os diversos artigos que compõem o regulamento ditam o horário de funcionamento, a abertura e o encerramento dos portões em função da comunicação desejada com o exterior, e a proibição de circulação de determinadas classes sociais, assim como de crianças não acompanhadas e animais.

Segundo o regulamento, o jardim teria dois horários, o horário considerado de verão e o horário considerado de inverno. O horário de verão vigoraria entre 1 de maio e 30 de setembro, abrindo ao nascer do Sol e encerrando 3 horas após as Ave Marias. Já o horário de inverno vigoraria entre 1 de outubro e 30 de abril, abrindo às 7h e encerrando 1 hora após a Ave Maria. O encerramento do jardim seria anunciado através de 3 toques, no primeiro toque fecharia as portas em frente das Ruas 23 de julho e 29 de setembro, no segundo toque fecharia a porta em frente à Rua da Murta, e no terceiro toque fecharia a porta em frente à Rua de S. Lázaro. A última porta apenas seria fechada apenas pela metade. A outra seria fechada quando se verificasse que não estaria ninguém dentro do jardim. Relativamente à abertura dos portões, ao domingo e dias Santos de Guarda os quatro portões estariam abertos, porém, nos restantes dias, o portão em frente da Rua 29 de Setembro estaria fechado, de modo a cortar a comunicação desta rua com a Rua 23 de Julho, que deveria ser feita pelo exterior.

A circulação e permanência no jardim eram limitados a certos grupos sociais. De acordo com o regulamento, não podem entrar no jardim as pessoas que, pelo seu traje, não pertençam às classes indicadas, os mendigos de ambos os géneros, as crianças não acompanhadas ou com menos de 10 anos. A entrada indevida tinha associada uma multa de 2\$400rs, estabelecida pela Postura do Município. Também era regra a proibição de entrar no jardim de cavalo, independentemente da classe social (Martins, 1995).

### **5.3 A procura de outros espaços e a “decadência” do Jardim de São Lázaro**

Em 1869, o Jardim de São Lázaro foi alvo de uma intervenção urbanística (figura 4) do alemão Émile David, que anteriormente trabalhou nos jardins do Palácio de Cristal e do Passeio Alegre, conferindo-lhe as características de irregularidade que atualmente se podem verificar (Madureira, 2002). O afastamento da feira dos porcos para a Praça da Alegria, e cujo acesso era dificultado pela ausência do troço Noroeste de São Victor, acelerou a distância social entre esta praça e São Lázaro, lugares tão próximos geograficamente (Pinto, 2005).

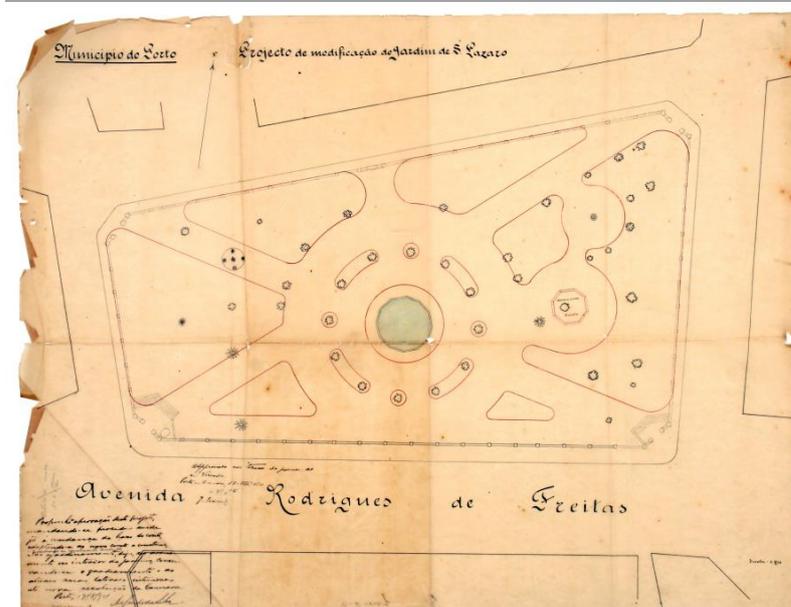


Figura 4. Projeto de modificação do Jardim de São Lázaro

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

A crescente procura por parte dos portuenses dos passeios públicos levou a que o Jardim de São Lázaro se tornasse pequeno. Por outro lado, a dinâmica intensa que marcou o Porto durante a segunda metade do século XIX provocou o surgimento de novos jardins públicos noutras partes da cidade (Madureira, 2002). O surgimento em específico dos Jardins do Palácio de Cristal, Jardim do Passeio Alegre, e do Jardim da Cordoaria levou a uma divisão de opiniões em relação ao Jardim de São Lázaro. Por um lado, alguns achavam que o Jardim de São Lázaro pareceu resistir ao tempo. Por outro lado, outros partilhavam a opinião de que o Jardim de São Lázaro deixou de ter vida com o surgimento de outros jardins que conquistaram um maior destaque (Couto, 2018), e foi mesmo considerado demasiado acanhado para o crescimento da burguesia portuense (Lopes, 1999). Já os Jardins do Palácio de Cristal e o Jardim da Cordoaria eram considerados mais desafogados, mais modernos, e com outras perspetivas (Teixeira, 2019).

Com a construção do Palácio de Cristal e dos seus jardins verifica-se ainda uma ocidentalização do lazer e da qualidade de vida, demonstrada pela deslocalização residencial da comunidade britânica para a ponte (Pinto, 2005). Depois da década de 30 o Jardim de São Lázaro ter sido o primeiro jardim público da cidade, juntamente com o Jardim da Cordoaria, num primeiro momento, e com os Jardins do Palácio de Cristal, num segundo momento, o lazer e a procura de espaços qualificados desloca-se para o outro lado da cidade. Esta ocidentalização é aprofundada, no final do século, com o crescimento da

Foz enquanto espaço de lazer, ornamentado pelo Jardim do Passeio Alegre em 1888 (Pinto, 2005). O movimento de transferência foi facilitado pela abertura da Avenida da Boavista, “ao longo da segunda metade do século XIX, dignificando e diversificando o caminho em direcção ao mar” (Pinto, 2007). Com o passar dos anos e com a decadência do espaço em detrimento dos jardins do Palácio de Cristal e da Cordoaria que garantiam uma maior diversidade e possibilidade de escolha de lugares e paisagens, o Jardim de São Lázaro foi alvo de diversas modificações (Couto, 2018).

## 6. O Jardim de São Lázaro

O Jardim de São Lázaro é um espaço verde municipal, sendo o mesmo mantido pela Divisão Municipal de Estrutura Verde (DMEV) da Câmara Municipal do Porto. A DMEV está organizada em 7 Zonas Operacionais, estando este jardim integrado na Zona D. Sendo o jardim mais antigo da cidade, encontra inserido na tipologia de manutenção “jardins emblemáticos”.

Oficialmente, o Jardim de São Lázaro tem a designação de Jardim Marques de Oliveira. Tal decorre da homenagem ao pintor portuense João Marques de Oliveira (Porto, 1853 – Porto, 1927). O jardim é conhecido como Jardim de São Lázaro devido à instalação de um hospital de leprosos nas imediações do atual jardim, cujo patrono era São Lázaro. O Jardim de São Lázaro insere-se numa área iminentemente urbanizada (figura 5), área que tem sido de uma forma genérica desvalorizada ao longo do tempo devido sobretudo por se localizar no sentido oposto do mar, numa cidade que está circundada por centros comerciais, e uma periferia que se caracteriza por um crescimento populacional acentuado há cerca de três décadas.



Figura 5. Vista em 3D do Jardim de São Lázaro e sua envolvente

Google Maps, 13 de abril de 2021

O Jardim de São Lázaro afirma-se enquanto um elemento importante, uma vez que na cidade tradicional, a presença de espaços verdes é rara e pontual, sendo que as construções realizadas a este do Jardim de São Lázaro, a “consistência morfológica da área residencial unifamiliar, resultante do loteamento, em finais do século passado, dos Campos de Cyrne, é acompanhada por uma igualmente consistente rede de ruas arborizadas” (Madureira, 2002, p. 196). Com a definição de uma estrutura urbana ainda fiel ao modelo tradicional, com a instituição em quarteirões, o espaço público, e em particular a arborização linear, possibilitam a interligação dos componentes estruturantes centrais desta área, isto é, do Jardim de São Lázaro, do Campo 24 de Agosto e do Cemitério do Prado do Reposo.

A Praça dos Poveiros, antigamente Praça de Santo André<sup>14</sup>, situada no canto noroeste do Jardim de São Lázaro, é atualmente uma praça caracterizada primeiramente pelo pavimento em granito que cobre a área total da mesma (figuras 5 e 6), e pelo parque de estacionamento subterrâneo designado por “Parque de Estacionamento dos Poveiros” (figuras 7 e 8). A pavimentação em granito e a construção do parque de estacionamento resultam das intervenções urbanas realizadas aquando do “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura”. Um outro elemento que se destaca nesta praça é a forte presença de estabelecimentos de restauração localizados no rés-do-chão dos edifícios que circundam esta praça, e que contam com longas esplanadas (figura 6), tornando-se assim Praça dos Poveiros um local com uma elevada afluência, especialmente nos horários de almoço e jantar. O longo banco em granito construído no lado nascente (figura 7) permite que diversas pessoas, segundo diversas observações e relatos, aqui se sentem para consumirem álcool comprado nos supermercados das redondezas. Esta forma de consumo contraria, segundo ainda uma conversa estabelecida no Jardim de São Lázaro, o modo em que se consumia antigamente álcool, “antigamente as pessoas iam beber às tascas, naquelas canecas de vidro, sabe menina? Agora pode-se ir ao supermercado comprar o vinho e até se pode beber o vinho e as pessoas ao redor nem sabem o que essa pessoa está a beber” (caderno de notas).

---

<sup>14</sup> À semelhança do que ocorreu no Campo de Arrabalde de São Lázaro, esta praça recebeu, em tempos, feiras, nomeadamente uma feira de hortaliças e outros produtos horticolas e a feira anual em homenagem a Santo André onde se venderiam, entre outros, utensilios agrícolas, sementes e ferragens (Dias, 2010).



Figura 6. Vista para sul da Praça dos Poveiros, maio de 2021

Autoria própria



Figura 7. Vista para nascente da Praça dos Poveiros, maio de 2021

Autoria própria

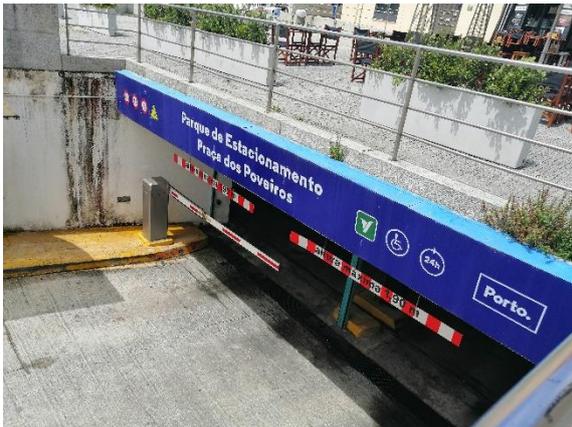


Figura 8. Entrada do Parque de Estacionamento Praça dos Poveiros, na Praça dos Poveiros, maio de 2021

Autoria própria



Figura 9. Saída do Parque de Estacionamento Praça dos Poveiros, no Passeio de São Lázaro, maio de 2021

Autoria própria

O Largo da Ramadinha é um pequeno largo (figura 9) localizado a norte do Jardim de São Lázaro, e, à semelhança da Praça dos Poveiros, o pavimento encontra-se revestido por granito. Esta é uma área pouco movimentada devido, para além da sua dimensão, pelo facto de ter pouco comércio e alguns edifícios se encontrarem em obras. Pela sua reclusão, frequentemente instalam-se aqui várias pessoas, e de observações diversas, pudemos constatar grupos que consumiam álcool e drogas.



Figura 10. Largo da Ramadinha, maio de 2021

Autoria própria

O Jardim de São Lázaro tem quatro frentes. A ocidente e a norte o jardim é fronteado pelo Passeio de São Lázaro. Esta é uma rua pedonal no lado ocidental (figura 10), e de trânsito de sentido único a norte (figura 11), ligando a Praça dos Poveiros à Rua D. João I, contendo também lugares de estacionamento pago em dias úteis das 09h às 20h e aos sábados das 11h às 16h por um período máximo de 2 horas, um parque de estacionamento para cargas e descargas por um período máximo de 15 minutos, e parque de estacionamento para veículos em circuito turístico de lotação até 9 lugares, com alvará da Câmara Municipal do Porto, entre as 08h e as 20h. Encontram-se ainda nesta rua dois locais dotados de recolha de lixo, existindo um contentor de resíduos sólidos urbanos, e três ecopontos para reciclagem, e no outro um contentor de recolha de resíduos sólidos urbanos, e um ecoponto amarelo. Os edifícios que se localizam nesta rua têm R/C + 2 pisos ou R/C + 3 pisos, estando o comércio, sobretudo restauração, localizado no rés-do-chão, e habitação nos pisos superiores (figuras 10 e 11, tabela 3).



Figura 11. Fachada dos edifícios do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro 2020

Autoria própria



Figura 12. Parte da fachada dos edifícios do lado norte do Jardim de São Lázaro, outubro 2020

Autoria própria

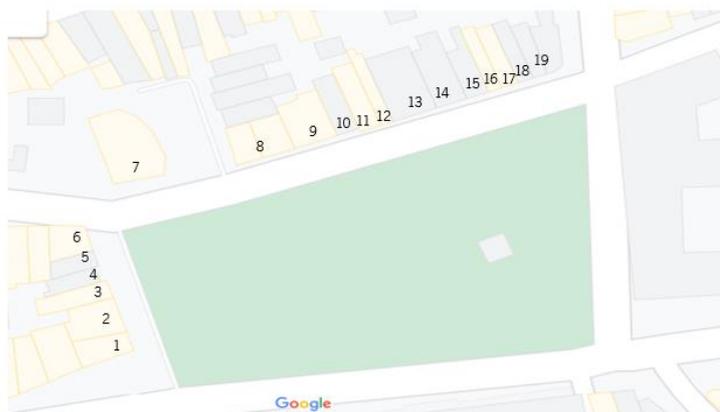


Figura 13. Identificação dos edifícios a norte e poente do Jardim de São Lázaro

Tabela 3. Principais características dos edifícios a norte e poente do Jardim de São Lázaro

Nº	Estado de conservação	Existência de comércio no R/C	Nome do estabelecimento comercial	Pisos superiores		Observações
				Nº	Tipo de uso	
1	Muito bom	Sim	“Molete – Bread and Breakfast”	2	Apoio ao café	Pisos superiores desalinhados em relação aos outros edifícios
2	Muito bom	Sim	“Dama – Pé de cabra” e “Oficina dos Rissóis”	2	Habitação	“Dama – Pé de cabra” está fechado temporariamente

3	Muito bom	Não	_____	3	Habitação	Alojamento Local: “São Lázaro 5”
4	Muito bom	Sim	“Talho São Lázaro”	3	Habitação	_____
5	Bom	Sim	“Casa Guedes”	2	Desabitado	_____
6	Bom	Sim	“Casa Guedes”	3	Desabitado	_____
7	Mau	Não	_____	3	Desabitado	Edifício devoluto (ervas a crescer na fachada do edifício)
8	Muito bom	Sim	“Casa Lemos” e “Alecrim Foods & Drinks”	3	Habitado	_____
9	Bom	Sim	“Tasquinha do Ouro II” e “Jeremias”	3	Habitado	_____
10	Muito bom	Não	_____	3	Habitado	Alojamento local: Jardim de São Lázaro – Porto Apartments
11	Bom	Sim	“Fio de meada”	3	2 pisos habitados, 1 desocupado aparentemente	_____
12	Bom	Sim	“Barbershop”	2	Habitado	_____
13	Mau	Não	_____	3	Desabitado	Esteve à venda
14	Bom	Sim	“Yeah!”	3	Habitado	Restaurante aberto recentemente (na 1ª visita estava publicitado a “Dona Gertrudes – Comes e Bebes”, apesar de já estar fechado)
15	Muito bom	Não	_____	3	Desabitado	Recentemente reabilitado (ainda com uma das placas da obra)
16	Intermédio	Sim	“Café Restaurante Duas de Letra”	2	Um piso habitado	Surgem algumas ervas nas falhas do edifício
17	Intermédio	Sim	“Tabacaria S. Lázaro”	3	Habitado	_____
18	Bom	Sim	“Faros Gourmet”	2	Habitado	_____

19	Mau	Não	_____	2	Desabitado	Realizada liquidação de stock da loja de artigos para o lar
----	-----	-----	-------	---	------------	---

Desta forma, parece-nos claro que esta área foi alvo de um processo de gentrificação, nomeadamente, a requalificação dos edifícios, que visa sobretudo a promoção de atividades comerciais relacionadas com o turismo tais como alojamento local, restaurantes e cafés. Numa simulação realizada para duas pessoas no dia 27 de junho de 2021 no Booking e na Airbnb, no Jardim de São Lázaro – Porto Apartments<sup>15</sup> (edifício 10 da tabela 3) uma reserva para duas noites – 5 de julho de 2021 a 7 de julho tinha um custo mínimo de 139€ no Booking e um custo de 150€ no Airbnb. Já as reservas para o São Lázaro 5<sup>16</sup> estavam apenas disponíveis no Booking, apesar de, no dia da simulação, não estarem a aceitar reservas.

As transformações aqui realizadas refletem-se na atração de atividades que estimulam a especulação imobiliária. Como já mencionado, estas transformações surgem do esforço em modificar a imagem da cidade num lugar atrativo para visitantes e famílias com maiores rendimentos, com a instigação da reabilitação e a revitalização do centro histórico e do comércio, apesar de encontrarmos 3 edifícios em estado devoluto. Note-se que um destes, o edifício número 13 na tabela acima esteve à venda na RCIMobiliária, uma imobiliária de imóveis de luxo no Porto. O boom turístico traduziu-se ainda na política de fachadismo da maioria destes edifícios.

Os lados oeste e sul, por outro lado, são constituídos por edifícios de grandes dimensões: no lado sul, a Igreja e Colégio da Nossa Senhora da Esperança (figura 14), propriedade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e no lado nascente a Biblioteca Municipal Pública do Porto (figura 15), no lado oeste, com um horário ao público definido. Adicionalmente, é a oeste e a sul que há mais movimento de trânsito, sobretudo o lado sul, que funciona com dois sentidos. O lado oeste funciona apenas num sentido, porém com duas vias circulação. Também estão dotadas de parque de estacionamento pago, na Avenida de Rodrigues de Freitas, nos dias úteis das 09h às 19h, no máximo de 2 horas, e na Rua D. João IV, nos dias úteis das 09h às 19h, e aos sábados das 11h às 16h, também por um máximo de 2 horas, e ainda dois lugares reservados à Câmara Municipal do Porto, um ponto de partilha de trotinetes elétricas, e um local de estacionamento de bicicletas.

<sup>15</sup> Localizado no lado norte do Jardim de São Lázaro. Classificado no Booking com uma pontuação de localização excelente: 9,7. É indicado como bom para casais.

<sup>16</sup> Localizado no lado poente do Jardim de São Lázaro. Classificado no Booking com uma pontuação de localização excelente: 9,6.



Figura 14. Colégio de Nossa Senhora da Esperança (antigo Recolhimento das Órfãs), e Igreja da Nossa Senhora da Esperança, da Santa Casa da Misericórdia, lado sul do Jardim de São Lázaro, outubro 2020

Autoria própria



Figura 15. Biblioteca Municipal Pública do Porto, lado oriental do Jardim de São Lázaro, outubro 2020

Autoria própria

Considerando o objetivo do trabalho, e estando o ambiente físico diretamente relacionado com a forma como as pessoas utilizam um espaço assim como esse ambiente influencia o modo como se dispõem e o tempo que aí dispõem, é importante identificarmos os elementos que compõem e caracterizam o Jardim de São Lázaro. O Jardim de São Lázaro possui 0,67 hectares, de formato de um polígono irregular de quatro lados, todos diferentes, porém já sem a simetria do projeto de João Batista Ribeiro (Oliveira, 2015). Contrariando a maioria das configurações dos jardins portuenses pela configuração dos canteiros e pelo gradeamento (Martins, 1995), o Jardim de São Lázaro mantém o gradeamento que delimita a área do mesmo (figuras 16 a 19), assim como possui 4 portões nas suas extremidades (figuras 20 a 23), constituindo-se enquanto as entradas e saídas do jardim. O portão sudeste e sudoeste estão dotados de uma escadaria, uma vez que o jardim se encontra acima da cota do passeio e rua (figuras 20 e 21), e a entrada/saída realizada pelo portão noroeste e nordeste (figuras 22 e 23) encontra-se à cota da rua, tornando o espaço acessível a pessoas portadoras de deficiência física. Estas características permitem estabelecer um horário de funcionamento, sendo este das 09h às 19h, entre outubro e março, e das 09h às 20h entre abril e setembro, à semelhança daquilo que foi estabelecido ainda no século XIX, mencionado anteriormente, com a criação de dois horários, o horário de verão e o horário de inverno e o anúncio do encerramento com o toque do sino no fim da reza da Ave Maria, e progressivo fecho do jardim. A abertura/encerramento e a vigilância do jardim são assegurados por elementos da Divisão Municipal de Segurança e Infraestruturas, Polícia Municipal da Câmara Municipal do Porto. Os funcionários encontram-se no jardim durante o seu horário de funcionamento

durante os dias da semana. Para além da vigilância, os funcionários têm a responsabilidade de preencher relatórios diários, onde o vigilante reporta alguma anomalia que tenha ocorrido. A informação é posteriormente enviada para a chefia da Divisão Municipal de Segurança e Infraestruturas, Polícia Municipal da Câmara Municipal do Porto. Este funcionamento estabelecido difere ainda daquele vigente aquando da criação do jardim uma vez que a vigia do jardineiro ocorreria durante o dia e a noite.

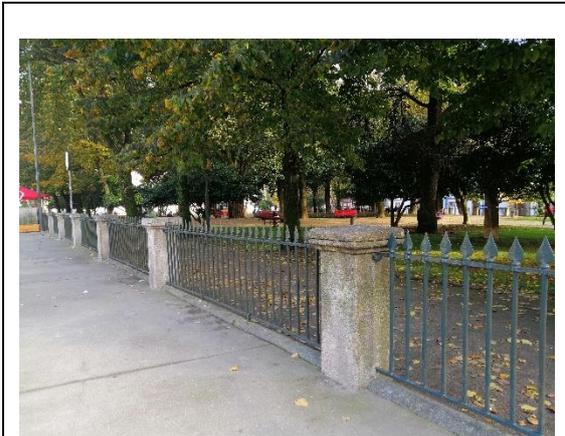


Figura 16. Gradeamento do lado norte do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 17. Gradeamento do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 18. Gradeamento do lado sul do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 19. Gradeamento do lado ocidental do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 20. Portão "Sudoeste", outubro 2020

Autoria própria



Figura 21. Portão "Sudeste", outubro 2020

Autoria própria



Figura 22. Portão "Noroeste", janeiro de 2021

Autoria própria



Figura 23. Portão "Nordeste", maio de 2021

Autoria própria

O Jardim de São Lázaro é constituído por canteiros separados por caminhos pavimentados que permitem a circulação das pessoas. Não existe sinalização que proíba que as pessoas pisem ou permaneçam na relva possibilitando assim a realização de piqueniques ou um simples repouso. Estes canteiros são embelezados todos os anos pela Câmara Municipal do Porto através da colocação de tulipas. Após a chegada dos bolbos da Holanda, o viveiro municipal é responsável pelo acolhimento, tratamento e gestão do crescimento e uma adaptação correta das tulipas quando estas são transferidas para os diversos locais, isto é, no Jardim de São Lázaro; no Jardim Jardim Émilie David nos Jardins do Palácio de Cristal; o Jardim do Passeio Alegre; e as floreiras da Praça da Trindade. Esta é uma ação bastante apreciada pelas pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro. Devido à arborização

presente no jardim, abordada de uma forma mais profunda no seguinte parágrafo, é possível às pessoas que se encontram no jardim optar por estar ou passear à sombra, por exemplo na área do lago ou na fachada sul, ou ao sol, no canto nordeste ou fachada poente.

O jardim é intervencionado pelo menos 3 vezes por semana – segundas-feiras, terças-feiras e sextas-feiras, ao nível da limpeza e varredura de folhas. Na época estival, o corte de relva é realizado uma vez por semana e no inverno realiza-se a cada duas semanas. Adicionalmente, ao longo do ano são realizadas, segundo um funcionário da Câmara Municipal do Porto, outras operações como plantações, adubações, aparções de herbáceas<sup>17</sup> e arbustivas<sup>18</sup>, esvaziamento e limpeza do lago.

Neste jardim, pelos artigos H/22º e H/23º C.R.M.P., a circulação de animais está condicionada à circulação com trela, com uma coima mínima de 25 euros, e à remoção de dejetos, com uma coima mínima de 50 euros que parece ser cumprida por grande parte das pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro. Das situações que tivemos a oportunidade de presenciar, verificamos apenas um pedido por parte do vigilante do jardim para a colocação da trela, não havendo qualquer punição legal pelo não cumprimento das regras.

Os caminhos do Jardim de São Lázaro surgem das quatro entradas/saídas e vão de encontro ao lago, localizado no centro do jardim. Adicionalmente, emergem outros dois, no lado norte e no lado sul que também têm uma ligação com o lago. O pavimento destes caminhos encontrava-se com alguns buracos durante, pelo menos, 7 meses (desde a nossa primeira visita até à data da reparação), foram reparados a 13 de julho de 2021 (figuras 24 e 25). O material usado para a pavimentação é saibro, possui durante os primeiros anos alguma permeabilidade, mas com os anos os finos e o uso (compactação), vão colmatar essa permeabilidade. De acordo com funcionários no local, estas intervenções ocorrem com alguma regularidade, normalmente de 3 a 5 anos, dependendo do seu desgaste e erosão.

---

<sup>17</sup> As plantas herbáceas, também designadas de “ervas”, são constituídas por caules não lenhosos ou flexíveis, e têm uma altura normalmente inferior a 1-2 metros. Esta espécie apresenta, maioritariamente, um ciclo de vida anual, sendo que na Primavera as herbáceas crescem e morrem no Verão, deixando sementes que germinam durante as primeiras chuvas no Outono.

<sup>18</sup> As plantas arbustivas, conhecidas como “arbustos”, são um conjunto de plantas que crescem e se desenvolvem junto ao solo e que se caracterizam por serem lenhosas ou semilenhosas, cujo caule é ramificado desde a base, não havendo um tronco indiviso, tal como nas árvores.



Figura 24. Vista para as obras de reparação do pavimento no Jardim de São Lázaro, julho de 2021

Autoria própria



Figura 25. Pormenor da reparação do pavimento do Jardim de São Lázaro, julho de 2021

Autoria própria

Relativamente à cobertura vegetal presente no Jardim de São Lázaro, destacam-se as camélias (figuras 26 e 27) designadas também ainda de japoneiras, e as magnólias (figuras 28 e 29), árvores de grande porte. As camélias presentes em todos os canteiros, e que conferem um detalhe especial ao jardim durante o inverno uma vez que as camélias florescem todos os anos entre outubro e abril, numa época em que as outras flores são raras. O Jardim de São Lázaro está incluído na lista de jardins públicos e privados identificados para o movimento “Porto. A Cidade das Camélias”<sup>19</sup>. O conjunto de 12 magnólias de flores grandes, da espécie *Magnolia grandiflora* L, circundam o lago, plantadas em 1911, encontram-se classificadas pela Câmara Municipal do Porto enquanto árvores de interesse público em 2015<sup>20</sup> e pelo Instituto de Conservação Natureza e Floresta (ICNF) em 2005<sup>21</sup>. Esta classificação leva a que qualquer intervenção nestas árvores careça de autorização do ICNF. Pela dimensão já mencionada, as magnólias formam uma grande área de sombra. Podem-se ainda encontrar no Jardim de São Lázaro uma única palmeira (figura 30); mélias no lado oriental do jardim (figura 31); tílias, que rematam a delimitação do espaço verde do Jardim de São Lázaro (figura 32); e cedros-do-atlas no lado ocidental (figura 33). Inserindo-se numa cidade que aposta cada vez mais em praças lisas e ásperas, onde reina o granito como a Praça dos Poveiros, as árvores do Jardim de São Lázaro assumem-se enquanto um importante elemento para amenizar as temperaturas, aumentando o conforto térmico desta área. As árvores do

<sup>19</sup> <https://ambiente.cm-porto.pt/estrutura-verde/porto-cidade-das-camalias>, consultado a 21 de maio de 2021

<sup>20</sup> <https://ambiente.cm-porto.pt/arvores-de-interesse-publico/magnolias-de-flores-grandes-jardim-marques-de-oliveira>, consultado a 21 de maio de 2021

<sup>21</sup> <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ3/051&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>, consultado a 23 de julho de 2021.

jardim contribuem ainda para a biodiversidade da cidade. A poda das árvores realiza-se, segundo um dos funcionários da Câmara Municipal do Porto, de 3 em 3 anos, podendo variar segundo a espécie.



Figura 26. Foto de uma das camélias do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020

Autoria própria



Figura 27. Foto de uma das camélias do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020

Autoria própria



Figura 28. Magnólias do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 29. Magnólia do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020

Autoria própria



Figura 30. Palmeira do Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 31. Mélias no Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 32. Tílias do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 33. Cedro-do-atlas do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020

Autoria própria

Uma outra característica marcante do Jardim de São Lázaro é o lago (figuras 34, 35, 36 e 37), localizado no centro do jardim. Ao longo do ano, no pequeno espaço de terra que circunda o lago são colocadas várias flores e arbustos de pequenas dimensões, como tulipas (figura 35) durante o evento promovido pela Câmara Municipal do Porto já mencionado, e amores-perfeitos (figura 36). Segundo relatos recolhidos no Jardim de São Lázaro, em tempos este lago tinha peixes, que atraíam muitas pessoas, formando-se mesmo ajuntamentos. Segundo Amaral (2002), mencionado em Couto (2018), o lago surge como um elemento de prazer visual, independentemente da sua dimensão ou funcionalidade, e do qual o município se vangloria, estando este elemento presente nos jardins portuenses mais

emblemáticos, “espelhando a arborização circundante num centro que une e cultiva as pessoas a paragens de apreciação” (Couto, 2018, p. 60).



Figura 34. Lago em outubro de 2020

Autoria própria



Figura 35. Lago com tulipas em março de 2021

Autoria própria



Figura 36. Lago com amores-perfeitos em abril de 2021

Autoria própria



Figura 37. Lago em junho de 2021

Autoria própria

O coreto do Jardim de São Lázaro (figuras 38 e 39), um dos elementos mais icónicos do movimento romântico, encontra-se no lado oriental do jardim, e é constituído por duas partes, aquela que se encontra visível ao público e na qual decorrem eventos, nomeadamente concertos, que aqui

ocorrem desde a abertura do jardim no século XIX até à atualidade, e aquela na qual se utiliza para armazenar material, tal como mesas, cadeiras, entre outros. O coreto, com elementos orientais e ornamentos que fazem encaixar de forma harmoniosa este tipo de peça em espaços públicos, foi construído pela Fábrica de Fundação de Massarelos<sup>22</sup> e colocado no jardim em 1869 aquando da já mencionada intervenção do arquiteto paisagista Émile David, mas é inaugurado apenas em 1873. O coreto é constituído por uma base de pedra na qual assentam 8 colunas de ferro que suportam uma forma cónica, terminada numa espécie de agulha. A cobertura foi fabricada com zinco canelado e o rendilhado que corre em toda a sua extensão é de ferro fundido. Inicialmente, as Bandas dos Regimentos realizavam concertos, que ocorriam todos os domingos. Porém, o coreto aqui instalado não conseguia rivalizar com a acústica dos coretos existentes no Jardim da Cordoaria e no Marquês (Couto, 2018). Antes da pandemia, o coreto era utilizado, segundo o relato de um casal, para a realização de concertos das bandas militares do Porto, inseridos na Festa de São Lázaro, festa tradicional ocorrida na Quaresma. Decorrem ainda, do que nos foi possível apurar, várias iniciativas por parte da Câmara Municipal do Porto que procuraram dinamizar o coreto do Jardim de São Lázaro. A primeira iniciativa remonta a 2012<sup>23</sup>, e consiste num evento cujos objetivos eram a promoção de criadores portugueses e a valorização do património e espaços do Porto<sup>24</sup>. A segunda iniciativa refere-se a setembro de 2017, realizando-se oficinas e “fins de tarde dançantes nos coretos dos jardins ao final do dia”, de acesso gratuito, para todas as faixas etárias<sup>25</sup>. A terceira iniciativa ocorreu no ano seguinte, em junho de 2018, ornamentando-se o coreto com pelargónios, também conhecidos como sardinheiras, e manjericos<sup>26</sup>, numa iniciativa que pretendia enriquecer o espaço com cheiros e cores do verão<sup>27</sup>. Realizou-se ainda o Porto Sunday Sessions, co-organizado pela Câmara Municipal do Porto, com algumas edições realizadas no Jardim de São Lázaro, entre as 16h e as 20h. Salienta-se ainda o trabalho do PortoLazer, empresa municipal, e da Fundação Inatel, que promoveram a realização de concertos nos vários coretos da cidade inseridos na programação das Festas de São João do Porto de 2019, sendo o concerto inaugural deste evento no Jardim de São Lázaro, com a presença da Banda Musical de Amarante<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> A Fábrica de Fundação de Massarelos foi a maior fábrica de fundição do Porto tendo sido considerada uma das melhores fábricas do país. Com a chegada de Gaspar da Cunha Lima em 1852 à fábrica idealizada por William Hawke, a Fundação de Massarelos passou a ser a ser propriedade da Companhia Aliança, que se manteve a funcionar até ao século XX.

<sup>23</sup> Durante 8 e 9 de setembro de 2011, um fim de semana, foi possível assistir, entre outros, a concertos de jazz.

<sup>24</sup> <https://mag.sapo.pt/musica/artigos/cenario-bucolico-do-jardim-de-sao-lazaro-no-porto-conjuga-se-com-a-musica-no-coreto>, consultado a 18 de junho de 2021

<sup>25</sup> <https://www.heyporto.com/coretos-do-porto-estao-em-festa/>, consultado a 18 de junho de 2021

<sup>26</sup> Este empreendimento inseriu-se num programa de âmbito municipal de renovação sazonal da vegetação do jardim

<sup>27</sup> <https://www.porto.pt/pt/noticia/jardim-de-s-lazaro-apresenta-as-cores-do-verao>, consultado a 18 de junho de 2021

<sup>28</sup> <https://www.coolture.pt/event/toca-a-banda-no-coreto-santos-populares-2019-porto/>, consultado a 18 de junho de 2021



Figura 38. Coreto do Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 39. Parte de trás do coreto do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria

O Jardim de São Lázaro possui uma instalação sanitária na parte de baixo do coreto, que pode ser utilizada por todos sendo apenas necessário pedir ao vigilante do jardim para entrar. Não obstante, a casa de banho fica inacessível durante os dias em que os vigilantes não se encontram permanentemente no espaço como, por exemplo, durante o fim de semana e feriados. Verificamos, no Arquivo Municipal do Porto, a existência de um estudo para instalações sanitárias, da autoria do arquiteto Bernardino Basto Fabião<sup>29</sup>, realizado em 1960 a pedido do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal do Porto (figuras 40 e 41), mas que nunca chegou a ser concretizado.

---

<sup>29</sup> Bernardino Basto Fabião (1912-1998), natural da freguesia de Santo Ildefonso, Porto, foi um arquiteto portuense formado na Escola de Belas Artes do Porto (EBAP). Colaborou com a Câmara Municipal do Porto entre 1942 e 1944 em diversos projetos. As suas principais obras foram a Biblioteca Popular de Pedro Ivo, o Bloco de Moradias de São Vicente de Paula, e o Aeroporto de Pedras Rubras.

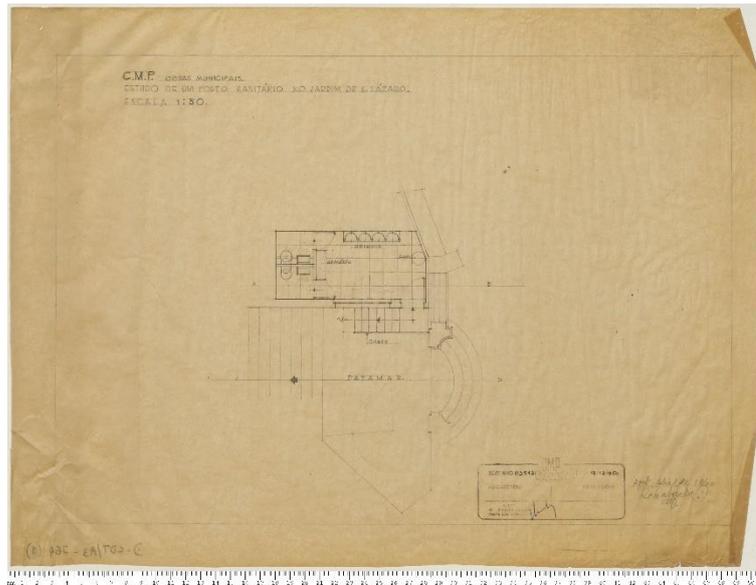


Figura 40. Desenho do estudo de um posto sanitário no Jardim de São Lázaro de Bernardino Basto Fabião (1960)

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

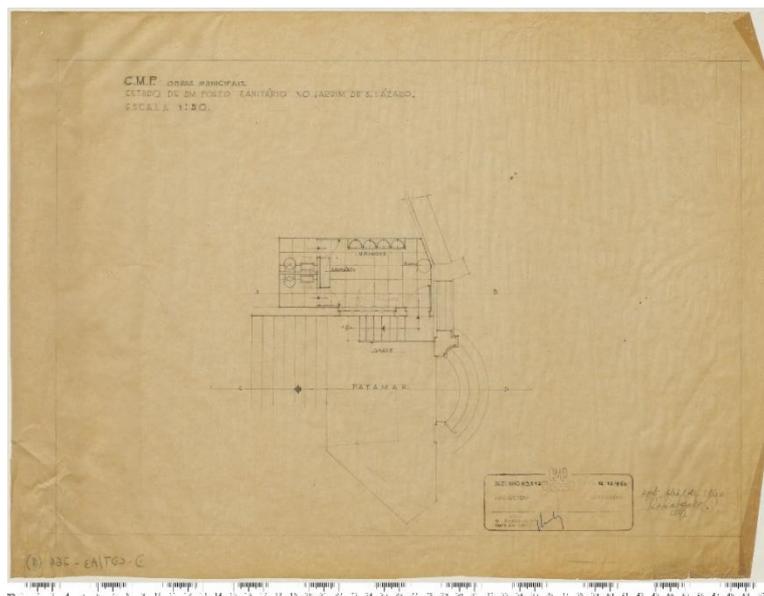


Figura 41. Detalhe do desenho do estudo do posto sanitário no Jardim de São Lázaro de Bernardino Basto Fabião (1960)

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

O chafariz do antigo Convento de São Domingos (figura 42), elemento que se encontra no Jardim de São Lázaro desde 1889, é proveniente, tal como o nome indica, do antigo Convento de São Domingos, após o incêndio que destruiu o mesmo. Este elemento foi colocado no gradeamento do muro norte, sendo ladeado por dois bancos de pedra enquanto elemento decorativo do espaço e que, apesar do orgulho na colocação destas fontes, foi, segundo Couto (2018), ofuscado com a inovação e progresso

do mobiliário urbano industrializado. A água municipalizada recorreu ao longo dos anos a novos materiais e formas para a criação de novas peças de chafariz, como o caso do Jardim de São Lázaro, em ferro fundido de série, do final do século XIX, mencionado anteriormente. O chafariz encontra-se classificado como imóvel de interesse público desde 1938<sup>30</sup>.



Figura 42. Fonte do antigo Convento de Santo António, outubro de 2020

Autoria própria

Os bustos e esculturas presentes no Jardim de São Lázaro (figura 43 a 49) distribuem-se pelos canteiros ao longo do jardim. Estas obras pertencem a diversos artistas, como o conjunto em bronze “Menino abraçando gazela” (s.d.) (figura 43) de Henrique Moreira e relembra os portugueses mortos na Grande Guerra (1914-1918), a escultura “O Nadador” de Sérgio Taborda (figura 45) construída em 1985, o busto em bronze do paisagista António Carvalho da Silva Porto (figura 47) da autoria de Barata Feyo esculpido em 1950 pela grande importância do paisagista na ação pedagógica enquanto professor da Escola de Belas Artes do Porto, e a escultura “O Torso” (figura 48) de João Cutileiro, datada de 1985, sendo uma peça em mármore rosa de Vila Viçosa e que simboliza um corpo feminino desguarnecido de cabeça e membros. O pintor Marques de Oliveira, que dá nome ao Jardim de São Lázaro, também é apresentado com um busto em bronze (figura 49). Marques de Oliveira foi um pintor que teve pouca projeção face ao sucesso de Silva Porto devido à incompreensão por parte da crítica. Entre 1864 e 1873 frequentou a Academia portuense de Belas-Artes, tendo concluído o curso de Pintura de História. Participou na fundação do Centro Artístico Portuense, na *Arte portuguesa* e na organização das exposições de Arte do Ateneu Comercial do Porto. Em 1881, foi um dos fundadores do Grémio Artístico,

<sup>30</sup> [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=497](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=497), consultado a 20 de maio de 2021

tendo sido nomeada, em 1879, académico de mérito da Academia portuense. O pintor foi homenageado em 1929 através da inauguração de um busto em bronze (figura 42) modelado por Soares dos Reis que se encontra no lado nascente do no Jardim de São Lázaro, jardim este localizado perto da escola onde lecionou durante 45 anos<sup>31</sup>.



Figura 43. Conjunto em bronze “Menino abraçando gazela” de Henrique Moreira no Jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria própria



Figura 44. Escultura no Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria



Figura 45. Escultura “O Nadador” de Sérgio Taborda no lago do Jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria própria



Figura 46. Escultura no Jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria própria

<sup>31</sup> [https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jo%3a3o%20marques%20de%20oliveira](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jo%3a3o%20marques%20de%20oliveira), consultado a 2 de novembro de 2020.



Figura 47. Busto em bronze do paisagista António Carvalho da Silva Porto da autoria de Barata Feyo no Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 48. Escultura "O Torso" de João Cutileiro no Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020

Autoria própria



Figura 49. Busto de Marques de Oliveira da autoria de Soares dos Reis no Jardim de São Lázaro, outubro 2020

Autoria própria

Um outro elemento de destaque no Jardim de São Lázaro pela sua cor vermelha, são os bancos de madeira, que se desdobram em dois tipos de bancos – os bancos duplos que circundam a área do lago (figura 50), num total de 10 bancos, e os bancos de apenas uma face (figura 51), que se encontram espalhados pelo jardim, numa totalidade de 30 bancos. A junção destes bancos leva a que o Jardim de São Lázaro tenha um total de lugares sentado de 150 lugares, considerando o facto de cada banco levar 3 pessoas nos bancos de uma face, ou 6 pessoas no caso dos bancos duplos. Devido à sua distribuição pelo jardim, os utilizadores do Jardim de São Lázaro têm a possibilidade de escolher entre lugares à

sombra, debaixo das copas das magnólias já mencionadas, ou mais expostos ao sol, e a fachada que pretendem confrontar. Destinados a proporcionar ao visitante um local de descanso e de sociabilidade, mas também devido à necessidade de “peças que o permitissem no todo a globalidade da experiência de lazer, fez com que houvesse uma generalização dos mesmos, ocorrida igualmente, aquando a revolução industrial atinge uma produção de ferro a preços mais reduzidos dos que anteriormente utilizados para a produção” (Couto, 2018, p. 48). Segundo Amaral (2002) citado em Couto (2018), refere que a maioria dos bancos públicos que se encontram nos jardins são exemplos clássicos de ferro fundido e madeira, com gosto romântico e um “pouco fora de moda” (Couto, 2018, p. 49). Exemplificam ainda que as escolhas dos elementos de mobiliário urbano foram imaginadas e executadas com um otimismo exemplar. A uniformidade da escolha do ferro presente no Jardim de São Lázaro no coreto, gradeamento e bancos enfatiza, ainda segundo o mesmo, um sentido generalizado de cuidado pelo interesse coletivo.



Figura 50. Bancos duplos que circundam o lago do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020

Autoria própria



Figura 51. Banco do Jardim de São Lázaro, novembro de 2020

Autoria própria

A manutenção dos bancos em madeira e ferro fundido atribui ao Jardim de São Lázaro a qualidade de elemento de estabilidade numa cidade que se encontra permanentemente em profundas transformações. Estas alterações passam frequentemente pela introdução de elementos em granito, desde o pavimento a bancos, tal como aconteceu na Praça dos Poveiros, contrastando assim de uma forma muito próxima com o Jardim de São Lázaro.

Outros elementos que importam mencionar são os 2 bebedouros (figura 52), localizados na entrada nordeste e no lado que confronta a fachada ocidental, os caixotes do lixo, espalhados ao longo do jardim, num total de 7 caixotes, e os candeeiros, igualmente distribuídos pelo jardim, num total de 8

candeeiros. O horário de funcionamento dos candeeiros está interligado com a iluminação pública. O comando das redes de iluminação pública é efetuado por relógios astronómicos, geridos e ajustados pela EDP.



Figura 52. Bebedouro com regras de autoproteção do Jardim de São Lázaro, outubro de 2020

Autoria própria

No dia 25 de março de 2021, foi montada uma estrutura no canto nordeste que, à primeira vista, parecia não estar acabada destacando-se ainda pela cor das suas tábuas, a mesma cor dos bancos (figura 53). A estrutura aqui montada é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal do Porto, no âmbito do “Porto Cidade das Camélias”, com o objetivo de homenagear e eternizar a camélia em forma de arte assim como se afirmar um lugar de encontro e convívio<sup>32</sup>. A estrutura foi colocada num ponto estratégico, de modo que quem entrasse no jardim pudesse avistar de imediato a mesma. Com um de desenho concêntrico, esta é uma obra da dupla de arquitetos e artistas Filipa Almeida e Hugo Reis, também conhecidos por FAHR021.3. A construção desta obra teve como inspiração, segundo os mesmos, a fisionomia da camélia e que cuja finalidade é manter a tradição da comemoração das camélias. Para os autores desta obra, a estrutura tem associada a ideia de reunião, muito importante em período de pandemia. Adicionalmente, pretendem que a esta instalação seja um palco para atuações e que a obra seja acabada pelo trabalho e vontade de outras pessoas.

A estrutura deveria ficar no Jardim de São Lázaro até ao final do mês de junho e, a partir daí, passava para o Jardim do Parque de São Roque, o que não aconteceu no prazo previsto. Apesar desta

---

<sup>32</sup> <https://www.porto.pt/pt/noticia/porto-cidade-das-camelias-eterniza-flor-em-obras-de-arte-reportagem>, consultado a 23 de julho de 2021

estrutura se inserir no programa mencionado, um casal com quem falamos, mencionado no trabalho mais à frente, acreditava que esta estrutura se tratava de um parque infantil e que tinha como objetivo o afastamento de atividades menos dignas, nomeadamente a prostituição. Nos dias em que estivemos no jardim, esta estrutura era bastante apreciada pelos mais pequenos para brincarem, não sendo utilizado por outras pessoas que estivessem no jardim.



Figura 53. Estrutura para “parque infantil” no Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria

Assim, apesar da sua pequena dimensão, o Jardim de São Lázaro é um espaço capacitado para a receção de pessoas, promovendo a sua permanência. É desta caracterização do Jardim de São Lázaro, enquanto espaço físico, que partimos para a apresentação e discussão dos dados recolhidos, descodificando o Jardim de São Lázaro enquanto lugar.

## Capítulo IV. Usos e apropriações do Jardim de São Lázaro

Este último capítulo é dedicado exclusivamente à apresentação e discussão do Jardim de São Lázaro enquanto lugar de diferentes usos e apropriações, assim como de encontros e de cruzamento de ideais, valores e reflexões. Para tal, discutimos primeiramente as metodologias aplicadas para a obtenção dos resultados e, de seguida, analisamos e refletimos sobre esses mesmos dados.

### 1. Metodologias

O estudo empírico do Jardim de São Lázaro desdobrou-se na identificação e inteiração dos elementos da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, e em particular, as praças ajardinadas e jardins através da realização de duas saídas de campo, a 26 de maio de 2021 e a 3 de junho de 2021. Apesar das várias tentativas de contacto com a Junta da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, não nos foi possível estabelecer contacto com alguém responsável. Esta reunião permitiu compreender algumas dinâmicas do Jardim de São Lázaro da perspetiva institucional, como a manutenção e gestão do Jardim de São Lázaro, e a organização de eventos por parte da Câmara Municipal do Porto.

Por outro lado, estabelecemos visitas regulares ao Jardim de São Lázaro para perceber quais são as principais características do Jardim de São Lázaro enquanto lugar e que nos permitiu construir uma grande base de dados, que é apresentada no próximo. Estas visitas foram realizadas sobretudo durante a semana (tabela 4) e ocorreram entre 29 de outubro de 2020 e 26 de maio de 2021, com exceção do período compreendido entre 15 de janeiro de 2020 e 15 de março de 2021 em função do estabelecimento de confinamento geral obrigatório, resultado do combate ao coronavírus.

Tabela 4. Visitas realizadas ao Jardim de São Lázaro

<b>Dias de visita ao Jardim de São Lázaro</b>	
29 de outubro de 2020	Quinta-feira
16 de novembro de 2020	Segunda-feira
2 de dezembro de 2020	Quarta-feira
15 de dezembro de 2020	Terça-feira
30 de dezembro de 2020	Quarta-feira
11 de janeiro de 2021	Segunda-feira
19 de março de 2021	Sexta-feira

25 de março de 2021	Quinta-feira
12 de abril de 2021	Segunda-feira
24 de abril de 2021	Sábado
3 de maio de 2021	Segunda-feira
6 de maio de 2021	Quinta-feira
18 de maio de 2021	Terça-feira
3 de junho de 2021	Quinta-feira
27 de junho de 2021	Domingo
13 de julho de 2021	Terça-feira

O trabalho de campo desenvolveu-se em duas grandes linhas. Uma dessas linhas elaborou-se através da observação participante, isto é, a observação do comportamento das pessoas seja em relação à forma como estão no jardim seja em relação ao modo como se relacionam com as outras pessoas que estão no jardim. As observações ocorreram enquanto estávamos sentados no banco assim e quando estávamos a dar voltas ao jardim. Tal como mencionado anteriormente, os estudos etnográficos procuram aproximar o geógrafo da experiência sensível dos fenômenos que estuda, como o uso de diário, no qual identificamos as características do Jardim de São Lázaro, elaboramos o desenho de alguns esquemas para identificação das áreas mais frequentadas, que juntamente com a identificação dos comportamentos nos permite caracterizar as rotinas, ritmos e atmosferas, assim como dos percursos realizados que são frequentes e que nos permitem elaborar uma caracterização do Jardim de São Lázaro enquanto espaço transitório. Procedemos ainda ao registo fotográfico de algumas ocorrências como Paiva, Cachinho, Barato-Salgueiro e Amílcar (2017) destacam nos estudos etnográficos com a menção ao recurso a novas tecnologias. Desta forma, estivemos sujeitos ao que os mesmos autores referem como afetações e sensações do dia a dia urbano, possibilitando a criação de relatos do terreno que aprofundem questões à escala local ou individual, e explicar dinâmicas sociais e espaciais de um modo participado.

A outra linha de abordagem recaiu sobre o estabelecimento de conversas informais com pessoas que em algum momento frequentaram o jardim, tentando colocar questões que surgissem de uma forma naturalmente naquela que era a nossa interação com as pessoas entrevistadas e que nos permitissem estabelecer padrões, como por exemplo “O que mais gosta no jardim?”, “Acha o jardim seguro?” e “Visita o Jardim de São Lázaro com que regularidade?”. Como destaca Seamon (1980), uma metodologia

importante para a Fenomenologia é a procura da representação cognitiva de espaço de um indivíduo ou grupo através da criação um conjunto de movimentos descritos por outros, como conversas e questionários. Com o estabelecimento de conversas informais, o estudo do Jardim de São Lázaro enquanto lugar tem implícito ainda a preocupação do entendimento de várias problemáticas tais como a memória individual ou coletiva de lugar, a conexão entre imagens, e o fabrico de comunidades específicas. Como afirma Pallasmaa (2019), anteriormente mencionado, a complexa tarefa de julgamento de um espaço projeta um processo temporal, uma vez que une percepção, memória e imaginação, procurando estudar a experiência enquanto algo que é multissensorial, envolvendo, para além dos cinco sentidos, os sentidos de orientação, gravidade, balanço, estabilidade, movimento, duração, continuidade, escala e iluminação. A experiência alia-se assim à atmosfera de um lugar, uma vez que esta não pode ser identificada, segundo Seamon (2019), também mencionado anteriormente, através da visão, incorporando um amplo conjunto de qualidades vividas que incluem som, cheiro, tato, vibrações emocionais e uma imanência ativa e indeterminada de coisas, espaços e qualidades ambientais (Seamon, 2019).

O nosso objetivo passou pelo estabelecimento de relações com um grupo diversificado. O grupo entrevistado é composto por 15 pessoas (tabela 5), 11 do género feminino e 4 do género masculino, com variadas ocupações profissionais, bem como reformados e/ou pensionistas, trabalhador do jardim, e estudantes. Grande parte das pessoas com quem estabelecemos conversa estavam dispostas a falar abertamente. As interações com as pessoas ocorreram de várias formas. Se, o primeiro contacto ocorreu com um grupo de 6 pessoas que foram interagindo de uma forma mais ou menos intensa, os contactos seguintes desenrolaram-se sempre com grupos mais pequenos, nas quais se inserem as pessoas desse primeiro grupo, sendo que o número de interações maioritariamente foram menores, isto é, apesar de termos estabelecido uma relação maior com as pessoas do primeiro grupo através de quatro conversas – uma com o grupo de seis pessoas (assinaladas com um asterisco na tabela) e três apenas com duas pessoas (assinaladas a sublinhado na tabela 5), o contacto com as restantes pessoas realizou-se somente uma vez.

Tabela 5. Perspetiva dos participantes e das suas rotinas no Jardim de São Lázaro

Nome fictício	Idade aproximada	Profissão	Residência (concelho e freguesia)	Transporte	Frequência	Rotina
<b>Carol*</b>	50-60 anos	————— <sup>33</sup>	Vila Nova de Gaia	Metro	Diária	Sentar no banco
<b>Helena*</b>	50-60 anos	————— <sup>22</sup>	Vila Nova de Gaia (Oliveira do Douro)	Metro	Diária	Sentar no banco
<b>Antonino*</b>	50-60 anos	Pensionista	Porto (Santo Ildefonso)	A pé	Diária	Sentar no banco
<b>Paulo*</b>	60-70 anos	Reformado	Porto	A pé	3-4 dias por semana	Sentar no banco e voltas ao jardim
<b>Adelaide*</b>	60-70 anos	Reformada	Porto	A pé	4-5 dias por semana	Sentar no banco e voltas ao jardim
<b>Laura*</b>	60-70 anos	Reformada	Porto	A pé	4-5 dias por semana	Sentar no banco e voltas ao jardim
<b>Sara</b>	30-40 anos	————— <sup>34</sup>	Porto (Bonfim)	A pé	3-4 dias por semana	Sentar no banco
<b>Conceição</b>	50-60 anos	Reformada	Porto (Bonfim)	A pé	3-4 dias por semana	Sentar no banco
<b>Micaela</b>	30-40 anos	Pensionista	Porto (Bonfim)	A pé	3-4 dias por semana	Sentar no banco e voltas ao jardim
<b>José</b>	70-80 anos	Reformado	Porto (Campanhã)	A pé	Dias da semana	Sentar no banco

<sup>33</sup> No momento da entrevista, indicou que estava de baixa médica.

<sup>34</sup> No momento da entrevista, indicou que estava de licença de maternidade.

<b>Isabel</b>	70-80 anos	Reformado	Porto (Campanhã)	A pé	Dias da semana	Sentar no banco
<b>Cristina</b>	20-25 anos	Estudante	Porto	Metro	Rara	Sentar no banco
<b>Maria</b>	20-25 anos	Estudante	Gondomar	Carro	Rara	Sentar no banco
<b>Joaquina</b>	20-25 anos	Estudante	Porto (Massarelos)	Autocarro	Rara	Sentar no banco
<b>Miguel</b>	40-50 anos	Vigilante	Porto	Autocarro	Dias da semana	Voltas ao jardim

Devemos ainda destacar que também recorremos a documentos escritos que contivessem relatos do Jardim de São Lázaro anteriores ao período de estudo assim como ao sítio eletrónico do Arquivo Municipal do Porto para a obtenção de registos fotográficos que complementassem os relatos recolhidos durante as nossas saídas de campo e que descreviam eventos ocorridos antes do período em estudo.

## 2. Ritmos, rotinas e atmosferas do Jardim de São Lázaro

No período em que estivemos no Jardim de São Lázaro foi-nos possível identificar três grandes tendências de utilização do espaço: o Jardim de São Lázaro enquanto lugar de passagem, isto é, o atravessamento de pessoas, o Jardim de São Lázaro enquanto lugar de paragem, lazer, e de conversas; e o Jardim de São Lázaro enquanto espaço de festa. Devemos destacar que o Jardim de São Lázaro foi, entre janeiro e março de 2021, apenas um lugar de passagem, uma vez que foi proibido a permanência de pessoas em jardins, tendo-se vedado os bancos para que ninguém se pudesse sentar. Contudo, também em virtude da pandemia do COVID19 não nos foi possível ver algumas características que estão, por norma, associadas a este jardim, nomeadamente a realização da Feira dos Lázaros, concretizado no fim de semana que antecede o Domingo de Ramos (figuras 54 e 55), que corresponde ao 5º Domingo da Quaresma, no qual se lê na liturgia, durante o evangelho de S. João, sobre a ressurreição de Lázaro, irmão de Marta e Maria Madalena, da Betânia. Esta celebração eleva o Jardim de São Lázaro enquanto um lugar de festa. Nesta festividade, segundo o relato de um casal, a D. Isabel e o Sr. José, com quem estabelecemos uma conversa informal, realiza-se uma feira com doces tradicionais, produtos de fumeiro,

e pão na Avenida de Rodrigues de Freitas, entre o Jardim de São Lázaro e o Colégio e Igreja da Nossa Senhora da Esperança; os concertos já mencionados das bandas musicais das forças de segurança do Porto no coreto do jardim; e decorre uma missa em honra de São Lázaro na Igreja da Nossa Senhora da Esperança. Porém, para este casal, apesar de continuarem com a tradição, a “festa já não é a mesma coisa”. Ainda segundo o que nos foi possível apurar, esta romaria ocorre aqui em honra de São Lázaro, porque este é um dos locais no Porto onde funcionou uma das gafarias. Era costume realizar-se um arraial onde se vendiam, entre outros, artigos de ourivesaria e quinquilharias. Também se montavam barracas de comes-e-bebes, consumindo-se a regueifa de Valongo com queijo assim como os produtos das doceiras de Paranhos. Consta ainda que os namorados trocavam entre si um anel que podia ser de ouro, de prata ou de estanho, consoante as possibilidades económicas de cada um.



Figura 54. Festa de São Lázaro em 1996: pormenor do Jardim de São Lázaro vendo-se a feira

Fonte: Arquivo Municipal do Porto



Figura 55. Feira de São Lázaro em 1996 ou 1997: aspetos da feira de São Lázaro na Avenida de Rodrigues de Freitas entre o Jardim de São Lázaro e o Colégio de Nossa Senhora da Esperança

Fonte: Arquivo Municipal do Porto

Uma outra característica, talvez a característica mais conhecida do Jardim de São Lázaro antes da pandemia, é a de um lugar de realização de partidas de cartas, e em particular do jogo da sueca, conhecida como “suecas”. De acordo com as conversas estabelecidas com o Sr. José, a D. Isabel, a D. Carol, a D. Helena e o Sr. Antonino, estas partidas ocorriam com recurso à montagem de mesas e cadeiras fornecidas pela Câmara Municipal do Porto que se encontravam armazenadas debaixo do coreto. Estas eram montadas maioritariamente no lado oriental (figura 56). Os jogadores habituais destas partidas eram, segundo os relatos recolhidos, homens reformados que se reuniam ao início da tarde no jardim. Ainda de acordo com essas pessoas, era recorrente os ânimos exaltarem-se devido à jogada realizadas pelos jogadores durante as partidas, seja por acharem que fosse o movimento errado seja por acharem que outros jogadores fizeram batota, ou devido ao resultado final da partida. Para além da

presença de muitas pessoas, segundo o relato da D. Isabel e do Sr. José, por vezes juntavam-se “mais de 200 pessoas, o que criava muita confusão. Agora já não vê menina porque eles fecharam tudo, mas dantes era assim”. Zotovici (2020) afirma que estas partidas pareciam “quase rituais”. A atmosfera aqui criada, derivada segundo os relatos da Sr. José, da D. Isabel, da D. Carol, da D. Helena e do Sr. Antonino sobre os comportamentos dos reformados como os insultos entre os jogadores e a forma de tratar as mulheres – “Sendo observada com esse mesmo olhar curioso, interessado, estimulado. Curioso em quê? Interessado e estimulado em que? Em mim? Um senhor se aproxima. Curioso, interessado, estimulado. Olha-me por inteira. Me sinto desconfortável” (Zotovici, 2020, p. 25), leva a que algumas pessoas não frequentassem ou evitassem o jardim durante o período da tarde, sensivelmente entre 13h, após o almoço e as 16h/17h, hora de lanchar. Além do mais, pelos relatos recolhidos das pessoas anteriormente mencionadas, podemos afirmar que os reformados das partidas de cartas e outros que assistiam às partidas formavam um grupo, que se apropriava de parte do espaço, como já mencionado, e as pessoas que não jogavam ou assistiam, formavam outro grupo, mesmo que divididos em grupos mais pequenos. A menor presença dos reformados que participavam nas partidas levou a que diversas pessoas com quem conversamos sintam que o jardim é mais agradável, isto é, mais tranquilo, sossegado e amigável.



Figura 56. Partidas de cartas no Jardim de São Lázaro

Fonte: <https://ambiente.cm-porto.pt/cidade-das-camelias/jardim-de-s-lazaro>, consultado a 31 de maio de 2021

Associado ainda a um antigo comportamento dos reformados está, segundo o relato da D. Helena e da D. Carol assim como o testemunho de uma estudante brasileira na dissertação “O Diário Gráfico enquanto lugar de pensamento para a Ilustração. Um estudo sobre a construção de identidade individual e colectiva a partir do Jardim de São Lázaro.” (Gomes, 2017), a utilização do portão sudoeste e algumas árvores existentes para urinar. Estas afirmam, em conversa, que estes atos são algo que incomoda, não só pelo cheiro que fica, mas também pelo ato em si – o ato enquanto desrespeito às

peças que estão no jardim, mas sobretudo a crianças que possam estar no jardim. Sendo naturalmente um ato que pode levar a uma coima e um jardim frequentado maioritariamente por pessoas de idade, pessoas que necessitam de recorrer às casas de banho com frequência, parece-nos imperativo a devida sinalização da já mencionada instalação sanitária que se encontra no coreto. Para além do mais, é da nossa opinião que as pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro, mesmo as que se encontram aqui regularmente, não estão cientes da existência desta casa de banho.

Das conversas com a D. Conceição, a D. Isabel, o Sr. José e D. Micaela e como referido nas conclusões apresentadas da já mencionada dissertação (Gomes, 2017), era possível verificar uma forte presença de prostitutas presentes principalmente no canto nordeste, mas também nos cantos sudeste e sudoeste (figura 57). Segundo o Sr. José e a D. Isabel, era habitual fiarem alguns dos clientes reformados até ao pagamento da sua pensão. Atualmente, segundo o relato da D. Conceição, estas encontram-se sobretudo a norte do jardim, na entrada de pousadas e motéis.

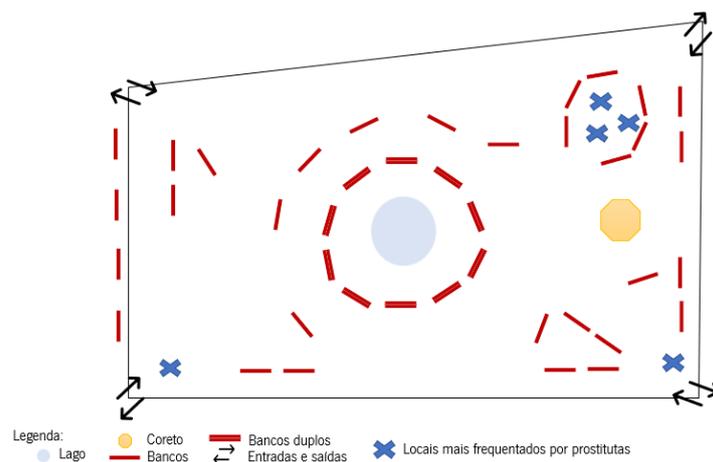


Figura 57. Esquema com os locais frequentados por prostitutas, indicados pelos entrevistados

Tivemos a oportunidade de falarmos com uma das poucas que se encontra no Jardim de São Lázaro. Micaela afirma que se encontra aqui há alguns anos a prostituir-se porque não consegue fazer face às suas despesas, devido ao facto de ser pensionista por invalidez e lhe ter sido atribuída uma pensão baixa. Permanece aqui entre as 11h e as 16h, saindo apenas para almoçar num restaurante nas proximidades que, por conhecer a sua situação, viabiliza o pagamento das suas refeições consoante as possibilidades de Micaela. Conta-nos ainda que já foi vítima de tentativa de assalto por duas vezes, uma vez que as suas práticas são do entendimento geral, levando a que os homens, segundo Micaela já embriagados, procurem assaltá-la por “tem algum dinheiro”. Afirma-nos que, como o seu objetivo é

apenas fazer dinheiro, não tem por hábito falar com outras pessoas sem ser para trabalho. Foi trazida pela sua irmã mais velha, que sabia que o Jardim de São Lázaro era um local de prostituição. Na conversa que estabelecemos com a D. Conceição, esta afirmou que era costume as “meninas frequentes” trazerem outras raparigas para a prostituição, sendo estas raparigas de “meios mais pequenos, da aldeia que procuravam uma outra forma de fazer dinheiro”.

Durante a pandemia, durante a qual este trabalho foi realizado, o Jardim de São Lázaro foi relatado pelo Sr. Antonino, Sr. Miguel, Sr. José, D. Isabel, D. Carol e D. Helena enquanto um lugar melhor cuidado, mais calmo, e melhor frequentado, devido ao facto já mencionado da proibição da realização das partidas de cartas, e conseqüente diminuição da presença de prostitutas, uma vez que a sua fonte de rendimento diminuiu consideravelmente. Ao Jardim de São Lázaro está associada também uma sensação de segurança generalizada, estando enumeradas para razões a valorização da presença de um vigilante, e a aparente simpatia das pessoas que frequentam o espaço. Apesar das histórias que nos contaram sobre urinar nas árvores, constatamos que a maioria das pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro dão uma grande importância às árvores, pela sombra que providenciam e aos espaços com relva, devido à versatilidade dos mesmos – para além de serem um elemento verde no jardim, contrastando com os caminhos, são utilizados enquanto lugares de descanso e lugar para piqueniques. Ainda verificamos que a maioria das pessoas consideram que o Jardim de São Lázaro é um espaço bem localizado pela sua proximidade ao Campo 24 de Agosto, à Batalha, e à Praça dos Poveiros.

O horário em que se verificou menos movimento, nos dias úteis, foi durante o período da manhã, sobretudo durante as primeiras duas horas de abertura e durante hora de almoço, e ao final do dia, entre as 17h e as 20h, o horário de encerramento (exemplos das figuras 58 e 59). Por outro lado, o período com mais movimento foi durante o período da tarde, sendo o maior foco entre as 13h30 e as 16h (figuras 60 e 61). O movimento verificado ao longo do dia revela diferenças em relação à ocupação profissional e faixa etária entre as pessoas que frequentam o jardim a lazer e as pessoas que passam no Jardim de São Lázaro. Se as pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro a lazer são sobretudo pessoas reformadas, logo pessoas com mais idade, as pessoas que passam no Jardim de São Lázaro são maioritariamente trabalhadores e estudantes da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, localizada na Avenida de Rodrigues de Freitas que conferem uma atmosfera de azáfama. Como afirma Sarmiento (2017), enquanto uma prática, caminhar envolve diversos passos e ritmos, e sempre foi central para a produção e experiência. Ainda segundo o mesmo, mencionando Lefebvre (2004), o ritmo do andar é lento ou rápido de acordo somente em relação a outros ritmos. Atribuimos vários ritmos ao Jardim de

São Lázaro, o ritmo de quem vai para as aulas ou trabalhar, um ritmo apressado e repetitivo, e o ritmo de quem está no jardim, que vai passando sem pressa. A conjugação dos ritmos resulta num conjunto de polirritmias instável e dinâmico, que é destacado por repetições cíclicas irreproduzíveis (dias, estações ou anos) ou lineares (o ruído de um motor, ou golpes de martelo). No caso do Jardim de São Lázaro as repetições cíclicas podem ocorrer nos dias úteis, com a passagem de trabalhadores e de estudantes da FBAUP ou o trânsito na Avenida de Rodrigues de Freitas, nas horas de ponta, e as repetições lineares com as obras de reabilitação dos prédios que confrontam a fachada norte e dos prédios da Praça dos Poveiros.

Para além dos grupos já mencionados, também devemos destacar que, com uma menor frequência, o jardim é atravessado por pessoas que vão ao supermercado, nomeadamente o Minipreço, na Praça dos Poveiros, e o Pingo Doce, situado no início da Rua Passos Manuel, e, de uma forma mais pontual, pessoas que vêm da Rua de Santa Catarina. Estes são movimentos diários, realizados entre o canto noroeste e o canto sudeste (figura 62), num passo acelerado, possibilitando ao corpo-sujeito que o inconsciente geográfico, através de movimentos contínuos e executados numa determinada ordem, esteja presente desde o ponto de partida até ao destino pretendido, tal como já mencionado anteriormente nas investigações de *place ballet* publicadas por David Seamon nas décadas de 1970 e 1980. Os movimentos realizados demonstram ainda, como afirma Heidegger (1927), mencionado anteriormente, a relação natural entre humanos e objetos que constituem o seu mundo, denotando as práticas inconscientes e impercetíveis e que, tal como menciona Seamon (2014a), frequentemente na vida cotidiana, o mundo da vida é transparente na medida em que a vida cotidiana simplesmente acontece, baseando-se em padrões espaço-temporais que são, mais ou menos, regulares. Esta é ainda uma questão performativa da vida urbana, referido por Paiva, Cachinho, Barata-Salgueiro e Amílcar (2017), mencionados anteriormente, com um destaque particular para o movimento, a temporalidade, as práticas, e os hábitos destes movimentos. Os movimentos diários realizados no Jardim de São Lázaro estão intimamente relacionados com a conexão das pessoas aos seus lugares. Como afirma Seamon (2013), através dessa conexão, alicerçada por fortes elos de pertencimento, os trajetos e os movimentos delineados revelam faces e nuances de pertencimento, numa coreografia que, por vezes, não é percebida por quem a realiza e que podem produzir fortes características de um ambiente, designando as danças-do-lugar. Estes movimentos revelam as dinâmicas dos mundos vividos.



Figura 58. Movimento verificado durante um dos horários menos movimentados no Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 59. Movimento verificado durante um dos horários menos movimentados no Jardim de São Lázaro, março de 2021

Autoria própria



Figura 60. Movimento verificado durante o horário mais movimentado do Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020

Autoria própria



Figura 61. Movimento verificado durante o horário mais movimentado do Jardim de São Lázaro, janeiro de 2021

Autoria própria

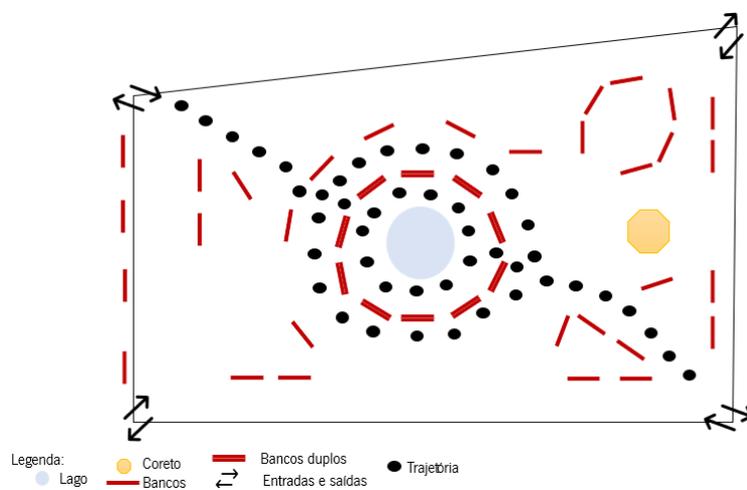


Figura 62. Esquema com o percurso realizado pelas pessoas que atravessam o Jardim de São Lázaro

A permanência de pessoas durante a semana é marcada por uma grande afluência de homens acima dos 50 anos, reformados ou pensionistas (figura 63). De uma forma genérica, as suas áreas de eleição são área dos bancos que delimitam o lago, e a fachada que confronta o Colégio e Igreja da Nossa Senhora da Esperança (figura 64). Estas são áreas que têm sombra durante uma grande parte do dia devido às volumosas árvores - as magnólias e as lílias. Separadas, por norma, destes grupos estão as mulheres. A presença de mulheres, seja em grupo seja sozinha, foi verificada sobretudo em duas zonas do jardim, as zonas com menos árvores no canto nordeste e na fachada ocidental, tanto dentro do jardim como nos bancos fora do jardim, que se encontram de frente para as esplanadas (figura 64) e, assim, mais expostas, e com maior iluminação natural, providenciando uma sensação de maior segurança. Os locais prediletos das mulheres são reconhecidos pelas próprias, como a D. Carol e a D. Helena que afirmam que gostam do sol. Por outro lado, esta poderá ser uma forma de evitarem os homens reformados, pelas suas atitudes negativas. Segundo a conversa com a D. Conceição, algumas mulheres são abordadas pela sua aparência, isto é, uma vez que são “consideradas feias por alguns homens logo e somos logo prostitutas”. Ainda dentro desta situação é relatado na dissertação mencionada anteriormente de Gomes (2017) que as mulheres imigrantes são olhadas “de cima a baixo” por reformados e não se sentiam à vontade no jardim, tendo sido por vezes vistas enquanto prostitutas: “A imagem acima relata o dia que um dos reformados me perguntou se eu era uma das prostitutas. Primeiro me ofereceu tomar um café, depois, sentou-se ao meu lado. Deixou claro que se eu continuasse ali sozinha iria me passar por uma, pois assim o é no Jardim de São Lázaro. Senti-me nervosa quando, enquanto a conversa se desenvolvia, ele tentava se aproximar” (Gomes, 2017, p. 77). Tal como já mencionado, o lugar é frequentemente criado e recriado, produzindo forças de inclusão e de exclusão que participaram na configuração de habitar cada mundo de experiência. Desta forma, o Jardim de São Lázaro emerge enquanto lugar pelas formas que é utilizado e apropriado que, por sua vez, constroem as forças de exclusão, por exemplo a forma como os homens reformados abordavam as mulheres e que moldam as experiências das mulheres que frequentaram o jardim. Por outro lado, foi-nos relatado pela D. Carol, D. Helena, Sr. Antonino, Sr. Paulo, D. Adelaide e D. Laura que atualmente a presença das mulheres é mais expressiva, sendo que constataram um aumento gradual da sua presença. Esta mudança, com uma maior presença de mulheres, pode significar a criação de uma força de inclusão e impactar de um modo positivo a experiência de outras mulheres no jardim.



Figura 63. Grupo de homens que costuma frequentar o Jardim de São Lázaro com regularidade, janeiro de 2021

Autoria própria

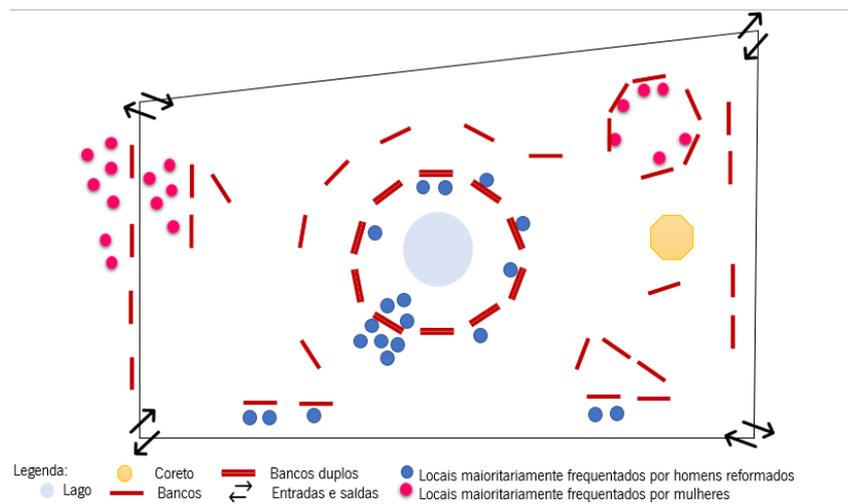


Figura 64. Esquema com locais mais frequentados pelos homens reformados e pelas mulheres

Pela sua proximidade e pela calma nas horas em que é frequentado durante a semana, alguns pais e avós gostam de levar ao jardim os seus filhos e netos (figura 65), em idade até ao pré-escolar, durante a manhã ou ao final do dia, na sua ida para casa após a escola. Ao fim de semana, o Jardim de São Lázaro assume-se maioritariamente enquanto um espaço de lazer, onde se entra e se está sem pressas, aproveitando para tirar fotos ao lago, para passear com os filhos (figura 66), ou para simplesmente se sentar nos bancos. Os trajetos e movimentos realizados, como afirma Seamon (2013), promovem características de um determinado ambiente, criando involuntariamente um todo maior, de

ritmo e caráter próprios, e que revelam as dinâmicas dos mundos vividos, por um lado, e regenerando e protegendo o Jardim de São Lázaro enquanto lugar, por outro lado.

Segundo Sara, com quem estabelecemos uma conversa informal, este jardim, apesar da sua pequena dimensão, permite “apanhar um pouco de ar fresco e estar em contacto com a natureza”, estando perto de casa, o que, juntamente com o facto de “não ser excessivamente procurado”, a motiva a escolher este jardim. A presença de pessoas no jardim aumenta consoante o decorrer do dia, não existindo uma quebra durante a hora de almoço. Atravessar o Jardim de São Lázaro é um ato completamente diferente, tomando o seu tempo, contemplando aquilo que está à volta, sem pressa de chegar a algum lado.



Figura 65. Pai a passear o seu bebé no Jardim de São Lázaro, abril de 2021

Autoria própria



Figura 66. Pais com os seus filhos no Jardim de São Lázaro durante o fim de semana, abril de 2021

Autoria própria

Apesar da separação física entre grupos que ocorre à semana, as pessoas com quem falamos apontam que se sentem confortáveis no jardim, e que se criou uma sensação de comunidade entre os frequentadores mais velhos do jardim, através da verificação do estado das outras pessoas - se está tudo bem, e preocupação quando alguém não aparece ou quando não está com bom ar, e da atribuição de apelidos, como “Papa Bolachas” e “Papa Bananas” ao Sr. Antonino pelo grande consumo de bolachas e bananas, e “Gondomar”, de uma conversa que ouvimos.

Para além das razões mais óbvias que condicionam a vinda e permanência de pessoas que verificamos durante as nossas visitas ao Jardim de São Lázaro, tais como o estado do tempo, foi-nos indicado pela D. Helena, D. Carol, Sr. Antonino, D. Adelaide, D. Laura e Sr. Paulo que o principal motivo da sua ausência é estarem doentes. Além disso, sabemos que as visitas das pessoas ao jardim ocorrem,

em alguns casos, em determinados períodos da semana ou do dia como o Sr. José e D. Isabel que visitam o jardim de segunda a sexta entre as 11h e as 11h30, e a D. Laura que marca presença todos os dias, entre as 11h e as 16h, ausentando-se apenas para almoçar e nos dias em que está doente. O Jardim de São Lázaro torna-se, assim, uma extensão das casas destas pessoas.

No período em estudo verificamos algumas mutações na utilização do espaço, isto é, apesar de conseguirmos traçar algumas linhas de tendências gerais. Devido a circunstâncias ocorridas por motivos de força maior, o Jardim de São Lázaro foi utilizado por um número significativo de pessoas durante o encerramento do comércio, e em especial dos cafés e restaurantes, e conseqüente venda ao postigo. As pessoas aproveitaram para a abertura do Jardim de São Lázaro para beber os seus cafés, realizar as suas refeições, assim como consumir álcool neste espaço. No mesmo período, verificamos uma diminuição da presença de homens reformados.

O Jardim de São Lázaro também é integrado com alguma frequência nos percursos da “bonfineta”, uma iniciativa da Junta de Freguesia do Bonfim que pretende combater o isolamento social e promover a mobilidade dos idosos (figura 67). Algumas pessoas aproveitam o seu passeio de bicicleta para atravessar, e eventualmente descansar um pouco no jardim (figura 68). Estas atividades podem proporcionar-se devido às entradas nordeste e noroeste. Algumas pessoas gostam de ir passear os cães ao jardim.



Figura 67. Bonficleta no jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria: João Sarmento



Figura 68. Senhor a passear de bicicleta no Jardim de São Lázaro, dezembro de 2020

Autoria própria

Como já mencionado, a limpeza e recolha do lixo ocorre 3 vezes por semana. Apesar da frequente limpeza do espaço por parte de funcionários da Câmara Municipal do Porto e de a maioria das

peças ter a sensibilidade de colocar o lixo no sítio correto, foi possível encontrar-se pontualmente algum lixo no chão, nomeadamente plástico, máscaras e beatas (figuras 69 e 70). Como Wood (2016) refere e tal como foi anteriormente mencionado, a criação de um lugar envolve os esforços nos quais as pessoas intencionalmente intervêm de alguma forma para melhorar o lugar, e a intensificação do lugar refere-se à forma ativa em que os aspetos físicos do lugar, de uma determinada forma e não de outra, podem tornar esse lugar melhor ou pior. Para além dos exemplos já mencionados, numa das conversas estabelecidas, estas pessoas afirmaram-nos que acabam de fumar, molham a beata e depois colocam-na no caixote do lixo.



Figura 69. Lixo no chão do Jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria: João Sarmento



Figura 70. Lixo no chão do Jardim de São Lázaro, maio de 2021

Autoria própria

Ainda dentro desta temática, surgem diferentes opiniões sobre o tratamento, a conservação e dinamização do jardim. Por um lado, o Sr. José e a D. Isabel defendem que este é um jardim bem cuidado e preservado, materializado através da colocação de relva nos locais onde estavam as tulipas (figura 71). A colocação das tulipas é, como já mencionado, muito apreciada pelos frequentadores do Jardim de São Lázaro, levando a afirmações tais como a do Sr. Antonino “Costumam pôr tulipas, fica bonito, mas só se aguentam um mês na terra” e “Gosto muito das tulipas aqui. No ano passado em março colocaram, mas não sei se este ano vão pôr [por causa do coronavírus]”, opinião de quem ia a passar no jardim. Também vistos com bastante satisfação pelo Sr. Antonino, Sr. Miguel, Sr. José, D. Isabel, D. Carol e D. Helena são alguns eventos organizados pela Câmara Municipal do Porto, nomeadamente o Festival Gastronómico “Ao Gosto do Porto!” durante o mês de agosto, e edições da FleaMarket, uma feira de diversos artigos, como roupa, discos, brinquedos e livros.

Por outro lado, há quem argumente que o jardim podia ser mais bem tratado, sobretudo porque os jardineiros da Câmara Municipal do Porto, segundo a D. Helena e a D. Carol, não “sabem o que

fazem”, ou não fazem as coisas a tempo e a horas, afirmando que uma das camélias do jardim entortou por causa de um ramo da árvore maior (figura 72). A D. Maria, a D. Cristina e a D. Joaquina afirmam que o Jardim de São Lázaro podia ter mais flores, para além da colocação das tulipas, e estar dotado de um parque infantil e de mesas para piqueniques, mesas estas que deveriam combinar com os bancos já existentes. Estas interpretações do espaço demonstram o carinho ou ligação a um lugar, visto como um recipiente de forte intenso investimento emocional. Por outro lado, como já mencionado anteriormente, com o realce do lugar enquanto “posto” de experiências singulares vividas, aplica-se a indissociabilidade do lugar da compreensão interna dos que o residem e de onde reflete o conhecimento íntimo.



Figura 71. Exemplo do bom tratamento do jardim segundo um dos entrevistados: a colocação de relva onde estavam as tulipas, abril de 2021

Autoria própria



Figura 72. Exemplo do mau tratamento do jardim segundo uma das entrevistadas: uma camélia torta devido ao peso de um ramo

Autoria própria

Podemos entender o Jardim de São Lázaro como um lugar enquanto um território que molda o espaço onde se insere assim como molda quem o frequenta e é formado por partes integralmente ligadas – pessoas, elementos físicos num todo vivido, tal como menciona Seamon (2015). Este autor refere ainda que é importante refletir sobre a relacionalidade sinérgica, enquanto forma de interpretar o lugar, contribuindo também como forma de entender a cidade e a construção urbana de lugar. As partes do Jardim de São Lázaro são apenas partes, porque sustentam e são sustentadas pelo dinamismo e tecido do todo, o jardim. Assim, as entidades heterogêneas, isto é, as diferentes partes que constituem o Jardim

de São Lázaro, são, tal como referido por Deleuze e Parnet (1987), organizadas de uma determinada forma, de modo a funcionarem por um certo tempo, constituindo-se enquanto uma *assemblage*. As diversas partes funcionam de acordo com modos de organização de substâncias diferentes. Tal traduz-se em combinações de diferentes entidades tais como a interação das pessoas com os elementos físicos, e a interação entre pessoas, ligadas entre si para formar um novo todo (*assemblage* relacional); a produção de novas organizações territoriais, como o desaparecimento da apropriação dos reformados do lado oriental para as partidas de suecas; novos atores como pessoas que habitualmente não frequentam o jardim mas que se aproveitaram, com o COVID19, para ir almoçar ou beber um café, e novas realidades decorrentes, por exemplo, das circunstâncias mencionadas (*assemblage* produtiva); e o estabelecimento de territórios à medida que surgem e se mantêm unidos, sofrendo constantemente mutações, transformando-se e separando-se (*assemblage* heterogénea e sociocultural) como, por exemplo, com a proibição de ajuntamentos para a realização de partidas de cartas, o Jardim de São Lázaro perdeu duas importantes partes, os homens reformados e as prostitutas, que em muito contribuíram para a construção da identidade do jardim. Além disso, no Jardim de São Lázaro a *assemblage* emerge enquanto forma de pensar as relações entre estabilidade e transformação na produção do social traduzidas, exemplificado nas rotinas e na alteração de comportamentos, respetivamente.

A vivência dos ambientes e lugares é condicionada pela forma como as diversas partes se posicionam no espaço condicionadas pela sua experiência, isto é, quanto uma pessoa ou um grupo se inserir dentro de um ambiente, quanto maior for o sentimento de pertença, de densidade, de profundidade, de conforto ou de “sentir-se em casa”, mais esse ambiente se torna, existencialmente, um lugar, e contrariamente, quanto mais uma pessoa ou um grupo se sentir separado ou alienado, menos esse espaço se torna um lugar. Assim, baseando-nos nos conceitos, respetivamente, de interioridade e exterioridade de Seamon (2014a), podemos afirmar que os homens reformados se sentiram, de uma forma particular, dentro do ambiente do Jardim de São Lázaro e, pelo contrário, as mulheres, alheias a este ambiente, encontravam-se em grupos separados dos homens, criando o seu próprio mundo de vivência do lugar.

Apesar da pequena dimensão do jardim, foi possível detetar que a integração das pessoas leva a uma aparente divisão do jardim por grupos e géneros, tanto para quem permanece em grupo como para quem se encontra no jardim sozinho. Regra geral, nos grupos, as pessoas chegam ao Jardim e vão ao encontro de uma determinada pessoa/grupo que, por sua vez, se encontra num determinado banco

ou área. Também as pessoas que estão sozinhas no jardim procuram uma área ou banco em específico. Quando estes locais já se encontram ocupados por outras pessoas ou grupos, as pessoas parecem ficar desiludidas por terem que procurar outro espaço. Por vezes, estranham ainda a permanência de pessoas que não frequentam habitualmente o espaço. Tal demonstra o vínculo e a afetividade das pessoas ao lugar. As conversas dos grupos formados giram à volta dos seus problemas, e da vida de pessoas que o grupo conhece. Esta assume-me enquanto uma forma de combate à solidão de quem frequenta o jardim. Como Eck e Pijpers (2017) apontam nos estudos fenomenológicos, estes contactos têm significado para as pessoas que se encontram, independentemente de o encontro ser superficial ou intenso, sendo que as pessoas reconhecem o efeito desses encontros nas suas vidas.

Wood (2016) acrescenta que a interação é definida pelas dinâmicas vividas diariamente do lugar incluindo todas as ações, eventos e situações que envolvem contacto entre pessoas ou entre pessoas e aspetos materiais do lugar. O desdobramento da cadeia de interações contribui para o crescimento do afeto ao lugar, chamado de identificação. Através deste processo são forjadas ligações afetivas entre as pessoas e o lugar. As formas de apropriação também são condicionadas por experiências, caracterizadas por ser multissensorial, envolvendo mais do que os cinco sentidos, como a estabilidade, a continuidade, a duração e o movimento. Ao nível do ruído, segundo Dias (2012), mencionando o Plano Diretor Municipal de 2006, o Jardim de São Lázaro insere-se numa área avaliada enquanto zona mista. Assentando em 6 pontos de medição, Dias (2012) o Jardim de São Lázaro regista uma diferença entre ruído de ponta e o ruído de fundo de 6 dB, devido à concentrada presença de pessoas em lazer. Verificou-se ainda, de acordo com o mesmo autor, uma variação baixa entre a envolvente e o interior, uma vez que a “cota superior onde se encontra (em média, cerca de 1 m), relativamente à cota da via com maior tráfego, e ao grande volume de tráfego que circula nas vias periféricas” (idem, p. 92).

Como afirma Pallasmaa (2014), o carácter do espaço e lugar não é meramente uma qualidade visual, surgindo enquanto uma complexa fusão de inúmeros fatores que são compreendidos como uma atmosfera geral, sentimento ou ambiente. Sendo que cada espaço e lugar é um convite para e uma sugestão de atos e atividades distintas, o Jardim de São Lázaro emerge enquanto um espaço e um lugar que convida à confraternização, ao descanso, e a uma paragem no tempo, pela manutenção dos seus elementos – árvores, bancos, coreto, conferindo-lhe estabilidade e continuidade.

Por outro lado, o Jardim de São Lázaro surge enquanto espaço de confraternização para quem visita o jardim de uma forma regularmente. Fruto dessa frequência habitual de algumas pessoas, construiu-se uma pequena comunidade, pequena decorrente da dimensão do espaço. Esta é uma

comunidade formada tanto por pessoas que experienciam o Jardim de São Lázaro sozinhas como por grupos que se foram constituindo ao longo dos anos. Estas são pessoas que já não se encontram no ativo, e que vivem, maioritariamente, sozinhas. Assim, o Jardim de São Lázaro surge enquanto lugar através do sentido idealizado de lugar e do fabrico de comunidades específicas, estabelecida pela profunda rede de relações derivada das diversas práticas quotidianas. Pelas ações cotidianas aqui realizadas, o Jardim de São Lázaro emerge ainda enquanto *place ballet*, anteriormente mencionado, através do qual os espaços urbanos são “domesticados”, e no qual está presente a sensação de que as pessoas se começam a sentir em casa nos espaços públicos, que parecem estar cheios de estranhos. O sentido de lugar surge no Jardim de São Lázaro também da profunda rede de relações que é definida pelas diversas práticas quotidianas. Assim, questiona as experiências também é questionar o significado do Jardim de São Lázaro, isto é, debater o jardim enquanto um lugar e o que dá identidade e aura ao mesmo (Tuan, 1977). Podemos afirmar que o Jardim de São Lázaro é cunhado pelas suas diversas utilizações e apropriações do espaço que, no seu conjunto, formam a identidade do jardim. Se, por um lado, o Jardim de São Lázaro é associado, quase de uma forma imediata, às partidas de cartas dos homens reformados ocorridas durante a tarde, por outro lado, as pessoas que agora o frequentam caracterizam-no enquanto um lugar tranquilo e agradável, devido à diminuição substancial do número de homens reformados, impedidos de realizarem as suas partidas, e de prostitutas, que viram o seu rendimento desaparecer.

O Jardim de São Lázaro assume-se enquanto um lugar de passagem, um espaço de ligação entre a Praça dos Poveiros e a Avenida de Rodrigues de Freitas, o que confere ao jardim uma maior afluência de pessoas nas chamadas horas de ponta, por trabalhadores e estudantes da FBAUP. A sua passagem pelo jardim tem ainda a particularidade da realização do percurso ocorrer, maioritariamente, dentro da mesma área. Tal como refere Paiva (2017), no seu estudo das teorias não-representacionais, as representações mentais da realidade são concebidas e executadas corporeamente no decurso das ações, as interações no mundo são compostas por práticas e hábitos, e os aspetos processuais dos fenómenos, naquilo que toca aos fluxos e movimentos das pessoas e os seus resultados. Tal como mencionou Seamon (1979), o corpo sujeito é capaz de realizar inúmeros atos e gestos que, apesar de poderem parecer triviais, acumulam-se em atividades de composição, sustentando um determinado propósito ou intenção, os chamados ballet corporais. Os múltiplos ballets corporais amadurecem geralmente em sequência de sucessivos comportamentos rotulados como “rotinas de espaço-tempo”.

## Conclusão

O lugar é um espaço que vai para além das suas características físicas. Através da atribuição de significados a um determinado espaço, conferimos-lhe uma dimensão pessoal e social. Para além deste aspeto, o lugar surge associado, de uma forma significativa, às emoções e aos sentimentos que lhe atribuímos, assim como à experiência e à vivência de um espaço, condicionados pelos valores morais e éticos. Estes valores moldam não só o comportamento da pessoa como o comportamento das outras pessoas que ocupam o espaço. O lugar também surge relacionado com a atmosfera criada igualmente de acordo com os comportamentos das pessoas, e que condiciona a integração de novos utilizadores do espaço (por exemplo, se se identificam com essas ideais/comportamentos ou se não se conseguem integrar). O lugar surge, do mesmo modo, associado à criação de uma comunidade e a uma sensação de pertença associada à comunidade criada.

Porém, no espaço público das cidades contemporâneas, e em particular no espaço urbano portuense, surgem alguns desafios relacionados com a experiência de um lugar, com a imposição de regras e exclusão de grupos sociais. O processo de transformação no Porto e que dá forma à cidade como a conhecemos atualmente, iniciou-se em meados do século XX, mas é sobretudo durante o século XXI que ocorrem as maiores mudanças na cidade. Num primeiro momento, as mudanças na forma de estar e viver a cidade manifestaram-se através da construção de grandes superfícies comerciais alimentares e especializadas, que introduziram novas formas de fazer compras e consumir. Houve também um reforço das acessibilidades, com a construção da Ponte da Arrábida e da Via Norte; da expansão de serviços para ocidente, nomeadamente para a Boavista e Campo Alegre; e da criação de centros periféricos, localizados fora do concelho do Porto. Dos projetos de reabilitação urbana, destaca-se o trabalho realizado pelo CRUARB, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo, que revitalizou a habitação e comércio desta mesma área, incluindo os quarteirões mais degradados. Num segundo momento, significou uma melhoria da acessibilidade aérea, com a realização de voos de companhias *low-cost*, uma forte presença de população flutuante com o aumento exponencial de turistas, estudantes internacionais e alunos ERASMUS, contrariando a diminuição da população residente no Porto que procura a periferia devido ao aumento do preço do solo e consequente aumento do preço das rendas; uma reabilitação urbana e do edificado intensa através de iniciativas públicas e privadas tais como a SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana; e a emergência e crescimento de plataformas como a Airbnb, que oferecem aos visitantes uma enorme variedade de alojamentos, incluindo estúdios, apartamentos e casas.

O estudo do Jardim de São Lázaro enquanto lugar teve em consideração os seus contextos cultural e histórico, através da seleção de um conjunto de métodos inspirado pelas correntes da Fenomenologia e da Hermenêutica, que possibilitou o seu estudo enquanto um produto cultural. No entanto, também foi fundamental, identificar o grau de ligação ao lugar, e procurar correlações com fatores tais como idade, estatuto social, características físicas e tempo gasto no lugar, assim como identificar a interdependência do lugar com outros aspetos do mesmo tais como grau de investimento pessoal e social, identidade individual e de grupo com o lugar. Através da introdução de filosofias e metodologias humanistas foi possível desenvolver uma investigação dentro da Geografia Cultural, dando um especial destaque à experiência subjetiva do lugar. Este é o primeiro jardim público portuense, situado numa zona de transição entre o centro histórico e a parte oriental da cidade, assumindo-se enquanto elemento importante de convívio e lazer no Porto, uma cidade cada vez mais privatizada, onde não há casas de banho públicas e poucos espaços para as pessoas socializarem, que não centros comerciais, lojas e praças pouco convidativas e ásperas.

Apesar do desinteresse inicial demonstrado pela população portuense pelo Jardim de São Lázaro, este assumiu-se enquanto local paradigmático e local favorito para o passeio público e, durante aproximadamente as primeiras de três décadas, foi-lhe incumbido a função de sociabilidade. Contrariando aquelas que são as regras de funcionamento atuais, a entrada e permanência no Jardim de São Lázaro estava limitada pelo traje, ou seja, a condição social, assim como estava proibida a entrada de crianças menores de 10 anos desacompanhadas e animais e o encerramento do Jardim de São Lázaro, que era anunciado no final das orações ao fim do dia, sendo este realizado de uma forma gradual. O encerramento do último portão ocorria apenas quando o vigilante verificava que não se encontrava ninguém no jardim. Apesar do encerramento do jardim ao público, estava incumbida ao vigilante a função de supervisionar o jardim durante a noite. A frequência de espaços como o Jardim de São Lázaro foi introduzida como um hábito de um novo estilo de vida da burguesia emergente, que se afirmava social e economicamente no Porto. Com a emergência de novos espaços verdes urbanos de lazer a ocidente, o Jardim de São Lázaro entrou, segundo algumas opiniões, em decadência, deixando de ter vida com o surgimento de outros jardins que conquistaram um maior destaque (Couto, 2018), e foi mesmo considerado demasiado acanhado para o crescimento da burguesia portuense (Lopes, 1999). Por outro lado, outros partilhavam a opinião de que o Jardim de São Lázaro pareceu resistir ao tempo.

O Jardim de São Lázaro assume-se, atualmente, como um lugar aberto a toda a sociedade, isto é, pode ser frequentado por todos, independentemente do seu estatuto económico. À semelhança

daquilo que ocorria, o Jardim de São Lázaro tem um vigilante, incumbido da abertura e encerramento do jardim assim como da verificação do cumprimento das regras de funcionamento. A sua presença confere às pessoas que visitam o jardim uma sensação de segurança e de ordem. Porém, o jardim não é vigiado durante a noite. A sua abertura à população está definida por um horário de funcionamento, e o seu encerramento não é avisado no fim das orações ou por toques de sino.

Durante muitos anos, o Jardim de São Lázaro esteve associado à ideia de lugar de convívio para um grande número de homens reformados, segundo os relatos recolhidos, que se reuniam, durante a tarde, para a realização de partidas de cartas, e em especial de partidas de suecas. Os reformados das partidas de cartas assim como aqueles que assistiam às partidas formavam um grupo, que se apropriava de parte do espaço, o lado nascente, e as pessoas que não jogavam ou assistiam, formavam outro grupo, mesmo que divididos em grupos mais pequenos. Estas partidas resultavam, por diversas vezes, na emergência do Jardim de São Lázaro enquanto um lugar de violência verbal, em virtude das jogadas realizadas pelos jogadores durante as partidas, seja por acharem que fosse o movimento errado seja por acharem que outros jogadores fizeram batota, ou devido ao resultado final da partida.

A presença de homens reformados está ainda associada a atos impróprios, nomeadamente urinar nas árvores existentes no jardim e no canto sudoeste. Estes atos provocaram incómodo, segundo relatos, pelo cheiro que fica, mas também pelo ato em si – um desrespeito às pessoas que estão no jardim, e sobretudo às crianças que possam estar no jardim. Torna-se incompreensível que, num jardim que é frequentado por pessoas com necessidade de se deslocar frequentemente à casa de banho, não se tente colmatar estas atitudes através, por exemplo, da colocação de sinalização referente à instalação sanitária do Jardim de São Lázaro e reforçar a presença dos funcionários que vigiam o jardim, uma vez que aos fins de semana e feriados os funcionários da Câmara Municipal do Porto não se encontram no jardim e, desta forma, a instalação sanitária está interdita. Para além do mais, é nossa opinião que as pessoas que frequentam o Jardim de São Lázaro, mesmo as que se encontram aqui regularmente, não estão cientes da existência desta casa de banho. A diminuição da presença dos reformados, sobretudo daqueles que participavam nas partidas de cartas e que causavam mais tumultos, levou a que diversas pessoas com quem conversamos afirmem que sentem que o Jardim de São Lázaro é mais agradável, isto é, mais tranquilo, sossegado e amigável.

Associado à grande afluência de homens reformados, está o surgimento do Jardim de São Lázaro como um lugar de prostituição, presentes maioritariamente no canto nordeste, e de uma forma residual nos cantos sudeste e sudoeste. Segundo uma das conversas que estabelecidas, era habitual as

prostitutas fiarem o pagamento de alguns dos clientes reformados, até ao pagamento da sua pensão. A forte presença dos homens reformados que se reuniam no jardim para as partidas de cartas era a principal fonte de rendimento destas mulheres, que agora se deslocaram para norte, na entrada de pousadas e hotéis, procurando substituir o rendimento perdido do jardim por serviços a homens que estejam aqui hospedados. É bastante provável que estes alojamentos sejam utilizados para esses encontros.

Sendo os lugares definidos, como afirmado por Massey (1997), pelo seu interior e pelo exterior que o rodeia, da investigação realizada resulta que a área envolvente do Jardim de São Lázaro tem sido alvo de diversas transformações ao longo das últimas décadas. A instigação da reabilitação e a revitalização do centro histórico e do comércio traduz-se na requalificação dos edifícios, que procuram promover atividades comerciais relacionadas com o turismo tais como alojamento local, restaurantes e cafés e que impulsionam a política de fachadismo. Apesar disto, o Jardim de São Lázaro é um lugar de estabilidade, que não muda ou muda pouco, através da preservação de alguns elementos introduzidos, por exemplo, com o projeto de modificação em 1869 de Émile David como o coreto, com uma base de pedra na qual assentam 8 colunas de ferro que suportam uma forma cónica em ferro. São exemplo de elementos os bancos em madeira e ferro fundido, típicos da época do romantismo nos jardins, e que permitem uma maior comodidade no descanso das pessoas que os utilizam, ao contrário do que acontece, por exemplo na Praça dos Poveiros, próxima ao Jardim de São Lázaro; e as árvores tais como as magnólias, colocadas aqui em 1911, que conferem ao Jardim de São Lázaro um maior conforto térmico. Este facto é importante na afirmação de um espaço como lugar de refúgio para quem procura escapar a estas transformações, surgindo enquanto um elemento de equilíbrio, uma vez que contrasta com as todas as transformações que ocorrem à sua volta, e que promove uma sensação de continuidade, e de segurança. O Jardim de São Lázaro opõe-se, desta forma, a outros jardins e praças ajardinadas que se caracterizam por serem mais frios, mais abertos e mais ventosos, e que foram sofrendo profundas alterações ao longo do tempo.

O Jardim de São Lázaro destaca-se pelo papel social fundamental que exerce na vida das pessoas que o frequentam. A afluência ao Jardim de São Lázaro é introduzida enquanto uma rotina diária ou frequente, ocorrendo aqui grandes interações sociais, assumindo-se estas ainda enquanto uma forma de combate ao isolamento social das pessoas. Através da criação de uma rede de relações, surgem sentimentos de pertença a uma pequena comunidade exemplificada através da necessidade em saber se determinada pessoa está no jardim e da atribuição de apelidos entre as pessoas dessa comunidade.

É neste local que surgem desabafos de preocupações económicas, e familiares que, juntamente com a oportunidade de contacto com a natureza, criam condições para um bem-estar emocional e mental. Como mencionado anteriormente, o sentido de lugar surge de uma profunda rede de relações que é definida, entre outros, pelo espaço-tempo das diversas práticas quotidianas.

Por outro lado, também podemos atribuir ao Jardim de São Lázaro uma ideia de movimento, concebida através dos ritmos e rotinas das pessoas que frequentam o Jardim enquanto lugar de lazer, uma vez que a sua chegada e partida ocorrem maioritariamente às mesmas horas assim como das pessoas que utilizam o Jardim de São Lázaro enquanto lugar de atravessamento, com a sua passagem a coincidir com os chamados horários de ponta, num ritmo apressado, envolvidos no seu próprio mundo, num trajeto automático e que se restringe a uma determinada área. Adicionalmente, com menor frequência, verifica-se a passagem de pessoas que vão aos supermercados situados nas imediações do Jardim de São Lázaro ou da Rua de Santa Catarina. A sua passagem contrasta com a anteriormente descrita, pois é mais lenta, absorvendo um ambiente de natureza, sinónimo de tranquilidade e de relaxamento. Tal como mencionou Seamon (1979), referenciado em Eck e Pijpers (2017), o corpo sujeito é capaz de realizar inúmeros atos e gestos que, apesar de poderem parecer triviais, acumulam-se em atividades de composição, sustentando um determinado propósito ou intenção, os chamados ballet corporais. Os múltiplos ballets corporais amadurecem geralmente em sequência de sucessivos comportamentos rotulados como “rotinas de espaço-tempo”.

O Jardim de São Lázaro emerge ainda como um lugar de festa, como uma forma de continuidade das tradições da cidade com a realização da Festa dos Lázaros, no fim de semana anterior ao Domingo de Ramos, no 5º Domingo da Quaresma. Apesar de esta ser uma romaria anual, a pandemia não permitiu a sua realização nos anos de 2020 e 2021. Para além da missa em honra de Lázaro, lembrado durante a liturgia pelo seu regresso à vida após morrer de lepra, é realizada uma feira com doces tradicionais, produtos de fumeiro, e pão na Avenida de Rodrigues de Freitas, entre o Jardim de São Lázaro e o Colégio e Igreja da Nossa Senhora da Esperança; os concertos já mencionados das bandas musicais das forças de segurança do Porto. A Câmara Municipal do Porto realiza ainda pequenos eventos inseridos habitualmente em programações que envolvem outros jardins e praças ajardinadas do município tais como feiras de gastronomia local, e de roupa. Esta será provavelmente uma tentativa de promoção e dinamização do jardim por parte da Câmara Municipal e uma forma de procurar atrair outros grupos etários para o jardim. Adicionalmente, estes eventos são valorizados notoriamente pelas pessoas com quem estabelecemos conversas informais.

O conhecimento do mundo deriva da consciência humana e do relacionamento das pessoas com outras coisas como objetos, pessoas e lugares, que fazem o seu dia-a-dia individual e o ambiente social. O conhecimento do mundo surge ainda da relação consciente com o mundo – sentimentos e emoções, memórias e experiências. A interpretação do Jardim de São Lázaro enquanto lugar através da forma como este era utilizado e apropriado levou a um questionamento das experiências e significados atribuídos ao jardim. Este estudo permitiu-nos conhecer a identidade e aura do Jardim de São Lázaro. O Jardim de São Lázaro é um lugar de pessoas, e de histórias. A sua pequena dimensão não impede que possamos encontrar aqui diversas formas de utilização e apropriação do lugar, desde a contemplação do trânsito da Avenida de Rodrigues de Freitas, o convívio entre estranhos familiares, o passeio de famílias com filhos pequenos, até piqueniques na relva para além, no seu passado recente, de realização de partidas de cartas, e prostituição. O Jardim de São Lázaro assume-se sobretudo pela sua estabilidade numa cidade que valoriza cada vez mais outro tipo de espaços e outras formas de estar e viver a cidade.

A realização desta investigação ocorreu durante a pandemia que influenciou e limitou a obtenção de dados, uma vez que a pesquisa empírica implicou deslocações ao Jardim de São Lázaro. As regras gerais de combate à COVID19 proibiram ajuntamentos para a realização de partidas de cartas que, como já foi mencionado, estavam de uma forma profunda associados ao Jardim de São Lázaro. A diminuição de homens reformados também levou a uma menor frequência de prostitutas, pela quebra de fonte de rendimentos. Para além de não podermos observar estes usos e apropriações do Jardim de São Lázaro, o confinamento geral ocorrido entre meados de janeiro de 2021 e meados de março de 2021 restringiu a circulação da população e impossibilitou a aplicação das metodologias escolhidas.

Desta forma, parece-nos importante que seja realizado um novo estudo sobre o Jardim de São Lázaro, empregando as mesmas metodologias, num momento pós pandemia para identificar os usos e apropriações do jardim. Deste modo, será possível comparar resultados e, por um lado, perceber que usos e apropriações do jardim regressaram do período anterior à pandemia e, por outro lado, se foram introduzidos novos hábitos e novas formas de estar no jardim. Por fim, num período em que se valoriza cada vez mais os espaços verdes urbanos, parece-nos pertinente que sejam realizados estudos de outros jardins empregando a mesma metodologia deste trabalho. Tendo como ponto de partida o estudo aqui apresentando sobre o Jardim de São Lázaro, poderá ainda ser proveitoso a realização de estudos semelhantes de outros jardins do município do Porto.

## Bibliografia

- Alves, S. (2017). Requalificação e gentrificação no centro histórico do Porto. In *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 21(557), 1-32.
- Amin, A. (2008). Collective culture and urban public space. In *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 12(1), 5-24.
- Anderson, B.; Keanes, M.; McFarlane, C. & Swanton, D. (2012). On Assemblages and Geography. In *Dialogues in Human Geography*, 2(2), 171-189.
- Araújo, I. (1979). Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto in *Revista de História, volume II*, 375-487.
- Azevedo, A. F. (2007). *Geografia e Cinema: representações culturais de espaço, lugar e paisagem na cinematografia portuguesa*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Azevedo, F. (2010). *O papel do sector do turismo na reabilitação urbana da baixa do Porto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Barbosa, I. & Lopes, J. T. (2020a). “O Porto não se vende”: resistências à gentrificação através da produção artística no período pós-austeritário. In *Cadernos de Arte e Antropologia*, 9(2), 50-66.
- Barbosa, I. & Lopes, J. T. (2020b). Esquecimento e relegação socio-espacial. In Fernandes, J. A. R. (coord.), *Geografia do Porto* (pp. 156-165). Porto: Book Cover Editora.
- Basto, A. M. (2010). *O Porto do Romantismo* (2ª edição). Porto: Caminhos Românticos.
- Cardoso, J. M. (2019). *A percepção dos espaços verdes através de Modelos 3D. O Caso da Quinta de Salgueiros no Porto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Carvalho, L.; Chamusca, P.; Mendes, T. & Rio Fernandes, J. A. (2019). Quem governa a AirBnB: a nova economia nas ruas do Porto. In Rio Fernandes, et al. (Coord), *IV Conferência em Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento Territorial: Descentralização & Desenvolvimento* (pp. 62-69). Ermesinde: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Chamusca, P.; Fernandes, J. R.; Carvalho, L. & Mendes, T. (2019). The role of AirBnB creating a “new”-old city center: facts, problems and controversies in Porto. In *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 83, 1-30.

- Chamusca, P.; Mendes, T.; Carvalho, L. & Rio Fernandes, J. A. (2019). Geografias do AirBnB: as escalas, os efeitos e as opções. In Rio Fernandes, et al. (Coord), *IV Conferência em Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento Territorial: Descentralização & Desenvolvimento* (pp. 70-77). Ermesinde: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Claval, P. C. C. (2011). Geografia cultural: um balanço. In *Revista Geografia (Londrina)*, 20(3), 5-24.
- Couto, D. (2018). *Design mobiliário urbano: Intervenção e Revitalização do Jardim de São Lázaro*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Media Artes e Design do Instituto Politécnico do Porto, Vila do Conde, Portugal.
- Cresswell, T. (2008). Space and place (1977): Yi-Fu Tuan. In Hubbard, P.; Kitichin, Rob & Valentine, G. (Eds.), *Key Texts in Human Geography* (pp. 53-59). Londres: SAGE Publications Ltd.
- Dias, R. A. C. F. (2012). *O som e o ruído nos jardins urbanos do Porto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Eck, D. & Pijpers, R. (2017). Encounters in place ballet: a phenomenological perspective on older people's walking routines in an urban park. In *Area*, 49(2), 166–173.
- Fernandes, J. A. R.; Carvalho, L.; Chamusca, P. & Mendes, T. (2018). *O Porto e a Airbnb*. Porto: Book Cover Editora.
- Fernandes, J.; Carvalho, L.; Chamusca, P. & Pinto, J. R. (2018). Gentrification in Porto: problems and opportunities in the past and in the future of an internationally open city. In *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 15, 177-198.
- Ferreira, M. A. A. (2017). *Economia Alternativa: Feiras e AirBnB na cidade do Porto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Graça, M., et al. (2018). Assessing how green space types affect ecosystem services delivery in Porto, Portugal. In *Landscape and Urban Planning*, 170, 195–208.
- Harvey, D. (2012). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Letra, A.; Madureira, H. & Teixeira, J. (2017). Disponibilidade e Acessibilidade a Espaços Verdes Urbanos. In Marques, T. S.; Fernandes, J. A. R.; Teixeira, J.; Abrantes, P.; Matos, F. & Soares, L. (Coord.), *XI Congresso da Geografia Portuguesa, As dimensões e a responsabilidade Social da Geografia, Livro de Atas* (pp 509-512). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Lopes, J. T. (1999). Do Porto romântico à cidade dos centros comerciais: breve viagem pelo tempo. In *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 9, 27-61.
- Machado, M. C. F. T. A. (2013). *Corpo e alma: a transição do orgânico para o edificado: estudo da arquitetura sensorial dos jardins românticos: caso do jardim da Estrela*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Madureira, H. (2002). Processos de transformação da estrutura verde do Porto. In *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I(XVII-XVIII), 137-218.
- Madureira, H. (2012). Revitalizar a cidade pelo planeamento da estrutura verde. In Royé, D.; Vázquez, J. A. A.; Otón, M. P.; Mantiñán, M. J. P. & Díaz, M. C. (Coord.), *XIII Coloquio Ibérico de Geografía: Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual* (pp. 653-663). Santiago de Compostela: Meubook.
- Madureira, H. & Monteiro, A. (2000). *Os corredores verdes no Porto - (ainda) uma possibilidade ou (apenas mais) uma utopia?: reflexão em torno da sua importância para o contexto climático local e regional*. [S.n. : s.l.]
- Madureira, H.; Nunes, F.; Oliveira, J. V.; Cormier, L. & Madureira, T. (2015). Urban residents' beliefs concerning green space benefits in four cities in France and Portugal. In *Urban Forestry & Urban Greening*, 14, 56–64.
- Madureira, H. & Pimenta, J. R. (2012). Natureza e cultura no Porto do século XIX. *Revista Convergência Crítica*, 1:2, 73-89. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social.
- Marques, T. P. & Magalhães, Cristiane Maria (2013). Técnica, arte e cultura nos jardins de meados do século de oitocentos até ao limiar do século XX, em Portugal e no Brasil. In Ribeiro, N. (Coord.), *Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira I*, pp 1-18. Vitória: UFES.
- Martins, L. P. S. (1995). Do Passeio Público ao «Jogo de Cartas» - apontamentos sobre os espaços ajardinados do Porto. *VI Colóquio Ibérico de Geografia – Actas: A Península Ibérica – um espaço em mutação, volume 2, Porto, 1992* (627-640). Porto: Universidade do Porto.
- Matos, F. (2010). Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – O caso da cidade Porto. In *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, 2(4), 17-33.
- Matos, F. (2017). Gentrificação nas Ilhas do Porto: uma dinâmica embrionária. In Marques, T. S.; Fernandes, J. A. R.; Teixeira, J.; Abrantes, P.; Matos, F. & Soares, L. (Coord.) *XI Congresso da Geografia*

Portuguesa, *As dimensões e a responsabilidade Social da Geografia, Livro de Atas* (pp. 85-89). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mitchell, D. (1995). The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy. In *Annals of the Association of American Geographers*, 85(1), 108-133.

Mitchell, D. (2016). People's Park again: on the end and ends of public space. In *Environment and Planning A*, 49(3), 503-518.

Müller, M. (2015). Assemblages and Actor-networks: Rethinking Socio-material Power, Politics and Space. In *Geography Compass*, 9(1), 27-41.

Oliveira, M. (2015). *Do convento de Santo António da cidade à actual Biblioteca Pública Municipal do Porto. Projectos de intervenção de Eduardo Souto de Moura*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Oliveira, I. (2018). O Futuro das Ilhas do Porto. In *Jornal Arquitectos*, 257, 36-39.

Paiva, D. (2017). Teorias não representacionais na Geografia I: conceitos para uma Geografia do que acontece. In *Finisterra*, LII (106), 159-168.

Paiva, D. (2018). Teorias não representacionais na Geografia II: métodos para uma Geografia do que acontece. In *Finisterra*, LIII (107), 159-168.

Paiva, D.; Cachinho, H.; Barata-Salgueiro, T. & Amílcar, A. (2017). A criação de geoetnografias como metodologia para o estudo de ritmos urbanos. Uma aplicação no Chiado, Lisboa. In *Scripta Nova*, XXI (569), 1-29.

Pallasmaa, J. (2014). Space, Place, and Atmosphere: Peripheral Perception in Existential Experience. In Böhme, G.; Eliasson, Ó.; Pallasmaa, J. & Borch, C. (Eds), *Architectural Atmospheres: On the Experience and Politics of Architecture* (pp. 18-41). Basel: Birkhäuser.

Pereira, G. M. (2020). Do Porto dos Almadás ao limiar do século XX. In Fernandes, J. A. R. (coord.), *Geografia do Porto* (pp. 156-165). Porto: Book Cover Editora.

Pinto, J. R. (2005). *O Porto Oriental no final do século XIX: Crescimento e transformação urbana (1875-1900)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Pinto, J. R. (2009). O espaço público e o turismo - Identidade e cenário em duas praças da cidade do Porto. In *Percursos e ideias*, 1:2, 145-152.

- Pinto, J. R. (2015). As ilhas do Porto. In Vázquez, Isabel Breda & Conceição, Paulo (Eds.), *Ilhas do Porto* (pp. 5-18). Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Reis, C. T. & Trincão, P. R. (2014). Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: 241 anos de história. In Pires, H.; Mora, T.; Azevedo, A. F. & Bandeira, A. S. (Eds.), *Jardins – Jardineiros – Jardinagem* (pp. 138 -157). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS).
- Salgueiro, T. B. (1999). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana* (3ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Sarmiento, J. (2004). *Representação, Imaginação e Espaço Virtual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Sarmiento, J. (2017). Tourists' walking rhythms: 'doing' the Tunis Medina, Tunisia. In *Social & Cultural Geography*, 18:3, 295-314.
- Sassen, S. (2014). *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Seamon, D. (1980). Body-subject, time-space routines, and place-ballets. In Buttimer, A. & Seamon, D. (Eds.), *The human experience of space and place* (pp 148–165). Londres: Routledge.
- Seamon, D. (2012). Place, Place Identity, and Phenomenology: A Triadic Interpretation Based on J.G. Bennett's Systematics. In *The Role of Place Identity in the Perception, Understanding, and Design of Built Environments* (chap. 1). Consultado em dezembro 17, 2020, em ResearchGate.
- Seamon, D. (2013). Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. In *Geograficidade*, 3(2), 4-18.
- Seamon, D. (2014a). Physical and virtual environments: meaning of place and space. In Willard, Helen S. & Schell, Barbara A. Boyt (Eds), *Willard and Spackman's occupational therapy (12ª edição)*, (pp. 202-215). Philadelphia: Wolters Kluwer Health/Lippincott Williams & Wilkins
- Seamon, D. (2014b). Place Attachment and Phenomenology: The Synergistic Dynamism of Place. In Manzo, L. C & Devine-Wright, P. (Eds), *Place Attachment: Advances in Theory, Methods, and Applications* (pp. 11-22). Nova Iorque: Routledge.

- Seamon, D. (2015). Understanding place holistically: Cities, synergistic relationality, and space syntax. In *The Journal of Space Syntax*, 6, 19-33.
- Seamon, D. (2019). Atmosphere, Place, and Phenomenology: Depictions of London Place Settings in Three Writings by British-African Novelist Doris Lessing. In Griffero, T. & Tedeschini, M. (Eds), *Atmospheres and Aesthetics: Plural Perspectives* (pp. 1-9). Londres: Palgrave.
- Serrão, A. M. P. M. (2015). *O jardim no projeto de intervenção*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologia da Informação da Universidade Lusófona do Porto, Porto, Portugal.
- Silva, S. & Carvalho, P. (2013). Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. In *Turismo & Sociedade*, 6(3), 605-625.
- Soares, M. (2006). Apontamentos para o estudo do verde lúdico no Porto. In *@lphaboletim*, 3, 1-18.
- Teixeira, M. (2019). *Galeria Municipal do Porto e Serviço de Produção de Exposições. Relatório de Estágio*. Relatório de Estágio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Vidal, D.; Fernandes, C. O.; Viterbo, L. M. F.; Vilaça, H.; Barros, N. & Maia, R. L. (2021). Usos e perceções sobre jardins e parques públicos urbanos. Resultados preliminares de um inquérito na cidade do Porto (Portugal). In *Finisterra*, LVI(116), 137-157.
- Yuan, Y.F. (2001). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wood, S. (2016). Moving and Ongoing Place Processes. In *Environmental & Architectural Phenomenology*, 27(2), 13-15.
- Zotovici, F. C. (2020). *A performatividade do cotidiano: ações do dia a dia enquanto performances na cidade do Porto*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Zukin, S. (1990). Socio-spatial prototypes of a new organization of consumption: the role of real cultural capital. In *Sociology*, 24, 37-56.
- Zukin, S. (1998). Politics and aesthetics of public space: the “American” model. In *Real City, Ideal City: Signification and Function in the Modern Urban Space*, 7, 1-4.
- Zukin, S. (2016). Gentrification in Three Paradoxes. In *City & Community*, 15(3), 202-207.